

DOCUMENTO DE GESTÃO
n.º 02/2026
Conselho de Administração

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

INTERESSADO
Todas as Partes Interessadas

UNIDADE RESPONSÁVEL
PRESIDÊNCIA

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	GOVERNANÇA.....	2
2.1.	O IPT.....	2
2.1.1.	<i>A razão que nos move</i>	3
2.2.	Cadeia de valor.....	5
2.3.	Estratégia para o desenvolvimento sustentável.....	8
2.4.	Estrutura de governança e sua composição.....	9
2.4.1.	<i>Conselho de Administração</i>	11
2.4.1.1	<i>Funções e desempenho do Conselho de Administração em relação à sustentabilidade</i>	12
2.4.2.	<i>Conselho Fiscal</i>	14
2.4.3.	<i>Conselho de Orientação</i>	15
2.4.4.	<i>Comitê de Auditoria Estatutário</i>	15
2.4.5.	<i>Comitê de Elegibilidade</i>	16
2.4.6.	<i>Diretoria</i>	17
2.5.	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos.....	17
2.6.	Avaliação dos administradores e remuneração.....	18
2.7.	Compromissos de política.....	20
2.7.1.	<i>Incorporação de compromissos de política</i>	21
2.7.2.	<i>Ouvidoria e Canal de Denúncias</i>	22
2.8.	Conformidade com leis e regulamento.....	23
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO.....	24
3.1.	Balço patrimonial: fortalecimento estrutural com pressão de curto prazo.....	24
3.2.	Gestão de liquidez, endividamento e solvência.....	24
3.3.	Desempenho operacional.....	27
3.4.	Resultado financeiro e aplicações.....	31
4.	DIRETRIZ SOCIAL.....	32
4.1.	O Instituto em pessoas.....	32
4.2.	Licenças maternidade e paternidade.....	38
4.3.	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais.....	39

4.4. Saúde e segurança do trabalho.....	39
4.4.1. Principais riscos, materiais e controles.....	40
4.4.2. Programa de emergências médicas.....	41
4.4.3. Bem-estar, saúde mental e fatores psicossociais.....	42
4.4.4. Engajamento dos trabalhadores e cultura de segurança.....	44
4.4.5. Indicadores de desempenho e transparência.....	45
4.5. Programas de gestão de competências.....	49
4.5.1. Programa <i>Mentoring</i>	50
4.5.2. Programa Inspira.....	51
4.6. Assistência à transição de carreira.....	55
4.7. Programa Jovem Aprendiz.....	56
4.8. Plano de empregos e salários.....	57
4.9. Proporção entre o salário-base de homens e mulheres.....	58
4.10. Pesquisa de clima organizacional.....	60
5. DIRETRIZ AMBIENTAL.....	63
5.1. Materiais.....	63
5.2. Energia.....	67
5.2.1. <i>Consumo de energia elétrica</i>	67
5.2.2. <i>Sistemas de geração fotovoltaica</i>	69
5.2.3. <i>Consumo de combustíveis</i>	71
5.2.4. <i>Consumo total de energia</i>	72
5.3. Água e efluentes.....	73
5.4. Biodiversidade.....	76
5.4.1. <i>Flora: inventário arbóreo do campus sede do IPT</i>	78
5.4.2. <i>Fauna</i>	84
5.4.3. <i>Engajamento e divulgação científica</i>	85
5.5. Inventário de gases de efeito estufa por fontes de emissão.....	89
5.6. Resíduos sólidos.....	94
5.6.1. <i>Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos</i>	94
5.6.2. <i>Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos</i>	94

5.6.3. Resíduos gerados	95
5.6.4. Resíduos não destinados para disposição final	98
5.6.5. Resíduos destinados para disposição final	98
5.7. Avaliação ambiental de fornecedores	99
6. MATRIZ DE MATERIALIDADE	102
6.1. Temas materiais.....	102
6.2. Lista de temas materiais	104
6.3. Gestão dos temas materiais.....	105
7. OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS	112
7.1. IPT Open	112
7.1.1. Metas do IPT Open para 2026	114
7.2. Patem	114
7.3. Pulsar Expo IPT.....	115
7.4. Parceria com ESCO Ambiopar	115
7.5. Pacto Global da ONU.....	116
7.6. Participação no <i>Science Summit</i> 2025 (UNGA80)	117
7.7. Participação na COP 30.....	117
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

Lista de figuras

Figura 1. Unidades do IPT no Brasil.....	3
Figura 2. Missão, visão e valores do IPT.....	4
Figura 3. Regime de horário diferenciado.....	34
Figura 4. Ilustração do processo de avaliação de desempenho.....	58
Figura 5. Sistemas de geração fotovoltaica instalados nos prédios 55 (A) (36 placas) e 50 (B) no campus sede do IPT (450 placas).....	70
Figura 6. <i>Campus</i> sede do IPT e seu entorno.....	77
Figura 7. Programas do IPT Open em 2025.....	113

Lista de tabelas

Tabela 1. Composição dos colegiados do IPT.....	10
Tabela 2. Composição do Conselho de Administração do IPT.....	13
Tabela 3. Composição do Conselho Fiscal do IPT.....	14
Tabela 4. Composição do Conselho de Orientação do IPT.....	15
Tabela 5. Composição do Comitê de Auditoria Estatutário do IPT.....	16
Tabela 6. Composição do Comitê de Elegibilidade do IPT.....	16
Tabela 7. Composição da Diretoria Executiva do IPT.....	17
Tabela 8. Distribuição dos empregados do IPT, por região.....	33
Tabela 9. Empregados em tempo integral e parcial, por gênero.....	34
Tabela 10. Principais benefícios oferecidos aos trabalhadores.....	36
Tabela 11. Ações de atendimento social do IPT em 2024 e 2025.....	43
Tabela 12. Saúde ocupacional e segurança do trabalho no IPT em 2025.....	46
Tabela 13. Ações de qualidade de vida do IPT em 2025.....	48
Tabela 14. Participantes do Programa <i>Mentoring</i> IPT em 2025.....	51
Tabela 15. Média de horas de capacitação realizadas pelos empregados em 2025, discriminada por gênero e por categoria funcional (carreira).....	54
Tabela 16. Proporção entre o salário-base de homens e mulheres em 2025.....	59
Tabela 17. Materiais utilizados na produção dos principais serviços e produtos em 2025.....	66
Tabela 18. Histórico do consumo de energia elétrica no <i>campus</i> sede do IPT.....	67
Tabela 19. Histórico do custo de energia elétrica no <i>campus</i> do IPT.....	68
Tabela 20. Geração de energia pelos sistemas fotovoltaicos em 2024 e 2025.....	70
Tabela 21. Consumo de combustíveis no <i>campus</i> sede do IPT em 2025.....	71
Tabela 22. Consumo total de energia no <i>campus</i> sede do IPT em 2025.....	72
Tabela 23. Fatores de conversão utilizados para o cálculo de consumo total de energia.....	73
Tabela 24. Consumo de água no <i>campus</i> sede do IPT em 2025.....	73
Tabela 25. Histórico do consumo de água do <i>campus</i> sede do IPT.....	74

Tabela 26. Espécies exóticas com potencial invasor de ambientes naturais, presentes no <i>campus</i> do IPT.....	79
Tabela 27. Status de conservação das espécies de flora do <i>campus</i> do IPT, segundo a Portaria MMA nº 148/2022 e a Lista Vermelha da IUCN.....	80
Tabela 28. Árvores suprimidas em 2025.....	81
Tabela 29. Solicitações do IPT para supressão ou transplante de espécimes de vegetação de porte arbóreo, conforme artigo 14 da Lei nº 17.794 de 27 de abril de 2022.....	82
Tabela 30. Mudas arbóreas de espécies nativas plantadas em 2025.....	83
Tabela 31. Quantidades de podas realizadas em 2025.....	83
Tabela 32. Fauna observada no <i>campus</i> sede do IPT.....	85
Tabela 33. Evolução do monitoramento de fauna no <i>campus</i> do IPT.....	86
Tabela 34. Análise da evolução da gestão da biodiversidade no <i>campus</i> sede do IPT..	87
Tabela 35. Análise do potencial de ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade da floresta urbana do IPT.....	88
Tabela 36. Emissões de Escopo 1 (CO ₂ e), por fonte, em 2025.....	90
Tabela 37. Emissões de Escopo 2 (CO ₂ e) em 2025.....	90
Tabela 38. Emissões de Escopo 3 (CO ₂ e), por fonte, em 2025.....	91
Tabela 39. Emissões totais por escopo em 2025.....	92
Tabela 40. Comparações das emissões de 2022, 2023, 2024 e 2025 por escopo.....	92
Tabela 41. Histórico da geração de resíduos no <i>campus</i> sede do IPT.....	96
Tabela 42. Resíduos não destinados para disposição final.....	98
Tabela 43. Resíduos destinados para disposição final.....	98
Tabela 44. Venda de sucata do <i>campus</i> sede do IPT.....	101
Tabela 45. Priorizações obtidas a partir do questionário aplicado aos <i>stakeholders</i> internos e externos.....	104
Tabela 46. Temas materiais do IPT.....	105

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Capital de giro líquido por ano.....	25
Gráfico 2. Índice de liquidez corrente por ano.....	25
Gráfico 3. Índice de liquidez imediata por ano.....	26
Gráfico 4. Índice de endividamento geral por ano.....	26
Gráfico 5. Índice de solvência por ano.....	27
Gráfico 6. Lucro / prejuízo por ano.....	28
Gráfico 7. Lucro bruto por ano.....	29
Gráfico 8. Receita operacional bruta por ano.....	29
Gráfico 9. Custos de serviços prestados / produtos vendidos por ano.....	30
Gráfico 10. Despesas administrativas por ano.....	30
Gráfico 11. EBITDA por ano.....	31
Gráfico 12. Distribuição dos empregados por gênero.....	32
Gráfico 13. Distribuição dos empregados por categoria de vínculo.....	35
Gráfico 14. Documentos técnicos emitidos entre 2015 e 2025.....	64
Gráfico 15. Histórico de consumo (kWh) e custo (R\$) de energia elétrica do <i>campus</i> sede do IPT.....	69
Gráfico 16. Histórico do consumo de água do <i>campus</i> sede do IPT.....	75
Gráfico 17. Série histórica do inventário de emissões de GEE do IPT, por escopo.....	93
Gráfico 18. Massa gerada (em toneladas) de resíduos no <i>campus</i> sede do IPT.....	96
Gráfico 19. Projetos ESG e distribuição nos pilares ambiental, social e governança.....	106
Gráfico 20. Percentual dos indicadores ESG do IPT atendidos.....	107
Gráfico 21. Percentual dos ODS atendidos pelos projetos ESG.....	108

1. INTRODUÇÃO

GRI 2-2, 2-3, 2-4, 2-5

O mundo atual passa por transformações cada vez mais aceleradas, trazendo novos desafios ambientais e sociais que exigem respostas inovadoras e o engajamento de todos os setores da sociedade. Instituições de pesquisa, empresas e organizações têm papel fundamental nesse processo, com potencial de contribuir ativamente para a melhoria das condições socioambientais em seus territórios de atuação e em escala mais ampla, por meio da geração de conhecimento científico, da promoção de boas práticas e do fortalecimento de redes colaborativas.

Nesse contexto, e ciente do seu potencial de contribuição, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) apresenta este relatório, contendo suas iniciativas, indicadores e avanços referentes ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 **[GRI 2-2-a, 2-3-a]**.

O relatório segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), de forma a aliar padronização e comparabilidade das informações à análise da contribuição das ações realizadas para o alcance de metas acordadas mundialmente. Dessa forma, pretendemos fornecer uma visão clara das nossas ações e impactos, priorizando os temas materiais identificados, e reforçar nosso compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável.

Esperamos que este relatório contribua para o fortalecimento da relação com nossos *stakeholders* e inspire novas iniciativas colaborativas que ampliem os impactos positivos ao meio ambiente, às pessoas e às boas práticas de governança almejados mundialmente.

Desde 2018, o IPT trabalha para avançar na sua maturidade em responsabilidade socioambiental e governança (ESG: *Environmental, Social and Governance*), com a elaboração de relatórios de sustentabilidade anuais, a adoção de indicadores do GRI, a

elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental e Governança, a adesão ao Pacto Global da ONU e a recente institucionalização da Gerência de ESG do IPT **[GRI 2-3-a]**. Todas essas iniciativas fazem parte da construção de estratégias relacionadas à sustentabilidade no IPT para consolidar seu posicionamento no mercado e aumentar a conexão com seus profissionais, parceiros, clientes, governo e sociedade. Tal comprometimento está refletido no plano quinquenal 2025-2029, que apresenta objetivo estratégico específico "Mensurar o impacto ESG" acompanhado pelo Conselho de Administração do Instituto, por meio dos indicadores "Intensidade de carbono" e "Quantidade de projetos ESG".

O relatório 2025 passou por atualizações dos GRIs que trouxeram mudanças na forma de apresentar o relato, porém, sem perder sua essência no que tange à responsabilidade com a qualidade das informações e compromisso com os princípios de ESG **[GRI 2-4-a-i/ii]**. Seu conteúdo foi elaborado com a colaboração e engajamento de diversas áreas do IPT e não passou por verificação externa **[GRI 2-5-a]**. A Gerência de ESG do IPT disponibiliza o e-mail rcosta@ipt.br para o envio de questões ou qualquer manifestação sobre este relatório ou sobre as informações relatadas nele **[GRI 2-3-d]**.

2. GOVERNANÇA

GRI 2-1, 2-6, 2-9, 2-10, 2-11, 2-12, 2-13, 2-14, 2-15, 2-17, 2-18, 2-19, 2-22, 2-23, 2-24, 2-25, 2-26, 2-27

ODS 4, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 17

2.1. O IPT

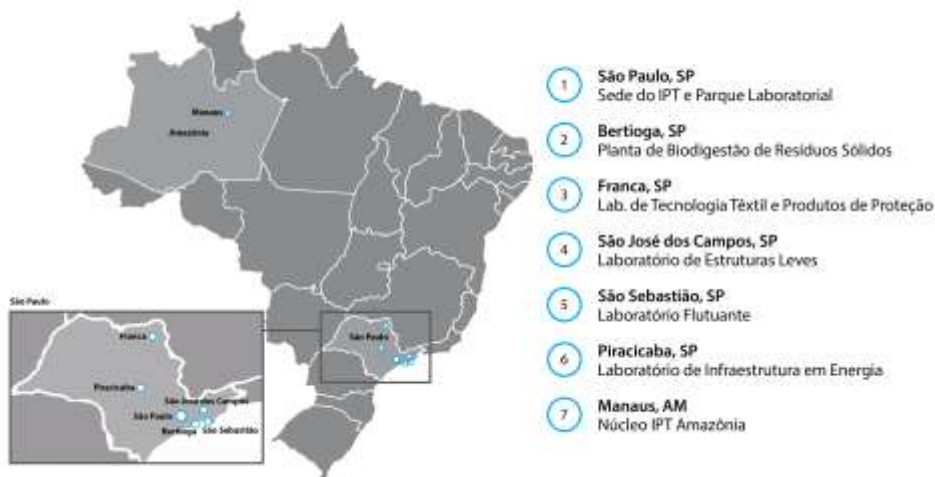
GRI 2-1

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT), inscrito no CNPJ/MF nº 60.633.674/0001-55 e registrado sob o NIRE nº 3530001369-7, é uma empresa pública estadual, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo **[GRI 2-1-a, 2-1-b]**. O IPT foi criado nos termos da Lei Estadual nº 896, de 17 de dezembro de

1975 e se dedica à ciência aplicada, inovação tecnológica e ao desenvolvimento de soluções que impulsionem a competitividade dos setores público e privado, bem como a qualidade de vida no Brasil.

Sua sede está localizada na cidade de São Paulo, na Avenida Professor Almeida Prado, 532, Cidade Universitária, Butantã **[GRI 2-1-c]**. Há mais seis unidades no país, cinco delas no Estado de São Paulo e uma no Estado do Amazonas, conforme a **Figura 1 [GRI 2-1-d]**. Os endereços e contatos das unidades podem ser encontrados em <https://ipt.br/contato/>.

Figura 1. Unidades do IPT no Brasil.



Fonte: Assessoria de Comunicação Corporativa (ACC).

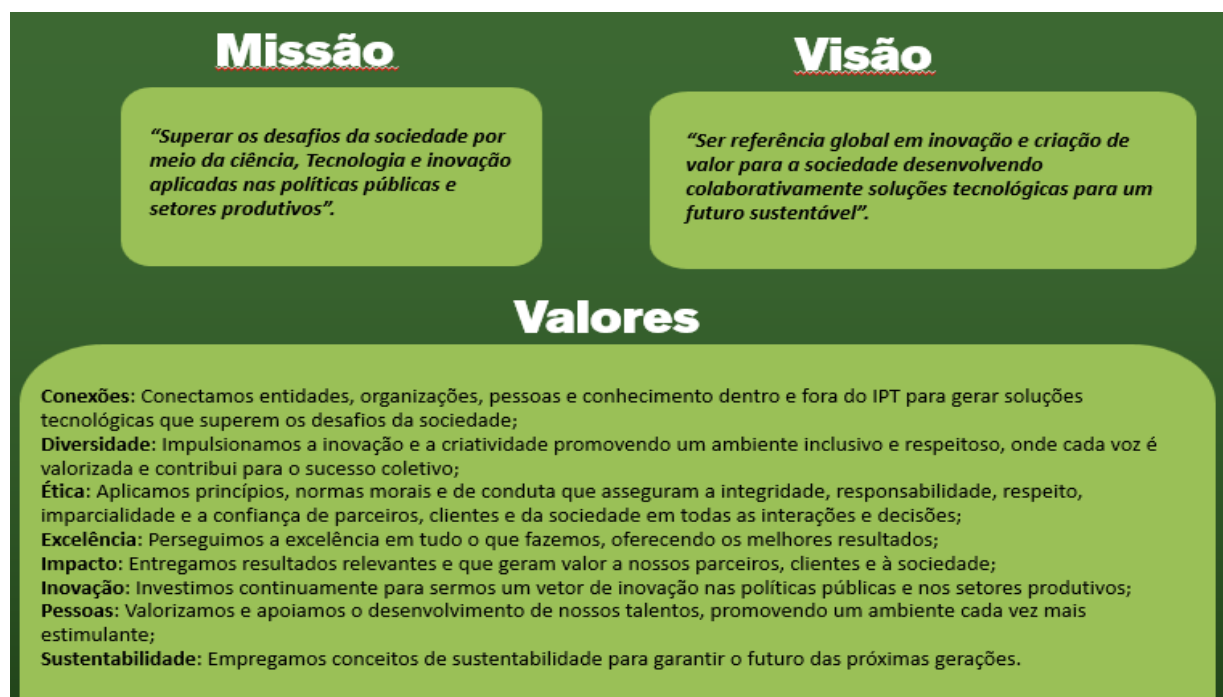
2.1.1. A razão que nos move

Com 126 anos de história, o IPT segue sua trajetória de avanço na ciência, tecnologia e inovação, atuando no Brasil, em nível estadual e nacional, e ampliando sua presença internacional, por meio da execução de projetos e serviços para clientes de fora do Brasil. Ao longo dos anos, acumulou conhecimento em diversas áreas, respaldado por uma infraestrutura laboratorial de ponta, equipamentos modernos e uma equipe de profissionais altamente qualificados.

O IPT, como empresa pública, existe para superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas às políticas públicas e aos setores produtivos. Nosso papel é gerar conhecimento e soluções tecnológicas que ampliem o impacto social, fortaleçam a competitividade industrial e promovam um futuro sustentável.

Atuamos de forma colaborativa com governos, empresas e instituições para criar valor público, impulsionar a inovação e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, sempre pautados pela ética, diversidade, excelência e valorização das pessoas. A **Figura 2** sintetiza nossa razão de existir, apresentando a missão, a visão e os valores que orientam nossas práticas e nosso compromisso com a sociedade.

Figura 2. Missão, visão e valores do IPT.



Fonte: Elaboração própria.

2.2. Cadeia de valor

GRI 2-6

O IPT atua com metrologia, serviços tecnológicos especializados, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e ensino. Oferece soluções para organizações públicas e privadas nas áreas de: engenharia, biotecnologia, química, materiais, dentre outras **[GRI 2-6-a, 2-6-b-i]**.

As atividades a montante envolvem **[GRI 2-6-b-ii]**:

- Captação de recursos de fomento;
- Aquisição de insumos, equipamentos laboratoriais, *softwares* especializados e infraestrutura tecnológica;
- Parcerias com instituições de ensino técnico e tecnológico, universidades, centros de pesquisa, *startups* e empresas;
- Contratação e capacitação de profissionais para execução das atividades desenvolvidas, dentre as quais, as de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As atividades principais do IPT são **[GRI 2-6-b-i]**:

- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I);
- Serviços Tecnológicos, incluindo consultorias especializadas e diagnósticos técnicos; análises técnicas; apoio à tomada de decisão em tecnologia; avaliação de rotas tecnológicas; estudos de prospecção tecnológica; análises e adequações de produtos e processos em conformidade com normas, padrões e regulamentações; estudos de campo; estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA); análise de ciclo de vida (ACV);
- Metrologia;
- Produção de Materiais de Referência;
- Educação e Capacitação, incluindo cursos *stricto sensu* e *lato sensu*;

- Programas de Inovação Aberta, promovendo conexão entre governo, empresas, *startups* e instituições científicas e tecnológicas para acelerar a inovação e gerar valor, por meio de novos produtos, processos e tecnologias;
- Gestão e execução de programas de fomento, como os da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII).

Tais atividades são desenvolvidas nas seguintes Unidades de Negócios e Núcleos:

- Bionanomanufatura;
- Cidades, Infraestrutura e Meio ambiente;
- Energia;
- Ensino Tecnológico;
- Habitação e Edificações;
- Materiais Avançados;
- Tecnologias Digitais;
- Tecnologias Regulatórias e Metrológicas;
- Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono;
- Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde Aplicados às Ciências da Vida;
- IPT Amazônia.

Maiores informações sobre as Unidades de Negócios do IPT estão disponíveis em [Unidades de Negócios - Instituto de Pesquisas Tecnológicas](#).

As atividades a jusante incluem **[GRI 2-6-b-iii]**:

- Transferência de tecnologia para empresas e órgãos públicos;

- Publicação de documentos técnicos, como artigos técnico-científicos, livros, patentes, manuais, estudos, relatórios, e pareceres técnicos;
- Capacitação de profissionais, fortalecendo competências técnicas no mercado;
- Apoio à formulação de políticas públicas e regulamentações técnicas, influenciando padrões e normas;
- Aplicações de soluções tecnológicas para organizações públicas e privadas, para os seguintes eixos tecnológicos:
 - Equipamentos multiusuário (Tecnologias Digitais);
 - Agronegócios;
 - Cidades inteligentes;
 - Desenvolvimento sustentável;
 - Economia circular;
 - Gestão de riscos;
 - Habitação e materiais de construção;
 - Indústria 4.0;
 - Infraestrutura;
 - Manufatura e materiais avançados;
 - Matrizes energéticas;
 - Meio ambiente;
 - Mineração;
 - Mobilidade e transporte;
 - Óleo e gás;
 - Recursos hídricos e saneamento;

- Regulação metrológica;
- Saúde;
- Urbanização e gestão territorial.

Maiores informações sobre as soluções tecnológicas do IPT estão disponíveis em [Soluções - Instituto de Pesquisas Tecnológicas](#).

2.3. Estratégia para o desenvolvimento sustentável

GRI 2-22

A sustentabilidade é um pilar estratégico para o IPT. Para o Instituto, ela representa não apenas um compromisso ético e ambiental, mas um elemento estruturante de competitividade, inovação e geração de valor. A atuação científica e tecnológica do Instituto orienta-se por soluções que integram desenvolvimento industrial, eficiência produtiva e preservação ambiental, contribuindo para uma economia mais sustentável.

O IPT mantém um compromisso formal com a agenda ESG, evidenciado pelo lançamento de sua Política de Responsabilidade Socioambiental e Governança e pela evolução de seus instrumentos de monitoramento e reporte. Em 2024–2025, avançamos no fortalecimento de práticas internas, incluindo a matriz de materialidade, o aprimoramento de indicadores e a estruturação de processos integrados de governança e desempenho socioambiental. A publicação deste Relatório de Sustentabilidade reflete nosso compromisso com transparência, *accountability* e melhoria contínua, em conformidade com padrões reconhecidos internacionalmente.

A atuação do IPT em sustentabilidade também se expressa por meio de parcerias estratégicas. Promovemos diálogo permanente entre setor público e privado, apoiando organizações de diferentes segmentos, como energia, saneamento, mineração, infraestrutura e tecnologia, no desenvolvimento de soluções que conciliam eficiência, responsabilidade socioambiental e inovação. Nosso objetivo é ampliar o impacto positivo

do Instituto e contribuir de forma técnica e qualificada para os desafios da transição sustentável no país.

Seguiremos aprimorando práticas, fortalecendo governança e expandindo parcerias que nos permitam entregar resultados consistentes para a sociedade, para o Estado e para as organizações que contam com o IPT.

A integração entre ciência, tecnologia e governança é central para nossa visão de futuro. Sob a liderança da Presidência e de todo o corpo diretivo, o IPT reforça a importância do “G” do ESG como base para processos robustos, gestão transparente e tomada de decisão responsável. Essa perspectiva guia nossas operações e sustenta nossa atuação como instituição pública de referência nacional **[GRI 2-22-a]**.

2.4. Estrutura de governança e sua composição

GRI 2-9, 2-10, 2-11,

A Estrutura de governança do IPT é composta por **[GRI 2-9-a, 2-9-b]**:

- Assembleia Geral/acionista controlador;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Orientação;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário;
- Comitê de Elegibilidade;
- Diretoria Executiva;
- Auditoria Interna;

- Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Secretaria de Governança Corporativa;
- Chefia de Gabinete.

O modelo de governança do IPT conta com membros da alta administração, desempenhando papel estratégico nas decisões em colegiado, assegurando os princípios da integridade e ética, atendendo as exigências regulatórias com foco em promover e impulsionar a inovação sustentável, a responsabilidade socioambiental e fortalecimento da governança, como forma de garantir valores para a sociedade e perenidade nas operações **[GRI 2-9-a]**.

A composição dos Colegiados e de seus comitês é divulgada no relatório e em documentos corporativos (estatuto, atas e portal de governança), contemplando critérios de executividade, independência, mandato, diversidade e representação de *stakeholders* **[GRI 2-9-c-i, 2-9-c-ii, 2-9-c-iii]**.

A composição dos colegiados atendem os critérios do **GRI 2-9-c-v**, conforme apresentado na **Tabela 1**.

Tabela 1. Composição dos colegiados do IPT

COLEGIADOS DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	HOMENS	MULHERES
Conselho de Administração	7	3
Conselho de Orientação	6	1
Conselho Fiscal	3	2
Diretoria Executiva	4	1
Comitê de Auditoria Estatutário	5	0

Fonte: Elaboração própria.

O processo de indicação/eleição dos Colegiados atende critérios e fluxos de indicação e eleição estabelecido na Deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) 2 de 15/09/2025 que estabelece a Política de Indicação dos administradores, membros de comitês estatutários e conselheiros fiscais **[GRI 2-10-a]**.

Os critérios de nomeação e seleção observam a Lei 13.303/2016, o Decreto Estadual nº 62.349/2016, o Estatuto Social e Deliberação CODEC 2 de 15/09/2025. Consideram requisitos de elegibilidade: reputação ilibada, experiência e formação compatíveis, ausência de impedimentos legais e de conflitos de interesse. O Comitê de Elegibilidade avalia e emite parecer/ata de conformidade nos processos de indicação e (re)investidura **[GRI 2-10-b]**.

A condição de independência é verificada conforme critérios legais e melhores práticas, incluindo ausência de vínculos que comprometam o julgamento e a autonomia. Conselheiros independentes são identificados e registrados nos atos corporativos **[GRI 2-10-b-iii]**.

O tempo de mandato e regras de renovação/recondução seguem o Estatuto Social e deliberações do acionista/Assembleia Geral. Aplicam-se vedações e limites previstos na legislação e nas diretrizes do acionista (incl. Lei 13.303/2016/CODEC). Tais condições são verificadas no processo de elegibilidade e monitoradas por declarações e atualizações supervenientes **[GRI 2-10-b-iv]**.

Conforme disposto no § 2º do art. 8º do Estatuto Social, o Diretor-Presidente não poderá acumular o cargo de Presidente do Conselho de Administração **[GRI 2-11-a]**.

2.4.1. Conselho de Administração

GRI 2-9

O Conselho de Administração é o principal órgão de deliberação estratégica e colegiada do Instituto, responsável por estabelecer diretrizes e orientar a atuação do IPT, em alinhamento com sua missão institucional e seus objetivos de longo prazo. Sua composição compreende de 3 (três) a 11 (onze) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.

Integram o colegiado, entre outros, o Diretor-Presidente do IPT, 1 (um) representante dos empregados e membros independentes, o que contribui para a

pluralidade de perspectivas e para a robustez do processo decisório. Em 2025, o Conselho de Administração manteve atuação ativa e próxima às atividades do Instituto, exercendo supervisão e orientação estratégica à Diretoria Colegiada e zelando pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias e normativas aplicáveis **[GRI 2-9-a]**.

2.4.1.1 Funções e desempenho do Conselho de Administração em relação à sustentabilidade

GRI 2-12, 2-14, 2-15, 2-17

O Conselho de Administração, como instância máxima de governança, exerce a supervisão do processo de relato de sustentabilidade do IPT por meio do monitoramento anual das informações consolidadas no Relatório de Sustentabilidade, documento que sistematiza os principais aspectos de desempenho e de gestão relacionados aos temas ambientais, sociais e de governança. No exercício dessa atribuição, o Colegiado acompanha a consistência e a completude das informações reportadas, avalia sua aderência às diretrizes institucionais e às obrigações aplicáveis e, quando pertinente, emite recomendações e encaminhamentos à Administração para aprimoramento do conteúdo, dos processos internos de coleta e validação de dados e das práticas de transparência e prestação de contas, assegurando o devido registro formal das deliberações **[GRI 2-14-a]**.

O Conselho de Administração se reúne mensalmente e, trimestralmente, avalia informações relativas ao cumprimento das metas, impactos, riscos e oportunidades **[GRI 2-12-b]**. Em 31 de dezembro de 2025, a composição do Conselho encontrava-se conforme descrito na **Tabela 2**.

Tabela 2. Composição do Conselho de Administração do IPT.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FUNÇÃO
Stephanie Yukie Hayakawa da Costa	Presidente do Conselho de Administração
Anderson Ribeiro Correia	Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração
André da Silva Curcio	Conselheiro de Administração
André Carlos Busanelli de Aquino	Conselheiro de Administração
Jorge Tatino Júnior	Conselheiro de Administração
Marcos Nogueira Martins	Conselheiro de Administração
Valmir Gomes Dias	Conselheiro de Administração
Nereide de Oliveira	Conselheiro de Administração (Representante dos Empregados)
Léa de Jesus Silva e Silva de Moraes Rego	Conselheiro de Administração - Independente
Antônio Edson Maciel dos Santos	Conselheiro de Administração - Independente

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito das deliberações realizadas nas reuniões do Conselho, havendo situação de conflito de interesses, o Conselheiro deverá declarar-se impedido e abster-se de participar da discussão e da votação do respectivo tema, nos termos da legislação aplicável e das disposições internas pertinentes. Ressalta-se, contudo, que o IPT não dispõe, até o momento, de política específica e autônoma sobre conflito de interesses, sendo o tema tratado de forma geral no Código de Conduta e Integridade **[GRI 2-15-a]**.

O Conselho de Administração mantém e aprimora, de forma coletiva, seu conhecimento sobre impactos, riscos e oportunidades de sustentabilidade por meio de programação anual de capacitação dirigida aos colegiados do IPT, contemplando temas como governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e Código de Conduta e Integridade. Essas ações de treinamento são estruturadas em conformidade com os requisitos e diretrizes aplicáveis às empresas estatais, em especial a Lei nº 13.303/2016, e têm por objetivo fortalecer a capacidade técnica do Colegiado para supervisionar matérias de sustentabilidade e integridade, qualificar o processo decisório e assegurar atualização contínua quanto a marcos normativos, melhores práticas e expectativas de transparência e prestação de contas. O conhecimento adquirido nas capacitações é aplicado de forma direta na tomada de decisão dos colegiados, ao subsidiar a análise de

matérias estratégicas e operacionais sob a ótica de impactos, riscos e oportunidades, bem como ao orientar a definição de diretrizes e recomendações à Administração [GRI 2-17-a].

2.4.2. Conselho Fiscal

GRI 2-9

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente, incumbido de fiscalizar os atos da Administração, examinar as demonstrações contábeis e emitir pareceres sobre relatórios financeiros, em conformidade com as Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016 e com as disposições do Estatuto Social. Atua de forma independente, contribuindo para o fortalecimento da transparência e para a confiabilidade das informações divulgadas pela organização.

A composição do Conselho Fiscal observa os parâmetros legais aplicáveis, sendo integrado por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros efetivos, cada qual com seu respectivo suplente, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, para mandato unificado de 1 (um) ano, admitindo-se, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. O Estatuto Social e o Regimento Interno disciplinam suas atribuições, competências e o modo de funcionamento do colegiado [GRI 2-9-a]. A composição do conselho Fiscal, em 31 de dezembro de 2025, é apresentada na **Tabela 3**.

Tabela 3. Composição do Conselho Fiscal do IPT.

CONSELHO DE FISCAL	FUNÇÃO
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda	Conselheiro Fiscal Titular
Izadora Rodrigues Normando Simões	Conselheiro Fiscal Titular
Francisco Ronald Rocha Fernandes	Conselheiro Fiscal Titular
Juliana Augusto Cardoso	Conselheiro Fiscal Titular
Paulo Mauricio Maculevicius Ferreira	Conselheiro Fiscal Titular

Fonte: Elaboração própria.

2.4.3. Conselho de Orientação

GRI 2-9

O Conselho de Orientação é órgão consultivo de natureza técnica, com a finalidade de qualificar o direcionamento estratégico institucional por meio de recomendações e manifestações técnicas dirigidas aos órgãos estatutários competentes. Sua atuação tem por objetivo fortalecer a coerência entre visão de longo prazo, prioridades estratégicas e desenvolvimento das atividades-fim do Instituto, contribuindo para maior densidade técnica no debate sobre temas estruturantes e para o aprimoramento do processo de formulação e acompanhamento de diretrizes. O Conselho de Orientação é composto por Presidente, Vice-Presidente e cinco conselheiros (**Tabela 4**), com mandato de 2 (dois) anos, admitida recondução [**GRI 2-9-a**].

Tabela 4. Composição do Conselho de Orientação do IPT.

NOME	FUNÇÃO
Vahan Agopyan	Presidente
Natália Resende Andrade Ávila	Vice-presidente
Luís Carlos Affonso	Membro
Nelson de Almeida Prado Hervey Costa	Membro
Mário Araújo Alencar Araripe	Membro
Roberto Balls Sallouti	Membro
Carlos José Bastos Grillo	Membro

Fonte: Elaboração própria.

2.4.4. Comitê de Auditoria Estatutário

GRI 2-9

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão técnico de assessoramento permanente ao Conselho de Administração, com a finalidade de monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e de supervisionar atividades relacionadas à auditoria interna e à auditoria independente, bem como aos sistemas de governança, controles internos, conformidade, integridade e gestão de riscos.

Nesse sentido, o Comitê contribui para o fortalecimento do ambiente de controles, para a mitigação de riscos relevantes e para a prevenção e detecção de irregularidades, promovendo a adoção de boas práticas de governança e *compliance*. Sua atuação reforça a transparência e a proteção dos interesses do acionista controlador, dos demais *stakeholders* e da própria Companhia, contribuindo para uma governança mais sólida, consistente e confiável [GRI 2-9-a]. A **Tabela 5** apresenta a composição do Comitê em 31 de dezembro de 2025.

Tabela 5. Composição do Comitê de Auditoria Estatutário do IPT

NOME	FUNÇÃO
Antônio Edson Maciel dos Santos	Coordenador
Marcos Alberto Castelhana Bruno	Membro
Ivan Stagliano Ismael	Membro
Otávio Ramos dos Santos	Membro
Paulo Henrique Fernandes Bovério	Membro

Fonte: Elaboração própria.

2.4.5. Comitê de Elegibilidade

GRI 2-9

O Comitê de Elegibilidade é responsável pela supervisão do processo de indicação e verificação da conformidade da avaliação de administradores e conselheiros fiscais, observado o disposto no art. 10, da lei federal nº 13.303/2016. É composto por três membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo (**Tabela 6**) [GRI 2-9-a].

Tabela 6. Composição do Comitê de Elegibilidade do IPT

NOME	FUNÇÃO
Ana Paula Inácio da Silva	Membro
Juliana Bittar Archetti	Membro
Luciana Aparecida Alves	Membro

Fonte: Elaboração própria.

2.4.6. Diretoria

GRI 2-9

A Diretoria Executiva é responsável por conduzir a execução das diretrizes e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como por administrar os negócios e as atividades operacionais do Instituto, observando o interesse público que fundamenta sua atuação como empresa estatal. Os mandatos dos Diretores são unificados, com duração de 2 (dois) anos, admitindo-se até 3 (três) reconduções consecutivas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, dentre os quais um é designado Diretor-Presidente, que integra o colegiado do Conselho, sem, contudo, presidi-lo. As atribuições, competências e o modo de funcionamento da Diretoria Executiva encontram-se disciplinados no Estatuto Social e no respectivo Regimento Interno [**GRI 2-9-a**]. Em 31 de dezembro de 2025, sua composição encontrava-se conforme a **Tabela 7**.

Tabela 7. Composição da Diretoria Executiva do IPT

NOME	FUNÇÃO
Anderson Ribeiro Correia	Diretor-presidente
Adriano Marim de Oliveira	Diretor de Operações
Levi Pompermayer Machado	Diretor de Ambientes Inovadores e Inteligência de Mercado
Natalia Neto Pereira Cerize	Diretora de Finanças e Planejamento
Fabiano Albuquerque de Moraes	Diretor de Desenvolvimento de Pessoas e Administração

Fonte: Elaboração própria.

2.5. Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos

GRI 2-13

A avaliação e a gestão de impactos, riscos e oportunidades no IPT estão distribuídas entre instâncias de governança e funções executivas, observando-se o modelo das Três Linhas, com papéis complementares e segregação adequada de responsabilidades. Em nível de governança, o Conselho de Administração exerce a

supervisão (*oversight*) do tema, por meio da aprovação do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, do acompanhamento de indicadores e do recebimento periódico de relatórios de desempenho, riscos, controles internos, auditorias e integridade, deliberando diretrizes e encaminhamentos registrados formalmente em atas. O Comitê de Auditoria Estatutário, como órgão técnico permanente de assessoramento ao Conselho de Administração, acompanha e monitora matérias relacionadas à qualidade das informações, ao ambiente de controles internos, à gestão de riscos, à integridade e à conformidade, recomendando providências e aprimoramentos quando cabível.

No âmbito executivo, a Diretoria Executiva é responsável por conduzir a implementação das diretrizes aprovadas e por assegurar a estrutura, os recursos e os ritos de monitoramento necessários à gestão efetiva dos riscos e controles, além de endereçar planos de ação e reportar tempestivamente aos órgãos de governança. A primeira linha é exercida pelas áreas gestoras e operacionais, que identificam, avaliam e tratam riscos e oportunidades em seus processos e projetos, mantendo controles internos e evidências de execução. A segunda linha é desempenhada pela Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável por estabelecer metodologias e diretrizes, orientar as áreas e consolidar análises e reportes. Por fim, a terceira linha, exercida pela Auditoria Interna, realiza avaliações independentes sobre a adequação e a efetividade do sistema de governança, gestão de riscos e controles internos, emitindo recomendações e acompanhando a implementação de melhorias [GRI 2-13-a, 2-13-b].

2.6. Avaliação dos administradores e remuneração

GRI 2-18, 2-19

Em estrita conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016 e com a Deliberação CODEC nº 2, de 15 de março de 2024, o IPT promoveu a avaliação coletiva e individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observando integralmente a metodologia, os critérios e os procedimentos definidos pelo CODEC.

A avaliação foi realizada por meio eletrônico, sob coordenação da Secretaria de Governança Corporativa, assegurando padronização, rastreabilidade e registro dos resultados, com a participação de todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. No âmbito do Conselho, os conselheiros participaram: (i) da avaliação conjunta do colegiado; (ii) de suas respectivas autoavaliações individuais; e (iii) da avaliação coletiva da Diretoria Executiva. Registra-se, de forma expressa, que o Diretor-Presidente, embora integrante do Conselho de Administração, não participa, na qualidade de avaliador, da avaliação coletiva da Diretoria Executiva, ao passo que os demais Diretores realizaram suas autoavaliações nos termos do procedimento aplicável.

O processo avaliativo contemplou dimensões relacionadas, entre outras, à licitude e à eficácia dos atos de gestão, à contribuição para o resultado do exercício e ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Negócios, em coerência com as diretrizes estratégicas e os objetivos de longo prazo do Instituto. No tocante ao Conselho de Administração, foram apreciados aspectos relativos ao funcionamento do colegiado, à qualidade de sua atuação deliberativa e ao conhecimento técnico-institucional necessário ao adequado exercício de suas atribuições. Quanto à Diretoria Executiva, a avaliação considerou, sobretudo, a interação com o Conselho de Administração, incluindo o fluxo de informações, a responsividade às deliberações e a aderência às diretrizes emanadas do órgão de governança.

As notas foram atribuídas em escala de 1 (um) a 4 (quatro), registradas individualmente e consolidadas para apuração da média por dimensão e da média final do processo, na forma prevista pelo CODEC. Por fim, ressalta-se que o Comitê de Elegibilidade é responsável pela verificação da regularidade e conformidade do processo e dos resultados da avaliação, como instância de validação do atendimento aos procedimentos aplicáveis **[GRI 2-18-a]**.

A política de remuneração dos conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Instituto é estabelecida de acordo com as diretrizes fixadas pelo controlador por meio do CODEC, conforme estipulado na Deliberação CODEC nº 1, de 15/03/2024 **[GRI 2-19-a]**.

2.7. Compromissos de política

GRI 2-23

O IPT formaliza e comunica seus compromissos com a conduta ética, o respeito aos direitos humanos e a responsabilidade socioambiental por meio de um conjunto estruturado de políticas, normas e documentos institucionais, aprovados pelas instâncias competentes de governança e de observância obrigatória, conforme aplicável. O principal instrumento que orienta a atuação institucional é o Código de Conduta e Integridade, que estabelece princípios, valores e diretrizes de comportamento para administradores, empregados e demais públicos de relacionamento, servindo de referência para a prevenção, detecção e tratamento de desvios, no âmbito do Programa de Integridade e dos mecanismos internos de controle e responsabilização.

Os compromissos do IPT abrangem uma ampla gama de temas, incluindo **[GRI 2-23-a-iv, 2-23-b, 2-23-e]**:

- **Ética e integridade:** o Código de Conduta e Integridade, aplicável a todos os empregados, conselheiros, estagiários, aprendizes e terceiros, define as expectativas de comportamento ético, prevenindo conflitos de interesse, corrupção e outras práticas ilícitas.
- **Direitos humanos e diversidade:** a Carta de Compromisso com a Diversidade e Inclusão reforça o compromisso do IPT com um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, livre de discriminação e assédio.
- **Meio ambiente:** a Política de Responsabilidade Socioambiental e Governança estabelece as diretrizes para a atuação do Instituto em relação ao meio ambiente, buscando a sustentabilidade em suas operações e projetos.
- **Governança e transparência:** o Estatuto Social, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e a Política de Divulgação de Informações garantem a transparência e a conformidade nas práticas de governança.

Esses compromissos são aprovados pelas instâncias máximas de governança do IPT, como o Conselho de Administração **[GRI 2-23-d]**, e são comunicados a todos os colaboradores por meio de treinamentos, campanhas de conscientização e canais de comunicação interna **[GRI 2-23-f]**. A atualização dos documentos é realizada periodicamente, em resposta a mudanças na legislação, nas melhores práticas de mercado e nas necessidades da organização.

2.7.1. Incorporação de compromissos de política

GRI 2-24

O IPT assegura a efetiva implementação de seus compromissos e políticas por meio de um sistema de governança estruturado e da integração desses princípios em seus processos e procedimentos. A responsabilidade pela disseminação e pelo cumprimento das diretrizes é compartilhada entre as lideranças e todos os colaboradores, com o suporte de áreas-chave **[GRI 2-24-a-i]**.

A Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno é a área responsável por coordenar o Programa de Integridade, que visa prevenir, detectar e remediar desvios de conduta e irregularidades. O programa abrange a realização de treinamentos, a comunicação contínua sobre a importância da ética e da integridade, a gestão do Canal de Denúncias, bem como prevê mecanismos de consulta prévia, no caso de dúvidas sobre a aplicação do Código e normativos internos, um meio seguro e confidencial para o relato de violações ao Código de Conduta, às políticas e demais normativos do Instituto **[GRI 2-24-a-i/ii/iii/iv]**.

O monitoramento da conformidade é realizado de forma contínua, por meio de auditorias internas e externas, e pelo acompanhamento de indicadores de desempenho. As não conformidades identificadas são tratadas de acordo com a gravidade da ocorrência, podendo resultar em ações de correção, medidas disciplinares e planos de melhoria para evitar a reincidência. O processo de tratamento de denúncias é formalizado no Regulamento Interno do Processo de Tratamento de Denúncias, que garante a imparcialidade e a confidencialidade na apuração dos fatos **[GRI 2-24-a-ii]**.

2.7.2. Ouvidoria e Canal de Denúncias

GRI 2-25, 2-26

A Ouvidoria do IPT tem sua atuação regida por princípios de imparcialidade, transparência, acolhimento e obediência à Lei Federal nº 13.460/2017, Decreto Estadual nº 68.156/2023, que garante total acessibilidade, tanto para o público interno como externo, por meio de diversos canais (eletrônico, e-mail, telefone, presencial) e pela ampla divulgação. O Canal de Denúncias específico, em funcionamento 24 horas por dia e 7 dias da semana, aumenta a disponibilidade do mecanismo **[GRI 2-25-a, 2-25-b, 2-25-c, 2-26-a-ii]**.

Para o IPT, o escopo da confidencialidade é um princípio fundamental e é assegurada por **[GRI 2-25-b, 2-26-a-ii]**:

- Proteção da identidade: garantia do sigilo previsto na Lei nº 13.460/2017 e conformidade com a LGPD, via Plataforma Fala SP;
- Anonimato: opção de manifestação anônima, sigilosa ou identificada;
- Proteção do denunciado: garantia da presunção de inocência e sigilo das informações durante a apuração;
- Proibição de retaliação: é expressamente vedada qualquer forma de retaliação contra manifestantes de boa-fé.

Os canais são amplamente divulgados para garantir o acesso, além disso, a Ouvidoria também promove a transparência, publicando:

- Relatórios estatísticos;
- Indicadores de desempenho;
- Principais temas e recomendações (sempre preservando identidades).

O monitoramento dos indicadores do Instituto é contínuo e visa à eficiência do serviço e à melhoria da gestão. Utiliza critérios institucionais aprovados pelos altos órgãos de governança, garantindo que sua execução seja realizada com transparência,

ética e confidencialidade. A Ouvidoria monitora os prazos e a qualidade das respostas fornecidas pelas áreas internas, acompanhando cada manifestação até a emissão de uma resposta conclusiva ao usuário dentro do prazo legal de 30 dias, prorrogável, conforme a Lei nº 13.460/2017 e o Decreto Estadual nº 68.156/2023. Além disso, utiliza as manifestações recebidas para identificar vulnerabilidades e oportunidades de melhoria nos serviços e processos internos, elaborando recomendações e relatórios periódicos destinados à alta direção **[GRI 2-25-d, 2-25-e]**.

2.8. Conformidade com leis e regulamento

GRI 2-27

O IPT mantém um processo visando assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades. Durante o período de reporte de 2025, não foram registradas não conformidades significativas que resultassem sanções relevantes para a organização **[GRI 2-27-a]**.

O ambiente de conformidade do Instituto é gerenciado com base no *framework* do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) – Internal Control Integrated Framework (ICIF)*, e seus resultados são apresentados no Relatório Anual de Controles Internos. A organização utiliza um inventário regulatório que permite o acompanhamento proativo de mudanças na legislação e a notificação das áreas impactadas, garantindo a adequação tempestiva dos processos.

Os processos para prevenir, detectar e responder a não conformidades estão integrados ao Programa de Integridade e ao sistema de gestão da qualidade institucional. A prevenção é realizada por meio de treinamentos, comunicação e disseminação de políticas. A detecção ocorre por meio de auditorias internas e externas, monitoramento contínuo e do Canal de Denúncias. A resposta a eventuais não conformidades é coordenada por duas frentes principais: a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, no âmbito do Programa de Integridade, e a Coordenadoria de Apoio aos Negócios e Gestão da Qualidade, que atua em conjunto

com as áreas de suporte à operação e as unidades técnicas. Todo o processo é supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO

GRI 201-1, 201-4
ODS 8, 9, 16

3.1. Balanço patrimonial: fortalecimento estrutural com pressão de curto prazo

GRI 201-1

O exercício de 2025 foi marcado por movimentos patrimoniais relevantes, refletindo simultaneamente o fortalecimento estrutural de longo prazo e pressão temporária sobre a liquidez de curto prazo.

O Passivo Não Circulante apresentou redução relevante em decorrência do pagamento de processo cível, no montante de R\$ 8.050.842,94, anteriormente registrado nessa rubrica. A liquidação dessa obrigação judicial histórica contribuiu para a redução do endividamento estrutural da Instituição e para a melhoria dos indicadores de solvência [**GRI 201-1-a-ii**].

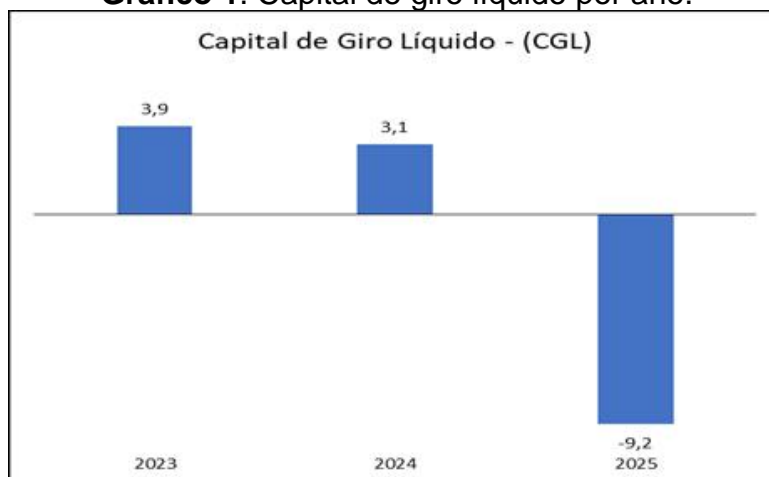
Em contrapartida, o Ativo Não Circulante registrou crescimento relevante, impulsionado por investimentos estratégicos em infraestrutura e inovação, com destaque para a implantação de novos laboratórios. Esses investimentos reforçam a capacidade técnica e operacional do Instituto, ampliando seu potencial de geração de receitas futuras e contribuindo para o fortalecimento institucional.

3.2. Gestão de liquidez, endividamento e solvência

Os indicadores de liquidez apresentaram deterioração ao longo de 2025, como reflexo direto do pagamento do processo judicial mencionado, o qual impactou substancialmente o caixa e as aplicações financeiras.

O capital de giro líquido, que em 2024 apresentava posição positiva (3,1), tornou-se negativo em 2025 (-9,2), evidenciando insuficiência temporária de recursos para a cobertura integral das obrigações de curto prazo (**Gráfico 1**).

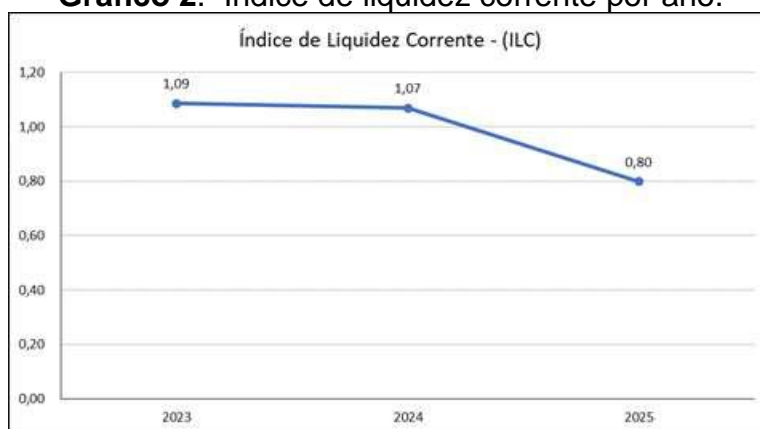
Gráfico 1. Capital de giro líquido por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

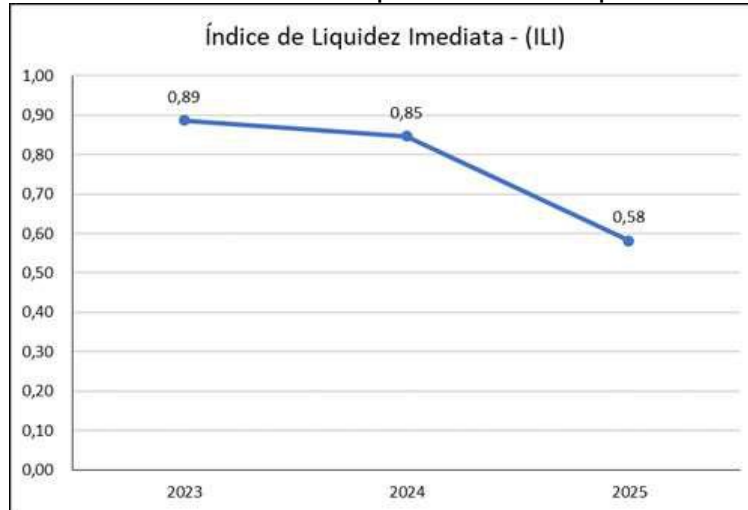
O índice de liquidez corrente recuou de 1,07 para 0,80 (**Gráfico 2**), enquanto o índice de liquidez imediata caiu de 0,85 para 0,58 (**Gráfico 3**), refletindo redução das disponibilidades financeiras e maior dependência da realização de ativos circulantes para cumprimento das obrigações.

Gráfico 2. Índice de liquidez corrente por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

Gráfico 3. Índice de liquidez imediata por ano.

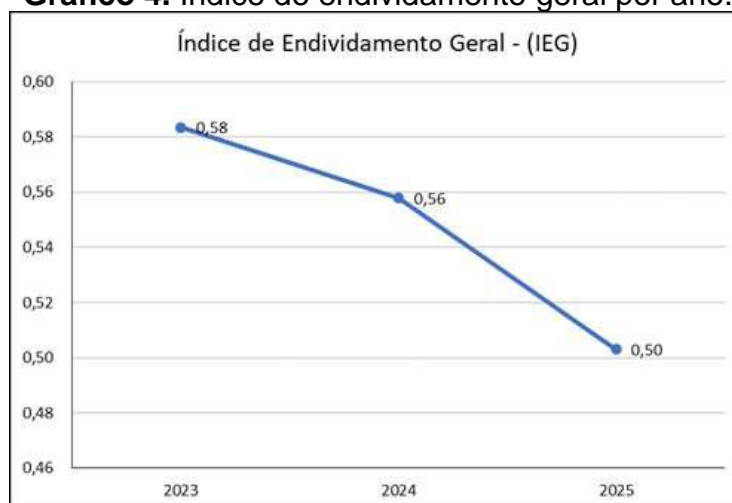


Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

Importa destacar que essa deterioração decorre, majoritariamente, de evento não recorrente associado à liquidação de passivo judicial histórico, não configurando, portanto, fragilidade estrutural permanente da operação.

No âmbito estrutural, o endividamento geral apresentou redução de 0,56 para 0,50 (**Gráfico 4**), indicando menor dependência de capital de terceiros.

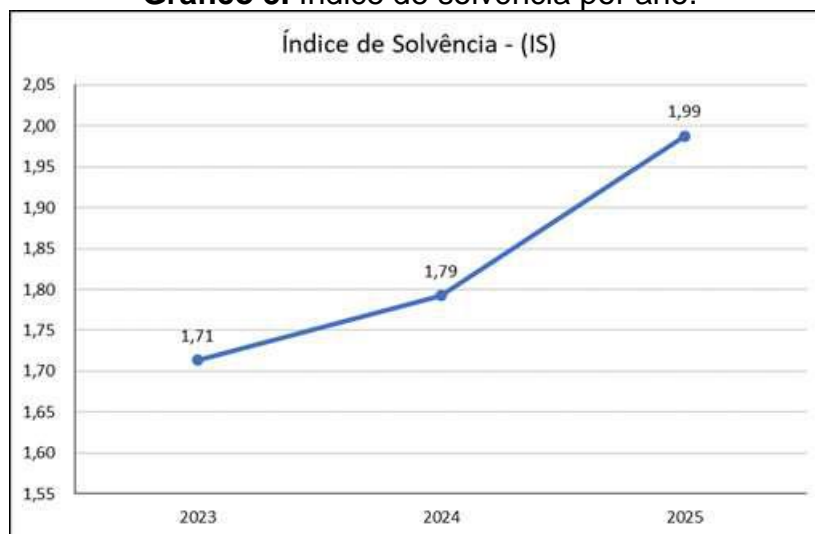
Gráfico 4. Índice de endividamento geral por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

O índice de solvência evoluiu de 1,79 para 1,99 (**Gráfico 5**), evidenciando fortalecimento da capacidade de pagamento das obrigações totais e maior solidez patrimonial.

Gráfico 5. Índice de solvência por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

3.3. Desempenho operacional

GRI 201-1, 201-4

O exercício de 2025 apresentou evolução relevante do resultado econômico, passando de prejuízo de R\$ 6,2 milhões em 2024 para lucro de R\$ 4,4 milhões em 2025, com evolução da margem de -3,2 % para +2,1 % (**Gráfico 6**).

Gráfico 6. Lucro / prejuízo por ano.

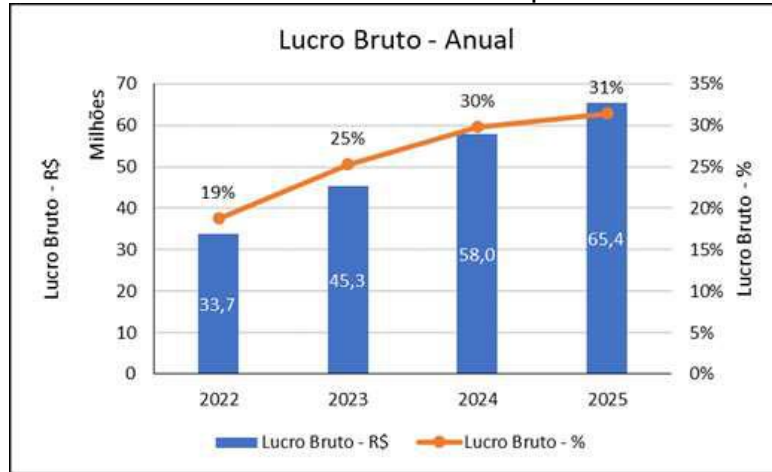


Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

Ressalta-se que o lucro contábil apurado no período decorre, em grande medida, da reversão de provisões relacionadas a riscos trabalhistas e tributários, resultante da revisão de estimativas e reavaliação de contingências. Adicionalmente, tivemos geração de receitas superior ao orçado no início do exercício e realização de despesas inferiores ao previsto. Assim, o resultado deve ser analisado conjuntamente com o desempenho operacional recorrente, não representando, isoladamente, geração operacional recorrente de caixa.

O lucro bruto evoluiu de R\$ 58,0 milhões para R\$ 65,4 milhões, com incremento de margem (30 % para 31 %), indicando manutenção da eficiência operacional (**Gráfico 7**).

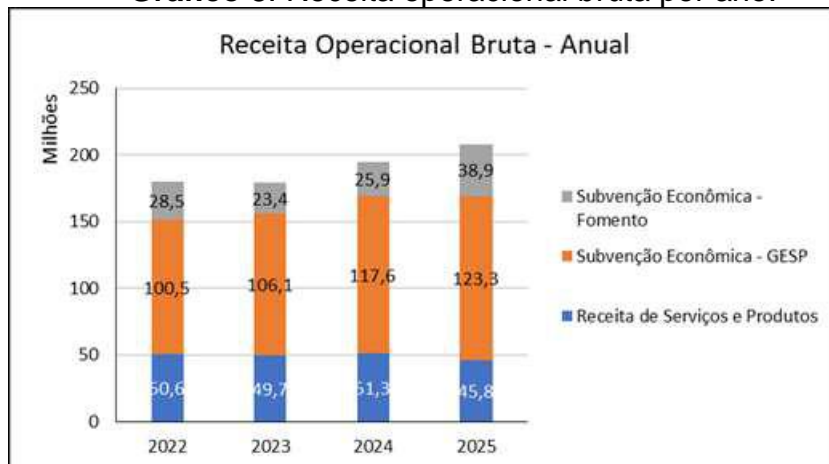
Gráfico 7. Lucro bruto por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

A receita operacional bruta apresentou crescimento (**Gráfico 8**), impulsionada principalmente pelo aumento de projetos vinculados à Fundação de Apoio e Pesquisa do Instituto, ampliando a captação de recursos por meio de instrumentos de fomento e parcerias estratégicas [GRI 201-1-a-i, 201-4-a-iii].

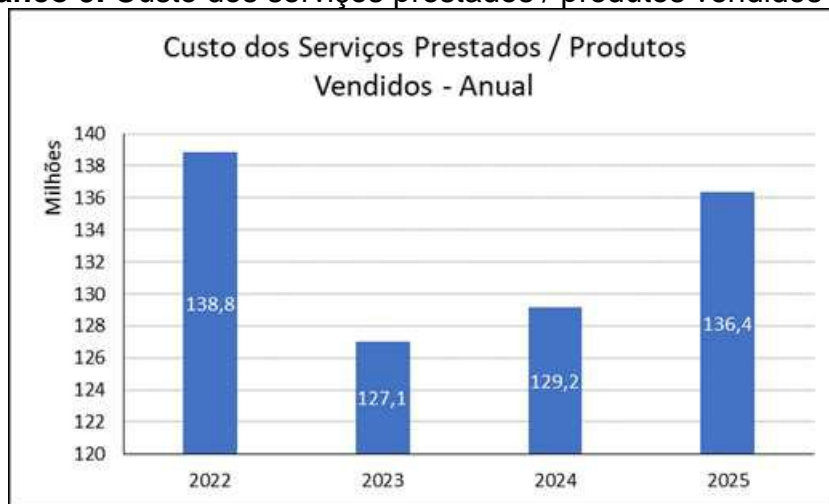
Gráfico 8. Receita operacional bruta por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

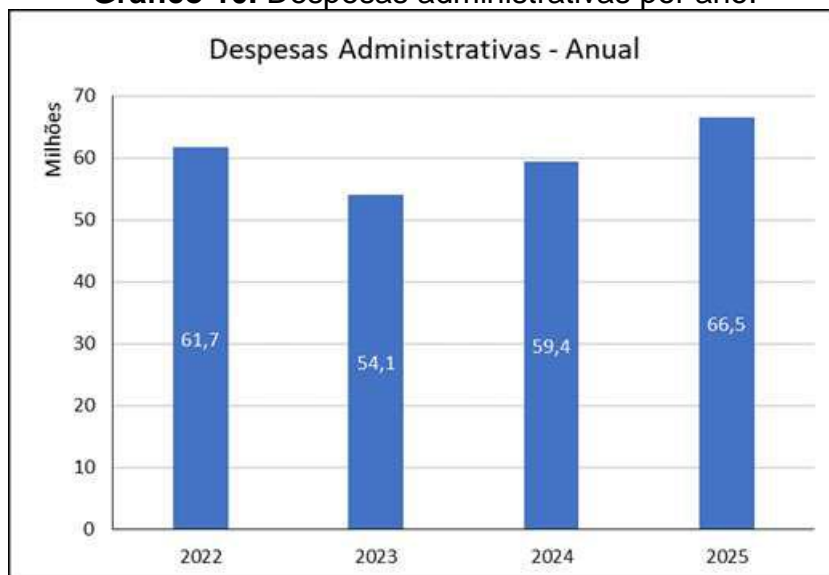
Os custos dos serviços prestados / produtos vendidos (**Gráfico 9**) e as despesas administrativas (**Gráfico 10**) registraram reduzida elevação no exercício, demandando acompanhamento contínuo para assegurar alinhamento com a expansão das receitas.

Gráfico 9. Custo dos serviços prestados / produtos vendidos por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

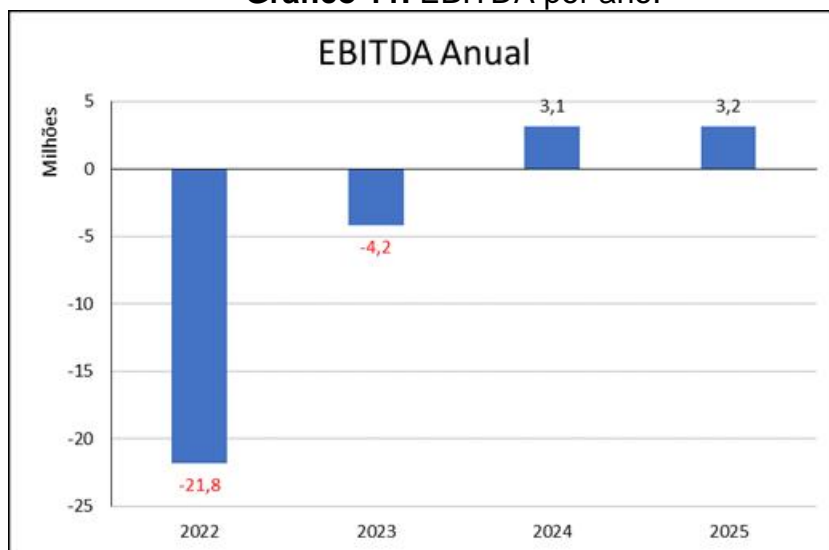
Gráfico 10. Despesas administrativas por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

O EBITDA contábil manteve-se em patamar estável e levemente crescente, passando de R\$ 3,1 milhões para R\$ 3,2 milhões (**Gráfico 11**), evidenciando preservação da capacidade de geração operacional de caixa, ainda que pressionada por desembolsos muito altos no exercício.

Gráfico 11. EBITDA por ano.



Fonte: Coordenadoria Contábil e Fiscal (CCF).

3.4. Resultado financeiro e aplicações

Com relação ao resultado de aplicações financeiras, destaca-se que o pagamento do processo judicial impactou diretamente o saldo das aplicações, reduzindo as disponibilidades e, conseqüentemente, a receita de rendimentos financeiros no período. Esse movimento explica parte da pressão sobre os indicadores de liquidez e sobre o resultado financeiro do exercício.

4. DIRETRIZ SOCIAL

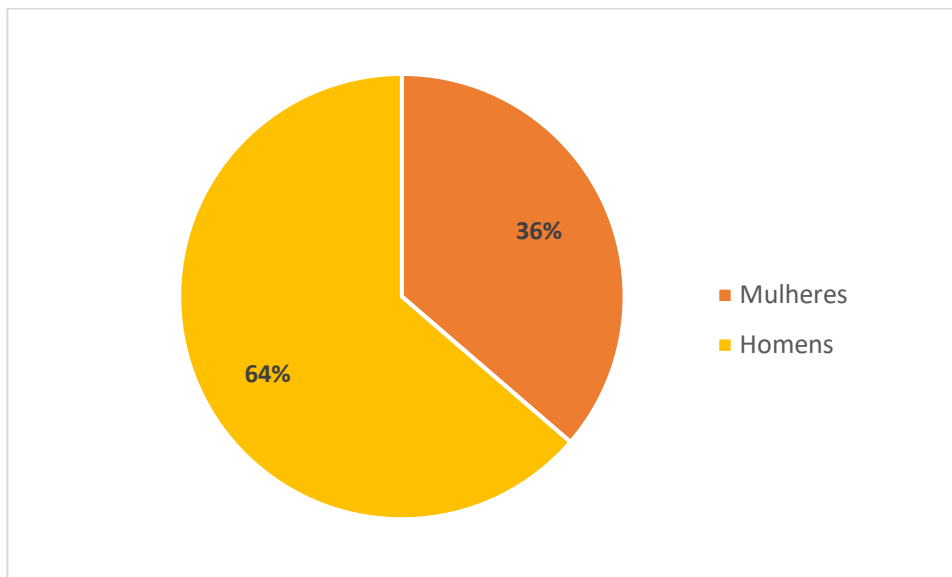
GRI 2-7, 2-8, 2-30, 401-2, 401-3, 402-1, 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 404-1, 404-2, 404-3, 405-2
ODS 3, 4, 5, 8, 10

4.1. O Instituto em pessoas

GRI 2-7, 2-8, 2-30, 401-2

O quadro do Instituto é composto por profissionais com vínculo profissional regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceção feita apenas aos empregos em comissão, que inclui os membros da Diretoria Executiva nomeados pelo Governo do Estado de São Paulo. O IPT conta, atualmente, com 589 empregados ativos, dos quais 214 são mulheres e 375 são homens, conforme distribuição apresentada no **Gráfico 12 [GRI 2-7-a, 2-7-c]**. Essa predominância masculina é ainda mais acentuada na área técnica, onde cerca de 70 % dos empregados são homens.

Gráfico 12. Distribuição dos empregados por gênero.



Fonte: Elaboração própria.

Os empregados do IPT estão distribuídos em 12 regiões, conforme a **Tabela 8**. A distribuição regional foi feita com base nos municípios de residência dos empregados, registrados no cadastro da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, e na correspondente regionalização, conforme definida nas fontes utilizadas¹. A maioria dos empregados do IPT reside no estado de São Paulo, o que está coerente com a localização da sede e de outras 5 unidades do Instituto em: Franca, São José dos Campos, Piracicaba, São Sebastião e Bertioga. As demais localizações de residência dos empregados refletem o plano de expansão do Instituto **[GRI 2-7-a, 2-7-c]**.

Tabela 8. Distribuição dos empregados do IPT, por região.

Região	Empregados					
	Em tempo integral	%	Em tempo parcial	%	Total	%
Região Metropolitana de São Paulo (SP)	541	93,60 %	10	90,91 %	551	93,55 %
Região Metropolitana de Campinas (SP)	9	1,56 %	0	-	9	1,53 %
Região Metropolitana da Baixada Santista (SP)	7	1,21 %	0	-	7	1,19 %
Região Metropolitana de Sorocaba (SP)	5	0,87 %	0	-	5	0,85 %
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	5	0,87 %	0	-	5	0,85 %
Aglomerado Urbano de Franca (SP)	4	0,69 %	0	-	4	0,68 %
Região Metropolitana de Jundiaí (SP)	2	0,35 %	0	-	2	0,34 %
Região Metropolitana de Piracicaba (SP)	1	0,17 %	0	-	1	0,17 %
Região Administrativa de Sorocaba (SP)	1	0,17 %	0	-	1	0,17 %
Região Metropolitana de Manaus (AM)	1	0,17 %	1	9,09 %	2	0,34 %
Região de Planejamento Triângulo (MG)	1	0,17 %	0	-	1	0,17 %
Área Metropolitana de Brasília (DF)	1	0,17 %	0	-	1	0,17 %
Total	578	100 %	11	100 %	589	100 %

Fonte: Elaboração própria.

¹ Fontes utilizadas: Fundação Seade - [Estado de São Paulo e suas Regionalizações | Fundação Seade](#) ; Atlas do Distrito Federal - [4.3 – Área metropolitana de Brasília – Atlas do Distrito Federal](#); Página do governo do estado de Minas Gerais, seção sobre dados geográficos - [Geografia | MG.GOV.BR](#) - ; Página do governo do estado do Amazonas - [A0 MAPA REGIAO METROPOLITANA-MANAUS-1.pdf](#)

Todos os empregados são permanentes, a maioria trabalhando em tempo integral e residindo na Região Metropolitana de São Paulo. Apenas 11 empregados trabalham em tempo parcial, 3 % das mulheres e 1 % dos homens (**Tabela 9**). As atividades desenvolvidas pelo Instituto não são influenciadas por sazonalidades, não havendo empregados temporários, nem empregados sem garantia de carga horária. Todos os benefícios são oferecidos a 100 % dos empregados [**GRI 2-7-b-i/ii/iii/iv/v, 2-7-c, 2-7-d**].

Tabela 9. Empregados em tempo integral e parcial, por gênero.

	Empregados		Mulheres		Homens	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Tempo integral	578	98 %	207	97 %	371	99 %
Tempo parcial	11	2 %	7	3 %	4	1 %
Total	589	100 %	214	100 %	375	100 %

Fonte: Elaboração própria.

O IPT adota diferentes modalidades de trabalho e práticas de flexibilização de jornada, promovendo equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos empregados:

- Trabalho híbrido: possibilidade de realização de trabalho remoto, limitado a até 2/5 da carga horária mensal;
- Regime de horário diferenciado: devendo respeitar o núcleo comum, período em que todos os colaboradores estão presentes na sede do IPT, conforme (**Figura 3**);

Figura 3. Regime de horário diferenciado.

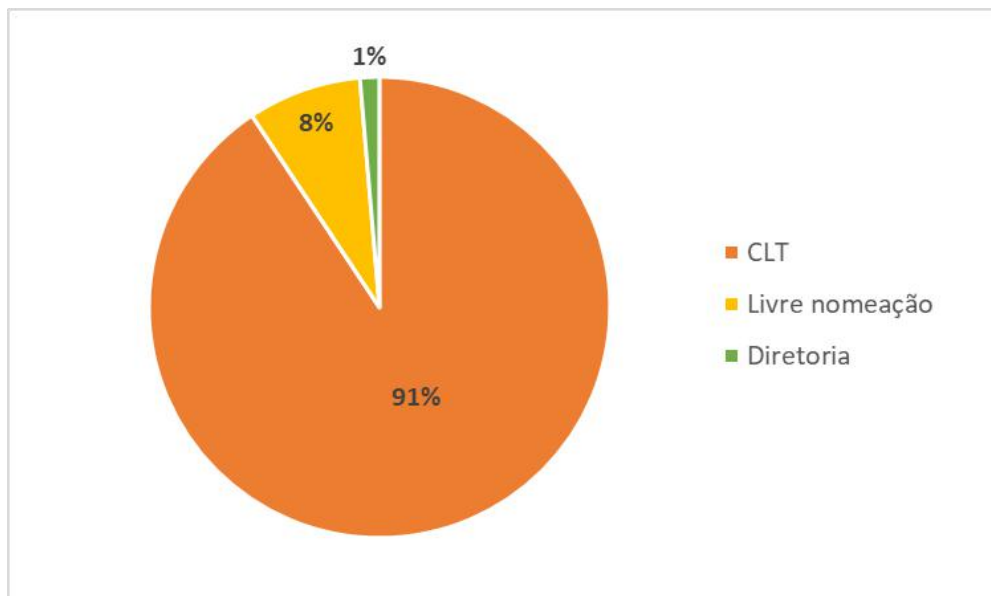
Horário diferenciado	Núcleo comum			Horário diferenciado
7:00 - 9:00	9:00 - 12:00	Almoço	13:00 - 16:00	16:00 - 18:00

Fonte: Elaboração própria.

- Teletrabalho: prestação de serviços predominantemente fora das dependências do IPT, sem controle formal de jornada, utilizando tecnologias de informação e comunicação (meios telemáticos), que não se configuram como trabalho externo;
- Calendário de compensação: anualmente é definido o calendário de feriados, compensações e pontes de feriados, estabelecendo o horário exato de trabalho diário;
- Carga horária reduzida: possibilidade de adequação da jornada de trabalho conforme necessidades específicas, garantindo conformidade legal e bem-estar do empregado.

O acesso ao IPT é feito por concurso público ou por livre nomeação. O percentual de empregos em comissão, observado em 2025, foi de 9 % do total de empregados, conforme demonstrado no **Gráfico 13**. Os empregos em comissão se destinam a assessoramento, chefia e direção [**GRI 2-7-c, 2-7-d**].

Gráfico 13. Distribuição dos empregados por categoria de vínculo.



Fonte: Elaboração própria.

Em 2025, 13 pessoas foram admitidas e 19 desligadas, resultando em uma redução de 1 % no total de empregados do IPT entre 2024 e 2025 **[GRI 2-7-e]**.

Parte da operação do Instituto é realizada por empregados da Fundação de Apoio ao IPT (FIPT), que atuam, principalmente, nos laboratórios e seções das unidades de negócios. A FIPT foi a empresa com a maior quantidade de trabalhadores não empregados atuando em 2025 no IPT, com 517 profissionais. **[GRI 2-8-a-i/ii]**.

Os empregados do IPT estão 100 % cobertos por Acordo de Negociação Coletiva e têm direito à livre associação ao Sindicato da categoria **[GRI 2-30-a]**. Todos os colaboradores podem se associar ao Sindicato da categoria, cujos representantes são empregados do Instituto e têm todos os seus direitos sindicais respeitados e garantidos pelo IPT. Atualmente, a empresa tem dois empregados representantes no sindicato da categoria e a meta é manter este número em 2026.

O IPT assegura benefícios por meio dos acordos coletivos, reforçando seu compromisso com a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores. As principais iniciativas são apresentadas na **Tabela 10 [GRI 401-2-a-ii/vii]**.

Tabela 10. Principais benefícios oferecidos aos trabalhadores.

Benefício	Descrição	Usuários em 2025
Vale-Alimentação	Disponibilização de benefício para compra de alimentos, garantindo suporte à segurança alimentar.	567 empregados*
Transporte e alimentação no <i>campus</i> sede	Subsídio para transporte e alimentação no restaurante do <i>campus</i> sede, promovendo comodidade e redução de custos.	<ul style="list-style-type: none"> • 220 usuários do transporte fretado • 16 usuários do vale-transporte • 590 refeições/dia
Plano de saúde com custo compartilhado	Subsídio de 85 % do Plano Básico, assegurando acesso à assistência médica.	<ul style="list-style-type: none"> • 935 empregados ativos • 240 empregados inativos

Creche e Auxílio-Creche	Disponibilização de creche e auxílio-creche, apoiando a conciliação entre vida profissional e familiar.	<ul style="list-style-type: none"> • 38 crianças atendidas na creche • 12 empregados atendidos pelo auxílio-creche, referente a 14 crianças (dezembro)
--------------------------------	---	--

Fonte: Elaboração própria.*exclui empregados em alguns tipos de licença, como a licença sem vencimentos.

Os Acordos Coletivos firmados pelo IPT com seus empregados seguem as regras e restrições impostas às empresas dependentes do Governo do Estado de São Paulo. O IPT conseguiu, em 2025, ofertar a creche aos pais, benefício direcionado, até então, somente às mães, com filhos até 5 anos e 11 meses, conforme estabelece a Lei n.º 14.457/2022 para as mães. Com isso, o IPT adotou uma prática alinhada aos princípios de igualdade de direitos e responsabilidades entre pais e mães no cuidado e na formação de seus filhos. A medida representa uma inovação institucional e demonstra o compromisso do Instituto com a promoção da responsabilidade social e da corresponsabilidade parental **[GRI 401-2-a-vii]**.

Além dos benefícios previstos nos acordos coletivos, o Instituto oferece convênios adicionais, como o credenciamento no Serviço Social do Comércio (SESC) e no Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo (CEPEUSP) e o seguro de vida, para todos os empregados. Nas filiais, onde não há refeitório, o IPT oferece o vale-refeição, garantindo acesso à alimentação de qualidade aos empregados. O IPT também mantém no *campus* sede um ambulatório odontológico que provê atendimento a todos os empregados e, em situações de emergência, para todos os trabalhadores atuando no *campus* sede **[GRI 401-2-a-i/vii]**.

4.2. Licenças maternidade e paternidade

GRI 401-2, 401-3

No IPT, as licenças maternidade e paternidade são concedidas em conformidade com a legislação federal e regulamentadas internamente por Instrução Normativa, garantindo esse direito a 100 % dos 589 empregados, independentemente de gênero ou idade. Desse modo, todas as 214 mulheres e 375 homens do quadro de empregados têm assegurado o direito de usufruir dessas licenças, reforçando o compromisso institucional com a proteção à parentalidade e com a promoção do bem-estar das famílias de seus trabalhadores e trabalhadoras **[GRI 401-2-a-iv, 401-3-a]**.

O IPT é formalmente aderente ao Programa Empresa Cidadã, conforme a Lei nº 13.257/2016, o que assegura a ampliação dos períodos legais de licença, fortalecendo a política institucional de apoio à parentalidade. No caso da licença maternidade, a duração padrão prevista na CLT é de 120 dias, com a adesão ao Programa Empresa Cidadã, esse período pode ser prorrogado para 180 dias. Já no caso da licença paternidade, há ampliação do período legal de cinco para 20 dias para os empregados.

Em 2025, seis empregadas usufruíram da licença maternidade **[GRI 401-3-b]**. Destas, cinco concluíram o período regular de afastamento dentro do ano-base e retornaram às suas atividades, enquanto uma profissional permanecerá em licença até março de 2026 **[GRI 401-3-c]**. Considerando apenas as trabalhadoras que finalizaram o afastamento em 2025, verificou-se que todas retornaram ao trabalho, resultando em taxa de retorno de 100 % **[GRI 401-3-e]**. Além disso, todas as cinco empregadas que retomaram suas funções em 2025 permaneceram no Instituto nos meses subsequentes, assim como as quatro empregadas que retornaram de licença maternidade em 2024, configurando uma taxa de retenção de 100 %. **[GRI 401-3-d, 401-3-e]**. Em relação à licença paternidade, não houve concessões em 2025.

Esses resultados evidenciam que as políticas de apoio à parentalidade adotadas pelo IPT promovem um ambiente de acolhimento, estabilidade e segurança aos trabalhadores, assegurando não apenas o retorno ao trabalho, mas também a continuidade de suas trajetórias profissionais.

4.3. Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais

GRI 402-1

O IPT adota práticas estruturadas de comunicação interna para assegurar que todas as mudanças operacionais relevantes sejam informadas aos empregados com a antecedência necessária, considerando a natureza e a urgência de cada situação. O Instituto dispõe de diversos canais de comunicação interna: a newsletter *IPT em 5 minutos*; a Intranet; a plataforma de comunicação e colaboração corporativa Microsoft *Teams*; o grupo de *WhatsApp* institucional específico para divulgação de informações importantes e confiáveis de maneira ágil; e-mails e *lives* institucionais; e cartazes informativos. A escolha do canal de comunicação interna a utilizar depende da adequação ao público-alvo e à complexidade da informação a ser transmitida.

Embora não haja prazos específicos definidos em acordos coletivos, o IPT se compromete a comunicar alterações operacionais de forma transparente e em tempo hábil, garantindo que os trabalhadores tenham tempo suficiente para se preparar e se adaptar às mudanças **[GRI 402-1-a, 402-1-b]**.

4.4. Saúde e segurança do trabalho

GRI 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7

O IPT mantém um sistema robusto de Saúde, Segurança Ocupacional e Gestão de Riscos Ambientais, alinhado à Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que

estabelece as disposições gerais e as bases para a gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Brasil. A instituição adota metodologias reconhecidas para identificação, controle e mitigação de riscos ocupacionais e ambientais, respeitando integralmente as normas regulamentadoras brasileiras e diretrizes internacionais. O Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do IPT atua integradamente com a equipe da FIPT para atender os trabalhadores que atuam no IPT, além de desenvolver ações específicas para empresas prestadoras de serviços. Assim, atende a todos os trabalhadores (empregados ou não) de acordo com seu tipo de trabalho realizado no IPT [**GRI 403-1-a-i/ii, 403-1-b, 403-7-a**].

O modelo de gestão adotado avança além da conformidade legal e se baseia em prevenção, governança, gestão de riscos e promoção contínua da saúde física, mental e psicossocial dos trabalhadores.

4.4.1. Principais riscos, materiais e controles

GRI 403-2, 403-3, 403-5, 403-7

O IPT opera em ambientes laboratoriais, industriais, experimentais e de pesquisa aplicada, contextos que envolvem riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, ambientais e psicossociais. O IPT faz uma gestão estruturada dos riscos ambientais, com foco em minimizar impactos à saúde, ao meio ambiente e à segurança operacional. As ações incluem:

- Avaliação contínua de agentes ambientais (físicos, químicos e biológicos);
- Medições ambientais periódicas, incluindo ruído, calor, vibração, qualidade do ar e particulados;
- Análise de exposição ocupacional e controle de limites de tolerância;
- Controles de engenharia, como melhorias de ventilação, enclausuramento, exaustão e substituição de agentes;
- Mitigação e eliminação de riscos na fonte, sempre que tecnicamente possível;

- Integração total das informações ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), instrumento formal que implementa o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), exigido pela NR-01, permitindo planejamento preventivo baseado em evidências.

Essa abordagem garante ao IPT aderência às melhores práticas internacionais e permite resposta proativa a riscos emergentes. Para mitigar esses riscos, a instituição mantém:

- PGR consolidado, com inventário de riscos atualizado e controles robustos;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) integrado, previsto na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-07), assegurando vigilância médica contínua;
- Plano de Atendimento a Emergências (PAE) com simulados frequentes;
- Treinamentos técnicos e comportamentais para gestão de riscos;
- Monitoramento ambiental contínuo com mitigação e controle de agentes nocivos.

Esse conjunto consolida resiliência operacional e sustentabilidade institucional. Além disso, o IPT integra a avaliação de riscos à sua cadeia produtiva, incluindo análises técnicas de riscos relacionados às atividades laboratoriais e operacionais e medidas preventivas alinhadas aos padrões técnicos e científicos mais atuais [**GRI 403-2-a-i/ii, 403-3-a, 403-5-a, 403-7-a**].

4.4.2. Programa de emergências médicas

GRI 403-3

O IPT dispõe de um procedimento estruturado para atendimento a emergências médicas e ocorrências críticas envolvendo empregados, visitantes e

terceiros. O protocolo estabelece fluxos claros de acionamento, resposta imediata e integração entre as equipes responsáveis pela saúde e segurança ocupacional.

O Instituto mantém um ramal exclusivo de emergência, que aciona diretamente a equipe de Enfermagem e Medicina Ocupacional para atendimento imediato. O serviço funciona em regime de prontidão, garantindo resposta rápida a situações que demandam avaliação clínica, primeiros socorros e estabilização do trabalhador.

Complementarmente, o IPT conta com profissionais voluntários capacitados como socorristas. Esses trabalhadores são treinados para atuar nos primeiros cuidados até a chegada do atendimento especializado, contribuindo para a redução de riscos e para a eficiência da resposta em casos de urgência.

Para garantir suporte pleno, o Instituto mantém uma ambulância no *campus* sede, destinada a atendimentos de urgência e emergência. O veículo permite remoção assistida quando necessário e assegura suporte avançado até a chegada a serviços de referência.

O atendimento opera de forma integrada ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), à Brigada de Emergência e ao PCMSO, fortalecendo o sistema de prevenção e resposta a acidentes, alinhado aos requisitos normativos e aos princípios de proteção à saúde e à segurança no trabalho **[GRI 403-3-a]**.

4.4.3. Bem-estar, saúde mental e fatores psicossociais

GRI 403-3

O IPT realiza ações estruturadas e contínuas para fortalecer o bem-estar dos trabalhadores, incluindo:

- Avaliação biopsicossocial anual (para empregados IPT);
- Programa de escuta ativa;

- Acompanhamento por assistente social;
- Atendimento com psicóloga para acolhimento e suporte;
- Programas de prevenção, campanhas e ações integradas à cultura organizacional **[GRI 403-3-a]**.

O atendimento social realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas consiste nas ações apresentadas na **Tabela 11**.

Tabela 11. Ações de atendimento social do IPT em 2024 e 2025.

Ação	Descrição	Atendimentos	
		2025	2024
Programa Serenidade	Programa institucional de apoio psicológico e saúde emocional, voltado à prevenção, acolhimento e manejo de situações de sofrimento psíquico. Principais ações: acolhimento para atendimentos psicológicos individuais e sigilosos; estabelecimento de protocolos de acolhimento imediato para casos críticos; articulação com avaliações biopsicossociais (NR-1); integração às ações de bem-estar do Programa Inspira.	14	7
Auxílio Financeiro	Antecipação do décimo terceiro e liberação de custo operacional em casos do plano de saúde, por meio de avaliação social. Esse apoio social é relevante no momento de necessidade por parte do empregado, gerando orgulho, com redução de estresse e impacto positivo na produtividade.	9	8
Auxílio Funeral	Acompanhamento e apoio social para garantir a manutenção do vínculo humano e o suporte à família em momento de vulnerabilidade.	3	5
Acompanhamento Social	Acompanhamento social humanizado dos empregados em tratamento médico, garantindo o apoio e recursos que o IPT pode oferecer.	6	4
Programa Reintegrar	Suporte e acompanhamento contínuo de empregados afastados para garantir a reintegração segura e a recuperação total. O suporte é estendido até 3 meses após o retorno, com foco no empregado e na liderança.	5	7
Orientação e intermediação sobre o plano de saúde	Solicitações de demandas variadas relacionadas ao plano de saúde como indicações de recursos, inclusões, exclusões e uso do plano; intermediação junto ao plano de saúde em casos complexos, como	47	24

exames, cirurgias, quimioterapias. Nesses casos, o apoio social elimina a burocracia e proporciona total tranquilidade ao empregado. Isso garante que o foco seja exclusivamente na recuperação e no bem-estar, reduzindo significativamente o estresse e a ansiedade.

Total

84

55

Fonte: Elaboração própria.

Em 2025, o aumento dos atendimentos do Programa Serenidade refletiu o impacto positivo das campanhas de promoção em saúde mental, como a palestra do setembro amarelo, que estimulou a busca por orientação psicológica. Esse crescimento não indica necessariamente maior incidência de adoecimento, já que o Instituto registrou apenas um afastamento por saúde mental no período.

Os atendimentos relacionados ao auxílio financeiro mantiveram coerência com os resultados da Pesquisa de Clima, reforçando a importância de abordar temas de saúde financeira como parte do bem-estar integral dos empregados.

A partir de 2026, as orientações e intermediações com o plano de saúde serão registradas via *service desk*, permitindo mensurar demandas, aprimorar o mapeamento das necessidades e fortalecer as negociações com o fornecedor. Essa mudança contribuirá para a melhoria contínua do atendimento e de sua gestão.

Essas ações têm impacto direto na saúde emocional, prevenção de adoecimento, suporte em momentos críticos e melhoria do bem-estar geral dos empregados, o que reforça a importância do papel estratégico do atendimento psicossocial no IPT.

4.4.4. Engajamento dos trabalhadores e cultura de segurança

GRI 403-4

A cultura de segurança no IPT se apoia fortemente na participação dos trabalhadores. Nesse sentido o IPT promove:

- Atuação estruturada da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), prevista na Norma Regulamentadora nº 5 (NR-05);
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, evento anual organizado pela CIPA (SIPAT) com foco educativo;
- Treinamentos recorrentes;
- Comunicação ativa de riscos e incidentes;
- Participação direta dos colaboradores nos processos de melhoria.

Esse engajamento reduz riscos, reforça a responsabilidade compartilhada e fortalece a governança **[GRI 403-4-a]**.

4.4.5. Indicadores de desempenho e transparência

GRI 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6

O IPT assegura a transparência e a gestão eficiente em SST por meio da elaboração do Relatório Analítico Anual, que consolida taxas de acidentes, gravidade, frequência, registros de doenças ocupacionais e análises de tendência. Esses indicadores permitem ampla cobertura de SST, respostas rápidas e baseadas em dados, elaboração de planos de ação precisos, auditorias internas eficazes e fornecem informações claras aos órgãos de governança. Além disso, incluem sistemas de registro de incidentes, emissão de CAT quando aplicável, métricas de acidentes e quase-acidentes, bem como monitoramento contínuo dos indicadores de saúde ocupacional e do ambiente de trabalho.

Em 2025, o IPT manteve elevados padrões de saúde ocupacional e segurança do trabalho, assegurando a conformidade legal e a proteção integral dos trabalhadores. Além disso, a integração entre PGR e PCMSO foi concluída completamente, com sinergia total entre saúde e segurança ocupacional. As ações realizadas são apresentadas na **Tabela 12 [GRI 403-2-a-i/ii, 403-3-a, 403-4-a, 403-5-a]**.

Tabela 12. Saúde ocupacional e segurança do trabalho no IPT em 2025.

Ação	Resultado 2025
Realização de Atestado de Saúde Ocupacional de empregados e estagiários (admissionais, periódicos, demissionais e de retorno ao trabalho)	100 % de cobertura e conformidade com o PCMSO
Atendimentos de emergência	3 atendimentos
Treinamentos obrigatórios	<p>43 treinamentos a 1.200 trabalhadores (IPT e FIPT):</p> <ul style="list-style-type: none"> • NR-10 - Instalações elétricas e Sistemas Elétricos de Potência • NR-13 - Operador de caldeira • NR-20 - Agentes químicos • NR-33 - Espaço confinado • Brigada de incêndio • Segurança em laboratório
Taxa de conformidade com as Normas Regulamentadoras	98 %, com planos de ação para contemplar os 2 % restantes
SIPAT	269 participantes
Avaliação da eficácia de programas e da conformidade regulatória	<ul style="list-style-type: none"> • 100 % de cobertura do PGR, com implementação integral das diretrizes preventivas • 42 auditorias internas (ergonomia e prevenção de acidentes), com 25 pontos de melhoria identificados • 1 auditoria externa, com 1 ponto de melhoria relacionado à conformidade regulatória e práticas de segurança • 95 integrações entre sistemas e procedimentos
Gestão de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	<ul style="list-style-type: none"> • 3.650 requisições processadas, assegurando disponibilidade e distribuição adequada

Tabela 12. Saúde ocupacional e segurança do trabalho no IPT em 2025 (cont.).

Ação	Resultado 2025
Avaliação ambiental biopsicossocial (NR-01)	<ul style="list-style-type: none"> • 297 questionários anônimos respondidos • Dados coletados sobre estresse, carga de trabalho e percepção de suporte social • Melhorias identificadas para inclusão no PGR e execução em 2026
Atividades de ergonomia	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações posturais • Ajustes em postos de trabalho • Treinamentos específicos para reduzir riscos ergonômicos e prevenir as lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho LER/DORT
Atualização do PCMSO (NR-7)	<ul style="list-style-type: none"> • Cronograma anual de exames definido; ações preventivas e corretivas, alinhadas aos riscos identificados no PGR • 100 % das metas atingidas
Revisão do LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho)	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças operacionais e novas exposições identificadas • Mapeamento detalhado das funções com risco de exposição a agentes insalubres e perigosos, fundamentando o enquadramento previdenciário
Análise Ergonômica do Trabalho (AET) -NR-17	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustes nos postos de trabalho • Adequação de mobiliário • Implementação de pausas programadas • Redistribuição de tarefas • Treinamentos específicos para reduzir a sobrecarga biomecânica
Revisão do Plano de Ação de Emergência (PAE) - NR-23	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de riscos, procedimentos de evacuação, hierarquia de acionamento, recursos disponíveis e protocolos de resposta • Realização de capacitações com brigadistas e trabalhadores • Realização de simulados de evacuação, seguidos de análises de desempenho e ajustes nos procedimentos operacionais

Fonte: Elaboração própria.

Foram realizadas, ainda, iniciativas complementares e preventivas como atendimentos médicos ocupacionais, avaliações clínicas especializadas e encaminhamentos para tratamento quando necessário, garantindo a continuidade do cuidado. As campanhas de vacinação seguiram o calendário ocupacional, contemplando imunizações contra gripe, tétano e outras vacinas recomendadas para grupos de risco. Complementarmente aos atendimentos psicossociais, em 2025 foram realizadas ações de qualidade de vida (**Tabela 13**).

Tabela 13. Ações de qualidade de vida do IPT em 2025.

Ação	Descrição	Resultado em 2025
Portas Abertas	Evento com programação especial para os familiares dos trabalhadores conhecerem o IPT	<ul style="list-style-type: none"> + 200 pré-inscrições Evento planejado para 2026
Campanhas sociais	Palestras e ações relacionadas a: <ul style="list-style-type: none"> Diversidade, Mulheres e Direitos Humanos Janeiro Branco Setembro Amarelo Outubro Rosa Novembro Azul 	18 ações
Campanha de solidariedade Natal solidário	Adoção de cartas de crianças e adolescentes das famílias dos trabalhadores da empresa responsável pela limpeza do IPT.	49 cartas adotadas
Jogos integradores	Maratonas, não limitada a corridas, envolvendo os trabalhadores em diversas atividades físicas, como caminhada, ciclismo, musculação, dança, pilates e yoga, além da corrida.	<ul style="list-style-type: none"> 3 maratonas 363 participantes

Fonte: Elaboração própria.

Tais ações incentivam o bem-estar físico e mental, a diversidade e inclusão, a solidariedade e engajamento social, a integração e espírito de equipe, a qualidade de vida e hábitos saudáveis, promovendo motivação, pertencimento, saúde integral e engajamento organizacional [**GRI 403-3-a, 403-6-a, 403-6-b**].

4.5. Programas de gestão de competências

GRI 404-1, 404-2

O processo de capacitação do capital intelectual do IPT começa pelo Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), etapa em que a área de Gestão de Pessoas identifica, junto às áreas administrativas e operacionais, as lacunas de conhecimento, os requisitos legais e as necessidades de desenvolvimento de competências essenciais para o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais. Assim, o diagnóstico não se limita a mapear demandas imediatas, mas busca compreender quais capacidades individuais e coletivas precisam ser desenvolvidas para que a organização cumpra sua missão pública com maior eficácia.

A partir do LNT, o programa anual de treinamento é estruturado por carreira, adequando conteúdos, metodologias e modalidades às necessidades reais do trabalho. Cada ação deve contribuir, de forma mensurável, para o fortalecimento das competências organizacionais críticas.

Essas iniciativas se articulam no Programa de Educação Corporativa, que organiza as ofertas de capacitação ao longo do ano, define prioridades, aloca recursos e monitora resultados. O programa funciona como um instrumento de gestão estratégica, garantindo coerência entre o investimento em capacitação e os objetivos institucionais, ao mesmo tempo em que promove equidade e transparência no acesso às oportunidades de desenvolvimento para todas as carreiras.

Por fim, o Programa de Educação Corporativa amplia essa perspectiva ao estruturar um sistema contínuo de aprendizagem, que vai além de cursos isolados, organização de treinamentos internos para grupos multidisciplinares, visando ao desenvolvimento de competências comportamentais, incentivando a troca de conhecimento, por meio de programas estruturados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e descritos a seguir.

4.5.1. Programa *Mentoring*

GRI 404-2

O Programa de *Mentoring* do IPT foi estruturado para promover a transferência de conhecimento tácito e explícito entre profissionais, visando não apenas ao compartilhamento do conhecimento, mas também à retenção e à transmissão de conhecimentos essenciais entre as equipes, garantindo, assim, a manutenção e a ampliação das competências institucionais.

O programa busca integrar diferentes áreas e gerações, favorecendo a troca e a retenção do conhecimento organizacional, fundamentais para a sustentabilidade da operação do Instituto. Os projetos abordam temas estratégicos para as áreas do IPT, e as equipes formadas participam de encontros temáticos que estimulam a colaboração e promovem a capacitação em habilidades necessárias para a boa condução dos projetos.

Em 2025, o programa formou 28 equipes, envolvendo 83 pessoas (**Tabela 14**), abrangendo todas as unidades de negócio e contando com a participação de áreas de suporte e da Diretoria Executiva. Os participantes do programa podem alocar até oito horas de trabalho por semana para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos projetos e dispõem de apoio financeiro de até R\$ 2.000,00 por projeto para aquisição de recursos necessários, conforme a demanda. No total, foram solicitados R\$ 34.387,90 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e

noventa centavos) em 2025. A edição de 2025 do Programa de *Mentoring* será encerrada em março de 2026 [GRI 404-2-a].

Tabela 14. Participantes do Programa *Mentoring* IPT em 2025.

Gênero	Pessoas envolvidas		Mentores		Mentorados	
	Quantidade	%	Quantidade*	%	Quantidade**	%
Homens	50	60 %	19	63 %	34	57 %
Mulheres	33	40 %	11	37 %	26	43 %
Total	83	100 %	30	100 %	60	100 %

Fonte: Elaboração própria. * Três mentores (um homem e duas mulheres) participam também como mentorados em outras equipes. Duas equipes possuem dois mentores. ** Quatro pessoas (dois homens e duas mulheres) são mentorados em 2 equipes.

4.5.2. Programa Inspira

GRI 404-1, 404-2

O Programa Inspira foi implementado em 2025 como resposta direta aos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional, que identificou a necessidade de investir em ações voltadas ao bem-estar, à integração, ao desenvolvimento e à segurança psicológica do grupo de profissionais com idade entre 40 e 49 anos.

O programa foi estruturado para fortalecer competências críticas, promover melhorias no ambiente de trabalho e ampliar oportunidades de aprendizagem contínua, articulando-se ao Programa de Educação Corporativa, nos seguintes eixos:

- Bem-estar e competências comportamentais: Realização do *Workshop Equilíbrio e Bem-Estar*, com o objetivo de desenvolver o autoconhecimento, o manejo do estresse, a segurança psicológica e o protagonismo profissional. Casos críticos foram identificados e encaminhados ao Programa Serenidade para acompanhamento especializado;
- Tendências tecnológicas, humanas e internacionalização: Realização de

encontros temáticos que abordaram assuntos como competências para 2035, maturidade tecnológica, comportamento diante da inovação e atuação em redes globais. Os conteúdos responderam às lacunas mapeadas na Pesquisa de Clima, como a necessidade de atualização tecnológica e visão estratégica ampliada;

- Imersão tecnológica e ecossistemas de inovação: Realização de capacitação sobre tecnologias emergentes, IA e ecossistemas de inovação para ampliar o repertório técnico e estimular a integração entre profissionais de diferentes unidades. A ação evidenciou a necessidade de estruturação de um programa contínuo de atualização tecnológica institucional.

O Programa Inspira apresentou 84,4 % de adesão, considerando o público-alvo de pouco mais de 100 profissionais. Foram realizados encontros temáticos, *workshops* e iniciado um programa de Bem-Estar direcionado a esse grupo. Nos Encontros Temáticos, foram abordados os seguintes temas: Tendências Tecnológicas e Humanas, que contou com 41,5 % de participação; Internacionalização e Redes Globais, com 43,1 %; e Imersão Tecnológica e Inovação em Ecossistemas, com 38,5 %.

A avaliação de reação do programa reforça o impacto positivo das iniciativas: 90 % dos relatos destacaram aspectos como identificação de propósito, autoconhecimento e motivação; mudança de *mindset*; aplicação prática imediata; sensação de ganho pessoal e profissional; ampliação do repertório tecnológico; maior compreensão sobre parcerias estratégicas e oportunidades de inovação; e identificação da necessidade institucional de atualização continuada. Esses resultados indicam que o programa não apenas cumpriu sua proposta de desenvolvimento, mas também gerou benefícios tangíveis para os participantes, alinhando os objetivos estratégicos do Instituto aos propósitos individuais e promovendo engajamento e transformação **[GRI 404-2-a]**.

Para 2026, o IPT tem como meta ampliar o Programa Inspira, consolidando-o como uma trilha formativa anual, incorporando iniciativas estratégicas voltadas ao desenvolvimento e à inovação. Entre as ações previstas estão: oficinas de Inteligência Artificial; visitas a ecossistemas de inovação; iniciativas voltadas à internacionalização e ao aprimoramento do inglês técnico; além de atividades relacionadas ao bem-estar e à segurança psicológica. Os impactos dessas ações serão avaliados por meio da próxima Pesquisa de Clima, garantindo alinhamento com as necessidades e expectativas dos trabalhadores.

Dentre as atividades já programadas para 2026, destacam-se:

- Promoção do equilíbrio e da saúde, com foco nos fatores psicossociais e na avaliação de estresse do público-alvo;
- Realização de encontros temáticos voltados ao desenvolvimento profissional e pessoal, incluindo:
 - Gestão de Projetos com Propósito: voltado à exploração de práticas que vão além de planilhas e prazos;
 - Protagonismo e Propósito como Impulsionadores de Carreiras: para fomentar trajetórias profissionais alinhadas a significado e valores;
 - Protagonismo em Ciência, Inovação e Negócios: para fortalecer a atuação estratégica em ambientes de pesquisa e negócios.

Complementarmente, atuamos na capacitação transversal do capital humano. As iniciativas integram o fortalecimento da cultura de segurança no Instituto, visando minimizar os acidentes de trabalho que podem envolver riscos físicos, químicos e biológicos, por meio do atendimento às Normas Regulamentadoras, estendendo-se ao desenvolvimento de competências socioemocionais, alinhando as equipes às demandas de um mercado que exige, simultaneamente, rigor técnico e flexibilidade relacional **[GRI 404-2-a]**. A **Tabela 15**

apresenta os resultados referentes à capacitação dos empregados do IPT em 2025
[GRI 404-1-a-i/ii].

Tabela 15. Média de horas de capacitação realizadas pelos empregados em 2025, discriminada por gênero e por categoria funcional (carreira).

Gênero	Empregados	Horas de capacitação realizadas	
		Total	Média
Mulheres	214	4.497	21,01
Homens	375	6.100	16,27
Total	589	10.597	17,99

Carreira	Empregados	Horas de capacitação realizadas	
		Total	Média
Administrativa	183	2.416	13,20
Operacional	13	328	25,23
Pesquisa	264	5.976	22,64
Técnica	129	1.877	14,55
Total	589	10.597	17,99

Fonte: Elaboração própria.

A métrica de horas de treinamento considera uma arquitetura de aprendizagem multimodal. Contabilizamos o tempo investido em educação corporativa tradicional, como treinamento em sala e *on-line*, e em espaços de construção coletiva de conhecimento, como mesas redondas, painéis e simpósios, reconhecendo que a troca de saberes entre pares é fundamental para a inovação no IPT.

Os indicadores de desempenho de 2025 consolidam a execução da estratégia de educação corporativa do IPT, totalizando 10.597 horas de capacitação e uma média global de aproximadamente 18 horas por trabalhador. A segmentação dos dados sob a ótica de gênero revela um indicador robusto de equidade e incentivo à carreira feminina: as mulheres apresentaram uma média de 21,01 horas de treinamento, superando a média masculina de 16,27 horas.

A análise por categoria funcional (carreira) demonstra uma alocação de recursos coerente com as respectivas necessidades. A carreira de pesquisa, central para a atividade-fim da instituição, recebeu o maior volume absoluto de horas (5.976) e registrou

uma média de 22,64 horas por pesquisador, assegurando a atualização tecnológica indispensável para a inovação. Paralelamente, a carreira operacional destacou-se com a maior média individual entre todas as carreiras, alcançando 25,23 horas, o que reflete a intensificação mandatória de treinamentos em segurança e normas regulamentadoras, vitais para a integridade das operações e mitigação de passivos.

Ao confrontar o desempenho atual com o exercício de 2024, que registrou 6.713 horas totais de treinamento, observa-se uma expansão expressiva de 57,8 % no volume de capacitação oferecido em 2025. Esse crescimento substancial evidencia a aceleração da estratégia de desenvolvimento humano do Instituto, marcando uma transição de ações pontuais para uma cultura de aprendizagem contínua e intensiva. O incremento de quase 4.000 horas no período reflete o esforço institucional em reduzir lacunas de competência e preparar as equipes para desafios complexos.

4.6. Assistência à transição de carreira

GRI 404-2

Embora o IPT, como empresa pública, não disponha de programas formais de transição de carreira nos moldes do setor privado, a instituição desenvolve práticas que apoiam o final da vida funcional e reconhecem a importância da terceira idade produtiva. O Instituto valoriza a permanência dos profissionais experientes, que frequentemente optam por continuar ativos e contribuindo de forma significativa até a aposentadoria. Essa cultura é refletida em iniciativas como o IPT VALORIZA, que homenageia os longos tempos de serviço. Na sua última edição, dois profissionais foram reconhecidos por completarem 50 anos de dedicação ao IPT, reforçando o respeito institucional pela trajetória e pelo legado desses profissionais.

Além disso, o IPT vem avançando em práticas estruturadas de preparação para o final de carreira. Neste ano, iniciou-se o primeiro processo formal de sucessão para lideranças próximas da aposentadoria, garantindo continuidade administrativa, transferência de conhecimento crítico e transição planejada entre gerações. Esse

movimento busca preservar a memória institucional, fortalecer competências essenciais e assegurar que o conhecimento dos profissionais seniores seja compartilhado com as novas lideranças.

Outro programa de destaque relacionado à transição de carreira é o Programa Radar que, desde 2020, trouxe flexibilidade e transparência à oferta e busca de novas oportunidades internas de atuação no Instituto, melhorando o processo de movimentação interna. Profissionais interessados em novas oportunidades e experiências, bem como áreas que procuram perfis específicos contam com uma ferramenta que permite esse encontro de forma transparente e ágil. Em 2025, o programa viabilizou a movimentação interna de nove profissionais e há, atualmente, 44 vagas disponíveis para transferência interna. Dessa forma, o Programa Radar viabiliza novas experiências e oportunidades profissionais dentro do Instituto, fortalecendo o capital humano e criando trilhas de desenvolvimento e transição de carreira. Com isso, promove a retenção de talentos, estimula e facilita o trabalho multidisciplinar e a integração entre profissionais de diferentes áreas, levando o IPT para uma atuação mais competitiva no mercado **[GRI 404-2-b]**.

4.7. Programa Jovem Aprendiz

O IPT cumpre integralmente a legislação referente ao Programa Jovem Aprendiz, conforme a Lei Federal nº 10.097/2000, o Decreto nº 5.598/2005, o Decreto nº 9.579/2018 e as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego. A instituição atende à exigência legal de manter entre 5 % e 15 % de aprendizes, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a formação necessária para cada função. Com base na estrutura de cargos atual, o IPT cumpre a cota mínima obrigatória (dois aprendizes) e atinge a cota máxima permitida, com seis aprendizes ativos.

A manutenção da cota máxima e a permanência dos jovens por período de até dois anos reforçam o compromisso do IPT com a inclusão produtiva de adolescentes e jovens, o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, a preparação para o mundo do trabalho e o cumprimento integral da legislação trabalhista e educacional.

O IPT mantém parceria formal com a Associação de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), responsável pela formação teórica e pela gestão administrativa do vínculo. Ao Instituto cabe o desenvolvimento da prática profissional supervisionada, fortalecendo o desenvolvimento integral do aprendiz. O programa tem como princípio atuar com diversidade, equidade e inclusão social.

4.8. Plano de empregos e salários

GRI 404-3

O plano de empregos e salários do IPT, recentemente aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, em janeiro de 2026, foi elaborado de modo a promover uma profunda mudança cultural nas relações entre o IPT e seus empregados. Isso porque introduziu no processo de avaliação de desempenho três aspectos importantes: a dedicação do empregado ao seu desenvolvimento individual, seu alinhamento aos objetivos estratégicos do Instituto e a percepção da contribuição de cada empregado pela equipe (**Figura 4**). Assim, ficaram estabelecidos critérios claros e quantitativos, já que cada aspecto resulta em uma pontuação que é levada em consideração para a evolução funcional. Dessa forma, o plano de empregos e salários promoverá o aprimoramento contínuo dos colaboradores e regulamentará a evolução funcional dentro da organização.

Figura 4. Ilustração do processo de avaliação de desempenho.



Fonte: Elaboração própria.

A avaliação de desempenho cobre 100 % dos empregados e o ciclo de 2025, que se encerra em 2026, já atingiu percentual de cerca de 87 % dos empregados. A avaliação de desempenho é uma ferramenta estratégica de gestão, voltada para alinhar equipes aos resultados institucionais, orientar o desenvolvimento profissional e aproximar propósitos individuais das metas organizacionais **[GRI 404-3-a]**.

4.9. Proporção entre o salário-base de homens e mulheres

GRI 405-2

A proporção entre o salário-base de homens e mulheres por categoria funcional (carreira) do IPT, para o ano de 2025, foi calculada dividindo-se o salário-base médio das empregadas pelo salário-base médio dos empregados, para o mês de dezembro (**Tabela 16**) **[GRI 405-2-a]**.

Tabela 16. Proporção entre o salário-base de homens e mulheres em 2025.

Carreira		Proporção salarial	Homens	Mulheres	Total
	Administrativa	93%	79	98	177
Empregos	Analistas	100%	27	33	60
	Assessores	109%	5	6	11
	Assistentes	89%	8	10	18
	Especialistas	91%	7	2	9
	Técnicos e auxiliares	106%	9	10	19
	Secretárias	N/A	0	12	12
	Supervisores	104%	11	13	24
	Gerentes	99%	2	4	6
	Coordenadores	113%	6	7	13
	Diretores	100%	4	1	5
Carreira	Operacional	58%	10	4	14
Empregos	Auxiliares	N/A	0	3	3
	Técnicos	70%	10	1	11
Carreira	Pesquisa	99%	168	95	263
Empregos	Assistentes de pesquisa	102%	51	27	78
	Pesquisadores I	99%	51	33	84
	Pesquisadores II	98%	38	23	61
	Pesquisadores III	105%	28	12	40
Carreira	Técnica	92%	115	18	133
Empregos	Técnicos de Sistemas	68%	3	1	4
	Técnicos Especializados I	106%	20	4	24
	Técnicos Especializados II	104%	43	9	52
	Técnicos Especializados III	85%	49	4	53
Geral		106%	372	215	587

Fonte: Elaboração própria. Legenda: N/A = não se aplica (emprego sem homens) Proporção salarial = (salário-base médio mulheres / salário-base médio homens) x 100.

Os resultados mostram que, considerando cada carreira, as mulheres recebem, em média, 93 % do salário-base dos homens, na carreira administrativa, 58 % na carreira operacional, 99 %, na carreira de pesquisa e 92 %, na carreira técnica. Por outro lado, se considerarmos todos os empregados, independentemente da carreira, as mulheres recebem, em média, 6 % a mais que os homens.

Para entender por que isso acontece, cada carreira foi desmembrada em empregos, também apresentadas na **Tabela 16**. Com esse desmembramento foi possível perceber que, em 12 empregos, o salário-base médio das mulheres é maior que o dos homens e, em 8 empregos, esse salário é menor que o dos homens. A carreira administrativa abrange seis empregos onde as mulheres ganham, em média, salário igual ou maior que os homens, além de ter um emprego composto exclusivamente por mulheres. As carreiras de pesquisa e técnica apresentam metade de seus empregos onde as mulheres ganham, em média, salário igual ou maior que os homens. Na carreira operacional há dois empregos, um composto exclusivamente por mulheres e um onde as mulheres recebem 70 % do salário-base dos homens. Além disso, as menores proporções salariais foram obtidas por empregos com poucos empregados no total e poucas mulheres, o que significa que a maior parte dos empregos do IPT tem também as maiores proporções salariais. Esses resultados contribuíram para a média geral ser favorável às mulheres.

De acordo com o 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios², divulgado em 2025 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em parceria com o Ministério das Mulheres, as mulheres receberam, em média, 21,2 % a menos que os homens (78 % do salário dos homens), nas 54.041 empresas com 100 ou mais empregados avaliadas no estudo.

Esse cenário do IPT diverge positivamente da média nacional de 2025, onde as mulheres ainda recebem, em média, 21,2% menos que os homens.

4.10. Pesquisa de clima organizacional

Em 2025, o IPT realizou a 4ª edição da pesquisa de clima organizacional, consolidando sua prática de gestão orientada por dados e escuta ativa. O ciclo registrou 78 % de participação, demonstrando a confiança dos empregados na

² Maiores detalhes em [Ministérios do Trabalho e das Mulheres apresentam 4º Relatório de Transparência Salarial — Ministério do Trabalho e Emprego](#)

ferramenta e o amadurecimento da cultura organizacional, marcada pela transparência, pela disposição ao diálogo e pela prática de revisar ações de gestão com base em evidências.

Os resultados apontaram avanços relevantes, destacando-se:

- Fortalecimento da confiança e do orgulho institucional: os indicadores de alinhamento com a missão e orgulho de pertencer mantiveram os patamares elevados, evidenciando que o IPT continua sendo percebido como um ambiente onde a ciência, a inovação e o impacto social mobilizam e inspiram seus profissionais;
- Aumento do NPS (*Net Promoter Score*): cresceu o número de promotores, indicando maior disposição dos empregados em recomendar o IPT como lugar para trabalhar. Esse aumento está associado à evolução dos processos internos, ao investimento em desenvolvimento de pessoas e à ampliação das ações voltadas à melhoria da experiência do empregado;
- Relações de trabalho mais colaborativas: os dados evidenciam maior percepção de cooperação entre equipes, respeito às diferenças e fortalecimento dos vínculos de confiança. Esse resultado reforça a importância das ações de valorização, reconhecimento e ambiente saudável conduzidas ao longo do ano;
- Avanço na percepção de liderança: a participação ativa das lideranças nos canais de comunicação, nas iniciativas de alinhamento estratégico e na condução próxima das equipes contribuiu para a melhora dos indicadores relacionados à orientação, apoio e clareza de expectativas.

Foram identificados pontos de melhoria para 2026, como:

- Reconhecimento e desenvolvimento: identificou-se a necessidade de ampliar oportunidades de capacitação, trilhas de desenvolvimento e mecanismos de

reconhecimento mais frequentes e visíveis;

- Comunicação com a liderança em alguns níveis: apesar do progresso geral, há campos onde a comunicação direta com lideranças intermediárias ainda pode ser aprimorada, especialmente no que diz respeito ao retorno sobre decisões, *feedbacks* e alinhamento diário de rotinas;
- Percepção da infraestrutura e apoio operacional: alguns indicadores apontam para a necessidade de continuidade nos investimentos em espaços de trabalho, equipamentos e suporte operacional, visando dar melhores condições para o pleno desempenho das atividades.

A pesquisa de clima consolidou-se como instrumento central da gestão de pessoas. Seus resultados são amplamente divulgados em reuniões e canais oficiais de comunicação interna, fortalecendo transparência e engajamento. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas aprofunda a análise anual, produz diagnósticos por área e orienta a elaboração de planos de ação específicos, alinhando percepções individuais, resultados setoriais e estratégia institucional.

Em 2025, destacou-se a criação do Programa Inspira, voltado ao apoio e desenvolvimento de pesquisadores, em resposta às necessidades identificadas na pesquisa.

Para 2026, o IPT seguirá investindo na inovação da gestão, na valorização das pessoas e na implementação de ações que fortaleçam o clima organizacional e contribuam para seu papel estratégico para o Estado de São Paulo e para a sociedade.

5. DIRETRIZ AMBIENTAL

GRI 301-1, 302-1, 302-3, 302-4, 303-1, 303-3, 303-4, 303-5, 304-1, 304-2, 304-4, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5, 308-1
ODS 4, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15

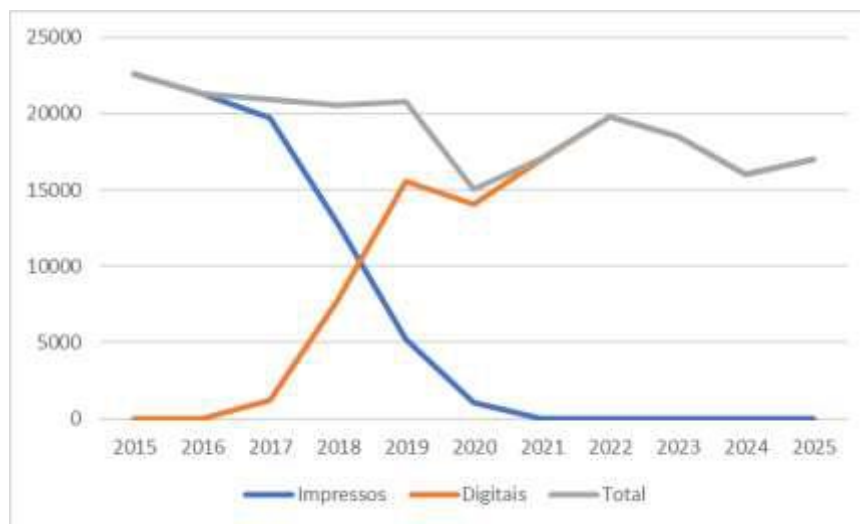
5.1. Materiais

GRI 301-1

O serviço principal oferecido pelo IPT está relacionado à elaboração e implementação de projetos de pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, ensaios e calibrações. Os principais materiais utilizados para a prestação desses serviços são as folhas de papel para imprimir os documentos técnicos para envio aos clientes. O papel utilizado é adquirido de fornecedores externos e provém de fontes renováveis.

Atualmente, a maioria dos documentos técnicos é emitida no formato digital, e apenas 0,1 % do total refere-se a documentos impressos, conforme registrado no Acervo de Documentos Técnicos do IPT. Apesar de o total de documentos técnicos de 2025 ter apresentado aumento de 5 % em relação à 2024, houve redução de 49 % no total de documentos impressos, o que reforça a tendência de redução do uso de papel para a elaboração de documentos técnicos, em função da digitalização dos processos internos do instituto. O **Gráfico 14** mostra esta tendência ao longo dos 10 últimos anos.

Gráfico 14. Documentos técnicos emitidos entre 2015 e 2025.



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos produtos ofertados pelo IPT, destaca-se a areia normal brasileira, um material de referência amplamente utilizado em ensaios físico-mecânicos e no controle de qualidade da produção de cimento Portland. A matéria-prima utilizada para essa produção é adquirida de fornecedores externos e é considerada não renovável, já que é resultante de mineração. A areia normal brasileira é comercializada pelo IPT em sacos multifolhados de 25 kg, com fundo costurado, composto por quatro folhas de papel Kraft pardo³. Essas embalagens, adquiridas de fornecedores externos, são feitas com papel Kraft fabricado a partir de fontes renováveis. A linha utilizada para a costura do fundo e para fechamento dos sacos foi considerada material de fonte não identificada, pois não foi possível definir sua composição, o que impossibilitou afirmar se sua fonte era renovável ou não. Em 2025, o consumo médio mensal dessas embalagens foi de 974 unidades.

Outra produção de destaque do IPT são os materiais de referência certificados, adquiridos por clientes como universidades, laboratórios e indústria em

³ Gramatura do papel Kraft utilizado: 80 g/m².

geral. Estes materiais são comercializados em frascos de vidro âmbar de 40 mL, 100 mL, 500 mL, ou 600 mL, de acordo com cada tipo de material, fechados com tampa de polietileno. Há, ainda, uma embalagem externa que pode ser uma caixa de papel cartão ou um tubo de papel cartão com as extremidades recravadas com flandres envernizados. Tanto as matérias-primas quanto os recipientes e as embalagens utilizados são adquiridos de fornecedores externos. As matérias-primas utilizadas, assim como os recipientes, são consideradas não renováveis pois são produtos derivados do petróleo ou resultantes de mineração. Cada unidade de material de referência comercializado acompanha um certificado impresso em papel A4⁴ produzido por fornecedor externo, a partir de fontes renováveis, assim como as caixas de papel usadas como embalagem. Uma das embalagens (tubo de papel, que é material renovável) é fechada com material não renovável (flandres). Há, ainda, outras embalagens utilizadas, ou parte delas, compostas por materiais não renováveis (ex.: tampas de polietileno, lacres de PVC e sacos plásticos). Em 2025, o IPT produziu 1.174 unidades dos seguintes materiais de referência certificados: cobre, mineral, ferro liga, silício metálico, cerâmico, ferro fundido, liga de cobre, aço, óleo mineral, óleo misto e óleo sintético.

A **Tabela 17** apresenta a massa dos materiais utilizados pelo IPT em seus principais serviços e produtos, considerando as matérias-primas, os recipientes, as embalagens e os certificados **[GRI 301-1-a-ii]**. Uma amostra do papel utilizado para os certificados e da embalagem da areia normal brasileira foi pesada no Laboratório de Celulose, Papel e Embalagem do IPT para a obtenção da massa unitária desses materiais. Já a massa unitária dos recipientes e das embalagens utilizados para a comercialização dos outros materiais de referência certificados foi obtida por pesagem no Laboratório de Referências Metrológicas do IPT, separando-se as partes das embalagens compostas por materiais renováveis e não renováveis. A

⁴ Gramatura do papel A4 para os certificados: 120 g/m².

massa total de cada material foi calculada, com base na quantidade comercializada em 2025.

Tabela 17. Materiais utilizados na produção dos principais serviços e produtos em 2025.

Produto ou serviço	Tipo	Fonte	Massa	
			t	%
Areia normal brasileira	Matéria-prima	NR	292,30	99,048 %
	Embalagem	R	2,24	0,759 %
	Embalagem	NI	0,02	0,007 %
Material de referência certificado	Certificado	R	0,01	0,005 %
	Matéria-prima	NR	0,30	0,101 %
	Recipiente	NR	0,17	0,059 %
	Embalagem e rótulo	NR	0,01	0,005 %
	Embalagem e rótulo	R	0,05	0,018 %
Total material fonte não identificada (NI)			0,02	0,007 %
Total material renovável (R)			2,31	0,781 %
Total material não renovável (NR)			292,78	99,212 %
Total geral			295,11	100,000 %

Fonte: Elaboração própria. Legenda: NR = não renovável; R = renovável; NI = não identificada.

Observa-se que o material renovável utilizado em 2025 representa menos de 1 % da massa de todo o material utilizado para a produção dos principais serviços e produtos do IPT no ano. Por fim, não são utilizados insumos reciclados na fabricação dos principais produtos e serviços da organização.

É importante ressaltar que também é utilizado no IPT papel⁵ para impressões diversas, relacionadas a atividades correntes, sejam administrativas ou técnicas. Em 2025, foram realizadas, em média, 69.472 impressões por mês para tais atividades, o que representa o consumo de cerca de 4 toneladas de papel.

⁵ Gramatura do papel A4 para impressões diversas: 75 g/m².

5.2. Energia

GRI 302-1, 302-3, 302-4

5.2.1. Consumo de energia elétrica

GRI 302-1, 302-4

O consumo de energia elétrica no *campus* sede do IPT, nos últimos quatro anos, é apresentado na **Tabela 18 [GRI 302-1-c-i]** e o seu custo mensal apresentado na **Tabela 19**.

Tabela 18. Histórico do consumo de energia elétrica no *campus* sede do IPT.

MESES	CONSUMO BRUTO (kWh)			
	2022	2023	2024	2025
JAN	559.239	667.116	670.522	558.480
FEV	691.769	805.992	615.411	608.863
MAR	832.962	748.411	592.905	688.762
ABR	948.074	913.945	724.933	670.947
MAI	773.981	728.759	707.279	662.663
JUN	690.693	786.253	708.620	625.041
JUL	682.006	654.032	623.150	605.433
AGO	716.854	704.062	633.187	649.394
SET	699.203	713.918	660.568	660.275
OUT	717.990	704.790	643.812	616.332
NOV	767.028	731.233	697.481	702.080
DEZ	725.596	759.527	665.396	611.027
TOTAL	8.805.395	8.918.039	7.943.263	7.659.296
Variação anual (%)		+1,3 %	-10,9 %	-3,6 %

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 19. Histórico do custo de energia elétrica do *campus* sede do IPT.

MESES	CUSTO MENSAL (R\$)			
	2022	2023	2024	2025
JAN	R\$ 446.275,14	R\$ 458.316,66	R\$ 463.431,77	R\$ 357.201,33
FEV	R\$ 558.951,67	R\$ 542.946,63	R\$ 403.091,99	R\$ 380.905,98
MAR	R\$ 662.745,83	R\$ 511.731,05	R\$ 391.562,12	R\$ 421.029,45
ABR	R\$ 747.986,98	R\$ 597.833,28	R\$ 465.689,84	R\$ 392.557,66
MAI	R\$ 554.317,89	R\$ 476.303,66	R\$ 445.725,21	R\$ 402.658,06
JUN	R\$ 410.747,29	R\$ 495.225,23	R\$ 443.554,46	R\$ 396.930,01
JUL	R\$ 407.910,82	R\$ 430.072,80	R\$ 401.591,12	R\$ 407.371,35
AGO	R\$ 448.974,71	R\$ 441.400,76	R\$ 403.116,38	R\$ 481.574,77
SET	R\$ 447.910,82	R\$ 452.480,84	R\$ 400.467,41	R\$ 521.028,28
OUT	R\$ 457.360,11	R\$ 439.810,74	R\$ 436.641,81	R\$ 496.740,84
NOV	R\$ 491.921,86	R\$ 483.931,11	R\$ 494.138,63	R\$ 521.623,76
DEZ	R\$ 475.661,73	R\$ 544.979,97	R\$ 415.930,17	R\$ 446.763,84
TOTAL	R\$ 6.110.764,85	R\$ 5.875.032,73	R\$ 5.164.940,91	R\$ 5.226.385,33
VARIAÇÃO ANUAL (%)		-3,9 %	-12,1 %	+1,2 %

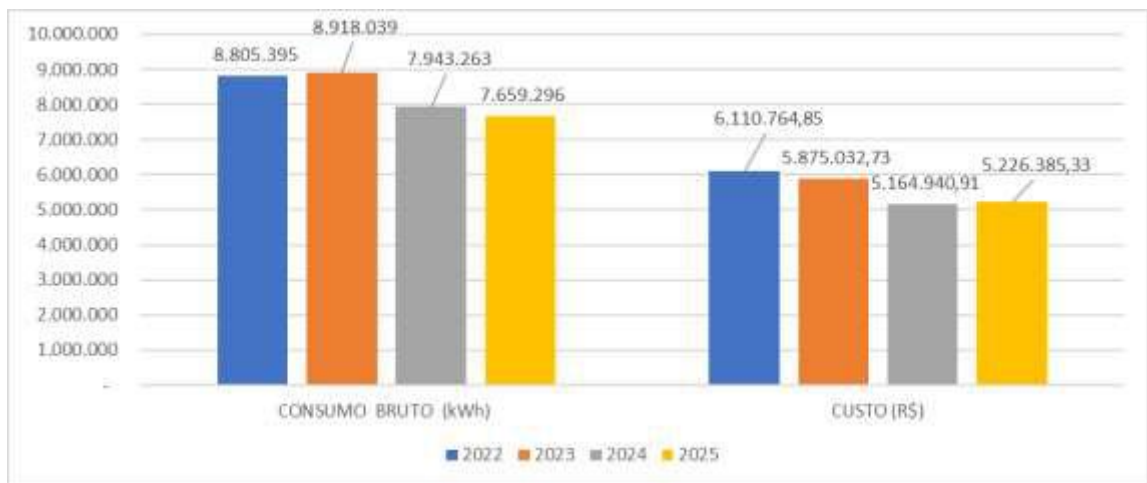
Fonte: Elaboração própria.

Em 2023, houve um aumento no consumo de energia elétrica de 1,3 % em relação ao ano anterior, em função da retomada de obras e da instalação das empresas que aderiram ao IPT Open. Entretanto, esse aumento de consumo não resultou em maior custo, já que houve uma redução de 3,9 % nas despesas com energia elétrica em comparação a 2022. Já a redução de 10,9 % no consumo de energia elétrica em 2024, em relação a 2023, e de 12,1 % no custo da conta, pode ser explicada pela instalação dos sistemas de geração fotovoltaica nos Prédios 55 e 50, detalhados no próximo item.

Em 2025, houve uma redução de 283.967 kWh (equivalente a 1.022.281 MJ) no consumo de energia elétrica em relação a 2024, também decorrente da operação dos sistemas de geração fotovoltaica instalados em 2024 [GRI 302-4-a, 302-4-b, 302-4-c]. Contudo, essa redução de 3,6 % no consumo não se refletiu em diminuição de custos, já que houve um aumento de 1,2 % nas despesas em relação a 2024. Esse acréscimo ocorreu devido às diferentes tarifas aplicadas, às eventuais multas por ultrapassagem

da demanda contratada e às variações das bandeiras tarifárias ao longo do período. O **Gráfico 15** ilustra a evolução do consumo e custo da energia elétrica no *campus* sede do IPT nos últimos quatro anos.

Gráfico 15. Histórico de consumo (kWh) e custo (R\$) de energia elétrica do *campus* sede do IPT.

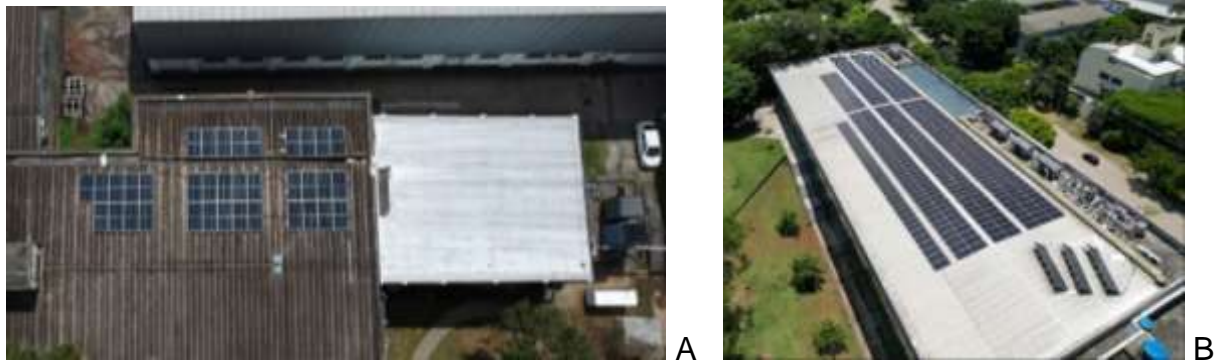


Fonte: Elaboração própria.

5.2.2. Sistemas de geração fotovoltaica

Os dois sistemas de geração fotovoltaica em operação no *campus* sede do IPT (**Figura 5**), apresentaram, em 2025, um aumento de 20,7 % na geração de energia, em relação ao ano anterior, já que, em 2024, o total de energia gerada foi de 260.000 kWh e, em 2025, o total foi de 313.910 kWh (**Tabela 20**). A variação na geração de energia pelos painéis fotovoltaicos depende de fatores como irradiação solar, temperatura, época do ano, entre outros.

Figura 5. Sistemas de geração fotovoltaica instalados nos prédios 55 (A) (36 placas) e 50 (B) no *campus* sede do IPT (450 placas).



Fonte: IPT e Mitratech

Tabela 20. Geração de energia pelos sistemas fotovoltaicos em 2024 e 2025.

MÊS	Geração de energia (kWh)	
	2024	2025
JAN	2.180	28.600
FEV	2.000	32.030
MAR	29.900	33.000
ABR	32.750	32.610
MAI	27.900	23.580
JUN	21.610	22.850
JUL	21.210	17.390
AGO	19.910	20.660
SET	25.780	22.930
OUT	24.180	24.350
NOV	25.350	25.770
DEZ	27.230	30.140
TOTAL	260.000	313.910
VARIAÇÃO ANUAL		+ 20,7 %

Fonte: Elaboração própria.

Toda energia elétrica gerada por estes sistemas é consumida no *campus* sede do IPT. A equipe técnica do Laboratório de Gestão de Energia e Usos Finais realiza o monitoramento mensal repassando para a Coordenadoria de Gestão do *Campus* os valores de geração de energia elétrica. Tal geração reflete em economia na conta de energia elétrica e a estimativa de *payback* do investimento realizado na implantação dos sistemas fotovoltaicos é de 3 anos, ou seja, ao final de 2026.

Isso demonstra o potencial desse tipo de sistema em melhorar os indicadores ambientais e financeiros do IPT, já que, além de gerar energia elétrica de fonte renovável, contribui para atender à crescente demanda por energia elétrica do Instituto, especialmente com a recente inauguração de novas áreas laboratoriais no *campus* sede. Nesse sentido, destacam-se o Laboratório de Hidrogênio, que produzirá hidrogênio de baixa emissão de carbono via eletrólise, e o Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde Aplicados às Ciências da Vida, que abrigará uma *pig facility* NB2 dedicada à criação de suínos geneticamente modificados, visando à viabilização clínica de xenotransplantes no Brasil.

5.2.3. Consumo de combustíveis

GRI 302-1

O consumo de combustíveis no *campus* sede do IPT, em 2025, é apresentado na **Tabela 21 [GRI 302-1-a, 302-1-b]**. O consumo de combustíveis de fontes renováveis representa aproximadamente 45 % do total de combustíveis consumidos em 2025, resultado do uso preferencial de etanol para o abastecimento dos veículos da frota do IPT.

Tabela 21. Consumo de combustíveis no *campus* sede do IPT em 2025.

Combustível	Fonte	Uso	Consumo	
			MJ	%
Diesel	Não renovável	Geradores	457.976,00	14,1 %
Diesel	Não renovável	Frota	114.575,70	3,5 %
Diesel S-10	Não renovável	Frota	5.981,96	0,2 %
Gasolina	Não renovável	Frota	21.097,68	0,6 %

Gás natural	Não renovável	Diverso	1.203.337,66	36,9 %
Etanol	Renovável	Frota	1.455.342,24	44,7 %
Total combustíveis não renováveis			1.802.969,00	55,3 %
Total combustíveis renováveis			1.455.342,24	44,7 %
Total combustíveis			3.258.311,24	100,0 %

Fonte: Elaboração própria.

5.2.4. Consumo total de energia

GRI 302-1, 302-3

O consumo total de energia no *campus* sede do IPT, em 2025, é apresentado na **Tabela 22 [GRI 302-1-e]**. Os fatores de conversão utilizados para o cálculo de consumo total de energia são apresentados na **Tabela 23 [GRI 302-1-f]**. Observa-se que a maior parte do consumo de energia do *campus* sede do IPT se refere à eletricidade, com cerca de 88 % do consumo total em 2025.

A taxa de intensidade energética do IPT foi calculada a partir do consumo total de energia do *campus* sede em 2025, dividido pela área construída total, equivalente a 114.834,26 m². Como resultado, a intensidade energética do *campus* sede do IPT atingiu 242,36 MJ/m² em 2025 **[GRI 302-3-a, 302-3-b, 302-3-c, 302-3-d]**.

Tabela 22. Consumo total de energia no *campus* sede do IPT em 2025.

Tipos de energia	Energia	
	MJ	%
Combustível (Geradores)	457.976,00	1,6 %
Combustível (Frota)	1.596.997,58	5,7 %
Eletricidade	24.572.733,55	88,3 %
Combustível (Gás natural)	1.203.337,66	4,3 %
Total	27.831.044,79	100,0 %

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 23. Fatores de conversão utilizados para o cálculo de consumo total de energia.

	Gasolina (MJ/L)	Diesel (MJ/L)	Diesel S-10 (MJ/L)	Etanol (MJ/L)	Eletricidade (MJ/kWh)	Gás natural (MJ/m ³)
Uso	Frota	Frota e geradores	Frota	Frota	Diverso	Diverso
Densidade de Energia	34	38	38	24	3,6	38,95

Fonte: Elaboração própria.

5.3. Água e efluentes

GRI 303-1, 303-3, 303-4, 303-5

O consumo de água no *campus* sede do IPT se dá a partir de duas fontes: abastecimento de água pela SABESP e utilização de água subterrânea coletada a partir de poço artesiano instalado no Instituto, ambas consideradas fontes de água doce. O IPT está em área de estresse hídrico, já que se localiza na bacia hidrográfica do Tietê [GRI 303-1-a].

A qualidade da água subterrânea captada é verificada seguindo as diretrizes do plano de amostragem e encontra-se dentro do padrão de potabilidade legalmente exigido. Em 2025, o consumo total de água no *campus* sede do IPT foi de 40,02 ML, dos quais 16,21 ML (41 % do total) foram fornecidos pela SABESP e 23,81 ML (59 % do total) foram provenientes de água subterrânea captada no poço artesiano do IPT, conforme apresentado na Tabela 24 [GRI 303-3-a-ii, 303-3-a-v, 303-3-b-ii, 303-3-b-v, 303-3-c, 303-5-a, 303-5-b].

Tabela 24. Consumo de água no *campus* sede do IPT em 2025.

MÊS	CONSUMO DE ÁGUA (m ³)					
	ENTRADAS SABESP				POÇO ARTESIANO IPT	TOTAL
	1	2	3	4		
JAN	145	259	1.667	24	-	2.095
FEV	244	10	-	138	-	392
MAR	336	10	2.716	2.684	-	5.746
ABR	390	10	10	2.963	157	3.530

MAI	266	10	10	1.586	985	2.857
JUN	376	10	10	10	3.586	3.992
JUL	196	10	10	10	3.143	3.369
AGO	223	10	10	10	3.458	3.711
SET	415	10	10	10	3.363	3.808
OUT	507	5	10	14	3.430	3.966
NOV	406	10	10	10	3.066	3.502
DEZ	404	10	6	3	2.625	3.048
TOTAL	3.908	364	4.469	7.462	23.813	40.016

Fonte: Elaboração própria.

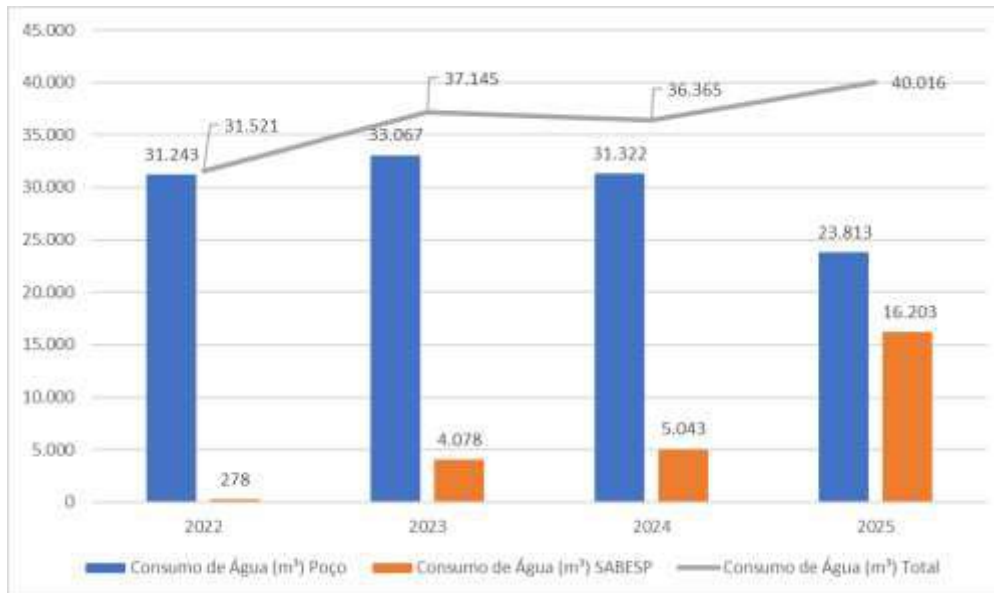
O histórico do consumo de água no *campus* sede do IPT mostra que, após aumento de 17,8 % em 2023 em relação ao ano anterior e relativa estabilidade em 2023 e 2024, observou-se um aumento de 10,0 % em 2025 em relação a 2024 (**Tabela 25** e **Gráfico 16**). O aumento observado em 2025 foi influenciado principalmente pelo consumo de água fornecida pela SABESP, que cresceu 221 % de 2024 para 2025.

Tabela 25. Histórico do consumo de água do *campus* sede do IPT.

Fonte	Consumo de Água (m³)			
	2022	2023	2024	2025
Poço	31.243	33.067	31.322	23.813
SABESP	278	4.078	5.043	16.203
Total	31.521	37.145	36.365	40.016
Variação anual (%)		+17,8 %	-2,1 %	+10,0 %

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 16. Histórico do consumo de água do *campus* sede do IPT.



Fonte: Elaboração própria.

Os efluentes gerados são coletados internamente ao *campus* sede e encaminhados à rede coletora da SABESP **[GRI 303-4-a-iv]**.

Em 2025, foram mantidas as ações voltadas à promoção da eficiência no consumo de água no *campus* sede do IPT. Entre essas iniciativas destacam-se:

- Monitoramento contínuo das vazões por meio da leitura diária dos hidrômetros instalados nos edifícios do *campus*, incluindo três hidrômetros de entrada de água fornecida pela SABESP e um hidrômetro do poço artesiano, possibilitando a identificação de anormalidades na rede interna e a realização de manutenções corretivas **[GRI 303-5-d]**;
- Reaproveitamento de água por meio da recirculação utilizada em processos de ensaios **[GRI 303-5-d]**;
- Identificação e o reparo de vazamentos na rede hidráulica **[GRI 303-5-d]**.

O poço tubular localizado no *campus* sede do IPT opera de forma concomitante ao horário de funcionamento do Instituto, com regime de operação de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira. Adota-se um regime de bombeamento intermitente, com acionamento e desligamento automáticos da bomba submersa conforme as variações do nível d'água no reservatório, o que contribui para a otimização do sistema **[GRI 303-3-d]**.

Durante os períodos de desligamento, observa-se recuperação parcial do nível d'água do aquífero, variando entre 1,0 m e 4,0 m por minuto. A recuperação completa do nível natural ocorre após aproximadamente 18 horas de interrupção do bombeamento. O monitoramento analítico semestral da potabilidade da água do poço tubular demonstra que todos os parâmetros avaliados permanecem conformes aos padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021 **[GRI 303-3-d]**.

5.4. Biodiversidade

GRI 304-1, 304-2, 304-4

O *campus* sede do IPT ocupa uma área total de 217.843,65 m², onde se encontram instalados laboratórios e escritórios responsáveis pela maior parte das atividades institucionais. A área está situada nas adjacências da Reserva Florestal da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” (CUASO), localizada no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP). Essa reserva abriga e conserva um importante fragmento remanescente de Mata Atlântica, integrante da floresta urbana da cidade de São Paulo e inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), reconhecida pela UNESCO. A **Figura 6** apresenta a localização do *campus* sede do IPT, destacando a proximidade com o Parque Estadual Villa-Lobos (parque urbano) e com as áreas verdes da USP e do Instituto Butantan, além da área verde interna do próprio Instituto, que integra sua floresta urbana **[GRI 304-1-a-i/ii/iii/iv/v/vi/vii]**.

A floresta urbana presente no *campus* sede do IPT contribui para a conectividade entre as áreas verdes do seu entorno, aspecto fundamental para a manutenção dos

fluxos biológicos. Essa conectividade favorece o deslocamento da fauna, promove a troca genética entre populações e sustenta a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais para a cidade, fortalecendo a resiliência ambiental urbana.

A gestão da biodiversidade no *campus* sede do IPT constitui um pilar fundamental da estratégia institucional de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. As ações desenvolvidas buscam não apenas conservar o patrimônio natural sob nossa custódia, mas também ampliar sua capacidade de gerar serviços ecossistêmicos. O *campus* desempenha um papel ativo na manutenção de corredores ecológicos, no apoio à pesquisa científica aplicada e na promoção de um ambiente urbano mais equilibrado, saudável e ecologicamente funcional.

Figura 6. *Campus* sede do IPT e seu entorno.



Fonte: Elaboração própria.

5.4.1. Flora: inventário arbóreo do *campus* sede do IPT

GRI 304-2, 304-4

O IPT iniciou o recadastramento de sua arborização em julho de 2023, aplicando sua metodologia patenteada de diagnóstico e análise de risco de queda e utilizando a versão atualizada do sistema de gestão da arborização urbana (ARBIO). Até novembro de 2025, foram inspecionadas 1.021 árvores, de um total estimado de 3.200 no *campus*, com conclusão prevista para fevereiro de 2027.

Do total já avaliado:

- 68 árvores (6,7 %) foram suprimidas por risco de queda ou por estarem mortas;
- 953 árvores remanescentes:
 - 74 % (706 árvores) identificadas ao nível de espécie:
 - 36,7 % (375 árvores) de espécies nativas;
 - 40,3 % (411 árvores) de espécies exóticas;
 - 13 % (124 árvores) identificadas ao nível de gênero;
 - 12,9 % (123 árvores) não identificadas.

O inventário das árvores identificou 123 espécies, das quais 61 (aproximadamente 50 %) são nativas da flora brasileira. Essa composição demonstra que a gestão da floresta urbana do Instituto, que ocupa cerca de 30 % da área total do *campus*, contribui diretamente para a conservação da biodiversidade em ambiente urbano.

A manutenção de um percentual elevado de espécies nativas reduz impactos negativos e favorece processos ecológicos essenciais, tais como abrigo e alimentação para a fauna local e suporte à regeneração natural. Entre as espécies mais frequentes registradas, cinco são nativas [**GRI 304-2-b-i**]:

- Sibipiruna (*Cenostigma pluviosum*);

- Ipê (*Handroanthus* sp.)⁶;
- Aroeira-pimenteira (*Schinus terebinthifolia*);
- Araribá-rosa (*Centrolobium tomentosum*);
- Quaresmeira (*Pleroma granulorum*);

Três espécies exóticas se destacam entre as mais frequentes, sendo historicamente utilizadas na arborização urbana devido às suas características desejáveis:

- Mangueira (*Mangifera indica*): valorizada tanto pelo sombreamento proporcionado por sua copa ampla quanto pela produção de frutos;
- Abacateiro (*Persea americana*): também valorizada tanto pelo sombreamento quanto pela produção de frutos;
- Jacarandá-mimoso (*Jacaranda mimosifolia*): valorizada pelo seu potencial ornamental.

Foram identificadas 11 espécies exóticas com potencial invasor, conforme a Portaria Conjunta SVMA–SMSUB nº 1/2025, totalizando 104 indivíduos (**Tabela 26**) [GRI 304-2-a-iii].

Tabela 26. Espécies exóticas com potencial invasor de ambientes naturais, presentes no *campus* do IPT.

Espécie	Nome popular	Indivíduos
<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>	seafórtia	8
<i>Eriobotrya japonica</i>	nespereira	8
<i>Ficus microcarpa</i>	ficus	4
<i>Hovenia dulcis</i>	uva-japonesa	12
<i>Leucaena leucocephala</i>	leucena	18

⁶ O gênero definido como *Handroanthus* sp. inclui os ipês, dentre os quais muitos são nativos. A identificação em nível de espécie não foi realizada; contudo, como a maior parte dos indivíduos presentes no *campus* é nativa, optou-se, neste momento, por generalizar a classificação.

<i>Ligustrum lucidum</i>	alfenerio	13
<i>Morus nigra</i>	amoreira	15
<i>Pinus elliottii</i>	pinheiro	2
<i>Psidium guajava</i>	goiabeira	18
<i>Spathodea campanulata</i>	espatódea	1
<i>Syzygium cumini</i>	jambolão	5
Total		104

Fonte: Elaboração própria

Como parte da avaliação da biodiversidade realizada no *campus* sede, o IPT identificou a presença de espécies nativas na Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção, estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. A floresta urbana do IPT abriga espécies classificadas em diferentes categorias de ameaça, demonstrando sua relevância ecológica e a necessidade de ações contínuas de conservação.

Ao todo, cinco espécies nativas registradas no *campus* estão na Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção do MMA. Adicionalmente, apresenta-se o status de conservação dessas espécies segundo a Lista Vermelha da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), ou em português, União Internacional para a Conservação da Natureza, como referência científica internacional (Tabela 27).

Tabela 27. Status de conservação das espécies de flora do *campus* do IPT, segundo a Portaria MMA nº 148/2022 e a Lista Vermelha da IUCN [GRI 304-4-a-i/ii/iii/iv].

Espécie	Nome popular	Indivíduos	Status de conservação	
			MMA	IUCN ⁷
<i>Aspidosperma polyneuron</i>	peroba-rosa	6	Quase Ameaçada (NT)	Em Perigo (EN)
<i>Cedrela fissilis</i>	cedro	3	Vulnerável (VU)	Vulnerável (VU)

⁷ Para fins legais e de gestão ambiental, considera-se prioritariamente a classificação estabelecida pela Lista Nacional Oficial (MMA, 2022). O status da IUCN é apresentado como referência científica complementar.

<i>Araucaria angustifolia</i>	pinheiro-do-paraná	3	Em Perigo (EN)	Criticamente em Perigo (CR)
<i>Cariniana legalis</i>	jequitibá-rosa	3	Em Perigo (EN)	Vulnerável (VU)
<i>Paubrasilia echinata</i>	pau-brasil	15	Em Perigo (EN)	Em Perigo (EN)
Total		30		

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao impacto causado pelas atividades do IPT sobre a biodiversidade, em 2025 houve a remoção de 15 árvores no *campus*, por risco de queda (seis) ou por estado fitossanitário (nove) [GRI 304-2-b-i]. A **Tabela 28** apresenta as espécies que foram removidas.

Tabela 28. Árvores suprimidas em 2025.

Espécie	Nome Popular	Árvores suprimidas
<i>Pleroma granulatum</i>	quaresmeira	4
<i>Cenostigma pluviosum</i>	sibipiruna	2
Não identificada	Não identificada	2
<i>Persea americana</i>	abacateiro	2
<i>Centrolobium tomentosum</i>	araibá-rosa	1
<i>Jacaranda mimosifolia</i>	jacarandá-mimoso	1
<i>Mangifera indica</i>	mangueira	1
<i>Morus nigra</i>	amoreira	1
<i>Schinus terebinthifolia</i>	aroeira-pimenteira	1
Total		15

Fonte: Elaboração própria.

Em 2025, o monitoramento arbóreo realizado no *campus* do IPT identificou a necessidade de remoção de 81 árvores. Todos os pedidos foram devidamente protocolados junto à Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Desses, 42 já receberam autorização para supressão, enquanto 39 permanecem em análise, aguardando parecer técnico da Prefeitura.

Além dessas solicitações, foi instaurado um processo de Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para o transplante de três árvores, cujo posicionamento atual apresenta conflito direto com área destinada a nova edificação/reforma. Esse mesmo processo prevê a compensação ambiental adicional de 15 árvores. Por tratar-se de um procedimento mais complexo e com etapas específicas de avaliação, ainda não há previsão de conclusão do TCA pela PMSP.

Desde a publicação da Lei nº 17.794/2022, as solicitações de supressão arbórea no município devem obrigatoriamente apresentar justificativa enquadrada em um dos 10 incisos do artigo 14. Assim, a **Tabela 29** apresenta a distribuição dos pedidos realizados pelo IPT, conforme o inciso aplicado em cada caso.

Tabela 29. Solicitações do IPT para supressão ou transplante de espécimes de vegetação de porte arbóreo, conforme artigo 14 da Lei nº 17.794 de 27 de abril de 2022.

Inciso	Justificativa	Solicitações do IPT
I	Quando o espécime de porte arbóreo estiver localizado em terreno a ser edificado, ou com edificação a ser demolida, reconstruída ou reformada, desde que a supressão for indispensável à execução da obra, e uma vez constatada a impossibilidade de adequação do projeto.	3
III	Quando o estado fitossanitário do espécime de vegetação de porte arbóreo justificar a supressão.	56
IV	Quando o espécime de vegetação de porte arbóreo apresentar risco de queda	8
III e IV	-	14
Total		81

Fonte: Elaboração própria.

Em 2025, o IPT realizou o plantio de 46 mudas de espécies arbóreas nativas do Brasil, como medida compensatória pela supressão de vegetação em igual número. O plantio contemplou oito espécies nativas, detalhadas na **Tabela 30 [GRI 304-2-b-i]**.

A composição florística resultou em um conjunto reduzido de espécies, em função da baixa disponibilidade de mudas nativas em viveiros comerciais durante o período, o que restringiu a ampliação da diversidade no plantio. Considerando esse cenário, o IPT

estabeleceu o compromisso de aperfeiçoar seu planejamento para futuras ações de compensação ambiental, priorizando a identificação antecipada de áreas potenciais para plantio e a seleção de espécies que favorecem o aumento da diversidade da flora nativa presente na floresta urbana do Instituto.

Tabela 30. Mudas arbóreas de espécies nativas plantadas em 2025.

Espécie	Nome popular	Mudas plantadas
<i>Calycophyllum spruceanum</i>	pau-mulato	5
<i>Cybistax antisyphilitica</i>	ipê-verde	5
<i>Guazuma ulmifolia</i>	mutambo	5
<i>Lafoensia glyptocarpa</i>	mirindiba	4
<i>Lafoensia pacari</i>	dedaleira	6
<i>Lecythis pisonis</i>	sapucaia	5
<i>Paubrasilia echinata</i>	pau-brasil	5
<i>Tabebuia roseoalba</i>	ipê-branco	11
Total		46

Fonte: Elaboração própria.

Em 2025, o IPT realizou 225 podas em 166 árvores da floresta urbana do IPT. Diferentemente dos manejos de supressão, uma mesma árvore pode apresentar a necessidade de mais de um tipo de poda, exposto em um mesmo laudo, o que explica a quantidade de podas realizadas (**Tabela 31**).

Tabela 31. Quantidade de podas realizadas em 2025.

Tipos de poda	Podas realizadas
Adequação	57
Emergencial	5
Levantamento	2
Limpeza	161
Total	225

Fonte: Elaboração própria.

Como continuidade aos processos de supressão realizados em anos anteriores, o IPT iniciou, em 2025, a remoção dos tocos remanescentes no *campus* sede. Ao longo do ano, foram retirados 34 tocos, referentes às 74 árvores suprimidas em períodos

anteriores. Essa ação contribui para a manutenção da segurança, o ordenamento das áreas verdes e a recuperação adequada dos espaços impactados.

5.4.2. Fauna

GRI 304-4

O monitoramento da biodiversidade no *campus* sede do IPT integra os esforços institucionais voltados à conservação ambiental e à gestão sustentável das áreas verdes, alinhando-se às boas práticas de gestão de ativos ambientais. Inserido em um mosaico de floresta urbana e conectado à Cidade Universitária da USP, o *campus* desempenha um papel relevante na manutenção de corredores ecológicos e na oferta de serviços ecossistêmicos essenciais à região.

Nesse contexto, o inventário de fauna, iniciado em julho de 2022, configura-se como um dos principais instrumentos de acompanhamento ecológico do programa IPT Sustentável Floresta. Até o final de 2024, haviam sido registradas 59 espécies de vertebrados, sendo 54 aves, quatro mamíferos e um réptil. De acordo com a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN (2018), 58 dessas espécies são classificadas como Pouco Preocupante (*Least Concern* – LC), enquanto uma espécie — *Amazona aestiva* (papagaio-verdadeiro), pertencente à família Psittacidae — categorizada como Quase Ameaçada (*Near Threatened* – NT).

A partir desse panorama inicial, em 2025 o *campus* registrou um aumento de 8,5 % na riqueza de vertebrados (**Tabela 32**), totalizando 64 espécies. Esse avanço reflete a continuidade das práticas sistemáticas de monitoramento e a manutenção de áreas verdes com estrutura ecológica funcional, capazes de sustentar uma comunidade faunística diversa.

A adoção de metodologias não invasivas, como a instalação de armadilhas fotográficas para o registro de fauna de hábitos noturnos, somada à integração de dados científicos regionais, incluindo estudos conduzidos pela USP, tende a fortalecer ainda

mais a robustez das análises ecológicas. Esse conjunto de ferramentas aprimora a capacidade de identificar espécies chave, avaliar impactos ambientais e orientar decisões de manejo, ampliando a precisão e a efetividade das ações de conservação-chave

Dessa forma, o monitoramento desenvolvido no âmbito do projeto IPT Sustentável Floresta contribui para consolidar ambientes resilientes e de elevado valor ecológico, fortalecendo a conservação de um importante fragmento de floresta urbana capaz de sustentar aves, mamíferos e répteis. Esse resultado reforça o compromisso institucional do IPT com a conservação ambiental e com a promoção da biodiversidade em seu território.

Tabela 32. Fauna observada no *campus* sede do IPT [GRI 304-4-a-iv/v].

Classe	Espécies	Ordens Principais	Espécies Destaque (Nome Popular / Status de conservação)
Aves	57	Passeriformes (28), Piciformes (7), Psittaciformes (6)	Papagaio-verdadeiro (NT); Bem-te-vi (LC)
Mammalia	5	Primates (2), Didelphimorphia (2) Phyllostomidae (1)	Sagui-de-tufo-preto (LC); Saruê-de-orelha-branca (LC)
Reptilia	2	Squamata (1) Tropicuridae (1)	Teiú (LC)
Total	64	15 Ordens	1 NT e 63 LC

Fonte: Elaboração própria. Legenda: LC: *Least Concern* (Pouco Preocupante); NT: *Near Threatened* (Quase Ameaçada).

5.4.3. Engajamento e divulgação científica

A gestão da biodiversidade no IPT transcende a esfera operacional, servindo como ferramenta de educação e engajamento. Os dados gerados pelo monitoramento contínuo são utilizados para:

- Divulgação interna: informar e sensibilizar a comunidade do IPT por meio de canais de comunicação interna, exposições fotográficas sobre a riqueza natural do *campus*;

- Suporte à pesquisa: oferecer subsídios para projetos de iniciação científica e trabalhos acadêmicos, (ex.: parceria com Laboratório de Abelhas da USP) integrando o *campus* como laboratório vivo;
- Integração comunitária: fortalecer os laços com a comunidade do entorno e instituições parceiras, como a USP, compartilhando conhecimento e promovendo a valorização dos corredores verdes urbanos.

A estratégia adotada para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade do *campus* do IPT e viabilizar a continuidade do engajamento e divulgação científica inclui:

- Monitoramento contínuo da fauna;
- Uso combinado de dados primários (observações diretas e indiretas) e dados secundários (estudos da USP);
- Instalação prevista de armadilhas fotográficas para aprimorar detecções noturnas;
- Ampliação futura do inventário da flora (em desenvolvimento);
- Produção de fichamentos individuais por espécie registrada (em desenvolvimento).

Dessa forma, pretendem-se atingir os seguintes objetivos:

- Consolidar um inventário atualizado da fauna local;
- Subsidiar ações de manejo, conservação e planejamento ambiental;
- Fortalecer integração com instituições científicas e áreas verdes adjacentes (em andamento).

Os resultados e análises sobre a evolução da gestão da biodiversidade no IPT são apresentados nas **Tabelas 33, 34 e 35**.

Tabela 33. Evolução do monitoramento de fauna no *campus* sede do IPT.

Ano	Total de espécies	Aves	Mamíferos	Répteis
2024	59	54	4	1
2025	64	57	5	2

Varição absoluta	+5	+3	+1	+1
Varição percentual	+8,5 %	+5,6 %	+25 %	+100 %

Fonte: Elaboração própria.

Para ampliar a compreensão regional da biodiversidade, foram incorporados dados secundários provenientes dos levantamentos realizados pela USP. O estudo “Aves no *Campus* da Cidade Universitária” registra 143 espécies de aves, número significativamente superior ao observado atualmente no *campus* do IPT. Esse contraste evidencia o potencial de expansão do inventário de fauna do Instituto, reforçando a importância do monitoramento contínuo e da adoção de protocolos padronizados, que assegurem a comparabilidade e a consistência das informações ao longo do tempo.

Tabela 34. Análise da evolução da gestão da biodiversidade no *campus* sede do IPT.

Aspecto analisado	Detalhamento	Importância para sustentabilidade
Aumento de 5 espécies entre 2024 e 2025	Resultado obtido devido ao maior esforço amostral e conservação de habitats	Indicador positivo de resiliência ecológica, mostrando a importância da floresta urbana do IPT para a conservação ambiental no meio urbano
Crescimento de registros de aves (57 espécies)	A conectividade ecológica entre áreas verdes do IPT e o entorno favorece o resultado	Reforça importância de corredores verdes urbanos
Primeiros avanços no uso de tecnologias (armadilhas fotográficas)	Favorece a detecção de fauna noturna	Melhora a qualidade das informações ambientais
Integração com estudos da USP	Uso desses estudos como referência (ex.: 143 espécies de aves)	Permite projeção de metas realistas de biodiversidade para a floresta urbana do IPT
Sistema ARBIO e gestão de risco fitossanitário	Gestão da biodiversidade institucionalizada e preventiva. Reduz riscos de queda de árvores e impactos operacionais	Demonstra gestão profissional de ativos ambientais e mitiga riscos à segurança das pessoas e do patrimônio do IPT, integrando sustentabilidade à gestão de riscos institucionais.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 35. Análise do potencial de ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade da floresta urbana do IPT.

Aspecto analisado	Detalhamento	Importância para o conhecimento da biodiversidade da floresta urbana do IPT
Conectividade ecológica entre IPT e USP	<i>Campi</i> vizinhos, áreas arborizadas e remanescentes florestais próximos	Favorece trânsito de espécies e potencial aumento das espécies detectadas
Diferença na extensão territorial	USP é maior que o IPT	Mesmo com área menor, o IPT pode registrar espécies com alta capacidade de dispersão
Dados secundários da USP (143 espécies de aves)	IPT registra atualmente 57 aves	Há potencial significativo de incremento na lista de aves do IPT com maior esforço amostral
Uso futuro de armadilhas fotográficas	Equipamentos em aquisição	Aumento esperado na detecção de mamíferos e fauna noturna

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados de 2025 consolidam uma trajetória de evolução na gestão da biodiversidade do IPT. A modernização do sistema de gestão arbórea (ARBIO), o crescimento mensurado da riqueza de fauna e a implementação de metodologias robustas de monitoramento demonstram que o IPT adota boas práticas de gestão da biodiversidade. Este manejo ativo e baseado em dados contribui diretamente para a redução de riscos ambientais e operacionais, integrando-se à estratégia de sustentabilidade da instituição.

Para os próximos ciclos, o IPT focará em:

- Concluir o inventário arbóreo completo até 2027, estabelecendo uma linha de base definitiva para a gestão da flora;
- Implementar e consolidar o uso de armadilhas fotográficas, ampliando o conhecimento sobre a fauna noturna e espécies mais arredias;
- Aprofundar a integração técnica e científica com a USP e outras instituições, visando otimizar ações de manejo, restauração e conservação no corredor ecológico regional.

Dessa forma, reafirmamos o compromisso do IPT em ser uma referência na gestão sustentável de florestas urbanas, de forma a obter impactos positivos e duradouros.

5.5. Inventário de gases de efeito estufa por fontes de emissão

GRI 305-1, 305-2, 305-3, 305-4

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do IPT foi elaborado de acordo com as premissas do Programa Brasileiro *GHG Protocol* (PBGHGP) e com base nas diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) - *Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*.

A Fronteira Organizacional do inventário do IPT contempla as operações sob o controle operacional da organização, majoritariamente realizadas no *campus* sede do IPT em São Paulo, SP. Foram consideradas fontes de emissões dos Escopos 1, 2 e 3 do *GHG Protocol*.

Para o cálculo das Emissões Diretas de gases de efeito estufa (GEE) do Escopo 1, geradas pela operação do IPT em 2025, foram consideradas as emissões associadas a combustão estacionária (consumo de GLP, gás natural, óleo diesel para geradores e de acetileno em processos de soldagem), combustão móvel (consumo de combustíveis em frotas veiculares, máquinas e caminhões próprios) e emissões fugitivas (recargas de extintores, sistema de refrigeração e uso de gases em laboratórios) [**GRI 305-1-g, 305-1-f**]. As emissões foram calculadas utilizando-se como base os fatores de emissão apresentados pelo IPCC (*Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*) [**GRI 305-1-e**]. Os resultados são de 426,18 toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e) e 123,69 toneladas de CO₂ biogênico, apresentados na (**Tabela 36**) [**GRI 305-1-a, 305-1-c**].

Tabela 36. Emissões de Escopo 1 (CO₂e), por fonte, em 2025.

Fontes de Emissão de GEE - ESCOPO 1				
Categoria	Sub-Categoria	Dados de Atividades	2025	
			Emissões (tCO ₂ e)	CO ₂ biogênico (tCO ₂ e)
COMBUSTÃO ESTACIONÁRIA		Consumo de óleo diesel em Gerador de Eletricidade	27,32	4,27
		Consumo de GLP	16,37	-
		Acetileno em processo de Soldagem	0,04	-
		Gás Natural Total (excluindo o Restaurante)*	41,2	-
COMBUSTÃO MÓVEL		Empilhadeira - a GLP	0,96	-
		Consumo de óleo diesel em retroescavadeira da manutenção	0,27	0,04
		Consumo de óleo diesel em 1 caminhão movimentação interna -manutenção + mini pá carregadeira	1,35	0,2
		Frota própria veículos leves	3,85	91,85
		Frota de locação	0,81	26,43
		Consumo de óleo diesel em caminhão MUC + 2 caminhões de lixo interno (varrições)	6,08	0,9
EMISSIONES FUGITIVAS		HFCs em sistemas de Refrigeração e Ar Condicionado (R404A+R410A+R22)	327,43	-
		Recarga de CO ₂ em extintores de incêndio	0,47	-
		CO ₂ em processo de Soldagem	0	-
	USO DE GASES - padrões e outros	Uso de gases padrão nos laboratórios - exemplos: Dióxido de carbono CO ₂ , Metano, biogás	0,03	-
TOTAL:			426,18	123,69

Fonte: Elaboração própria.

Para o cálculo das Emissões Indiretas de GEE do Escopo 2, foram consideradas as emissões associadas ao consumo de energia elétrica no *campus* do IPT em 2025, utilizando-se do fator de emissão atualizado apresentado pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) [GRI 305-2-e, 305-2-f, 305-2-g]. Foram consumidos 7.659.296,12 kWh de energia elétrica no IPT em 2025, com emissão indireta de 359,42 toneladas de CO₂e, apresentados na (Tabela 37) [GRI 305-2-a].

Tabela 37. Emissões de Escopo 2 (CO₂e) em 2025.

Fontes de Emissão de GEE - ESCOPO 2				
Categoria	Sub-Categoria	Dados de Atividades	2025	
			Emissões (tCO ₂ e)	CO ₂ biogênico (tCO ₂ e)
CONSUMO ENERGIA ADQUIRIDA (Localização)		Energia Elétrica Adquirida do SIN	359,42	-
		Consumo Elétrico anual (kWh)	7.659.296,12	
		Fator de emissão (tCO ₂ /MWh)	0,0467*	

Fonte: Elaboração própria. * Para dezembro/25 o Fator de Emissão (FE) do SIN ainda não estava disponível no fechamento deste relatório, portanto considerou-se o mesmo FE de dezembro/24 para o cálculo.

Para o cálculo das Emissões Indiretas referentes ao Escopo 3, associadas à cadeia de valor do IPT, foram consideradas as emissões relacionadas ao transporte e distribuição de produtos *upstream*, viagens a negócios, consumo de gás natural na operação do restaurante (terceirizado), trabalho em *home-office*, deslocamento de funcionários no trajeto casa-trabalho, e o tratamento de resíduos sólidos [GRI 305-3-d, 305-3-g]. Os resultados são de 935,92 tCO₂e e 268,95 de tCO₂ biogênico, apresentados na (Tabela 38) [GRI 305-3-a, 305-3-c].

Tabela 38. Emissões de Escopo 3 (CO₂e), por fonte, em 2025.

Fontes de Emissão de GEE - ESCOPO 3				
Categoria	Sub-Categoria	Dados de Atividades	2025	
			Emissões (tCO ₂ e)	CO ₂ biogênico (tCO ₂ e)
TRANSPORTE & DISTRIBUIÇÃO UPSTREAM	Transporte Terrestre	Transporte de gases de fornecedores	2,95	0,44
VIAGENS A NEGÓCIOS	Viagens em aeronaves	Viagens a trabalho Aéreas	100,24	-
	Viagens em ônibus	Viagens a trabalho via ônibus	0,11	0,02
	Viagens em veículos	Fretado para funcionários (IPT) Locação de veículos em viagens e uso app	135,63 0,04	20,13 0,01
EMISSÕES ESCOPO 3 NÃO CLASSIFICADAS NAS		Consumo de GN no restaurante terceirizado**	22,85	-
Deslocamento casa-trabalho		Deslocamento dos funcionários (casa-IPT). Pesquisa de deslocamento	301,62	238,96
		Home-office	2,05	-
REJEITOS SÓLIDOS		Tratamento de Rejeitos Sólidos - ATERRO	353,18	3,557
		Compostagem	2,63	-
		Incineração de Resíduos Sólidos - incineração	14,60	5,837
TOTAL:			935,92	268,95

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 39 apresenta a compilação de Emissões Totais por escopo em 2025. O resultado foi de 1.721,51 tCO₂e e 392,64 de tCO₂ biogênico.

Foi calculado também o Fator de Intensidade de Emissões de GEE para a operação do IPT no ano de 2025, em relação ao faturamento anual obtido [GRI 305-4-b]. O faturamento total do IPT em 2025 foi de R\$ 336.850.000,00 e o total de emissões de CO₂ foi de 1.721,51 tCO₂e [GRI 305-4-c]. Dessa forma, a intensidade de emissões

de GEE no IPT foi de 5,11 kg CO₂/R\$ 1.000, ou seja, para cada R\$ 1.000,00 faturados, são emitidos 5,11 kg de CO₂e [GRI 305-4-a].

Tabela 39. Emissões totais por escopo em 2025.

Fontes de Emissões GEE em 2025			
Escopo	Descrição	Emissões (tCO ₂ e)	Emissões biogênicas (tCO ₂ e)
Escopo 1	São de propriedade da empresa e controladas diretamente por ela.	426,18	123,69
Escopo 2	Aquisição de energia por terceiros e consumida na empresa.	359,42	-
Escopo 3	Emissões indiretas de atividades na origem ou no final da cadeia de valor, fora do controle direto da empresa.	935,92	268,95
Total inventário GEE (tCO₂e):		1.721,52	392,64
Intensidade de Carbono (kg CO₂/R\$ 1.000):		5,11	-

Fonte: Elaboração própria.

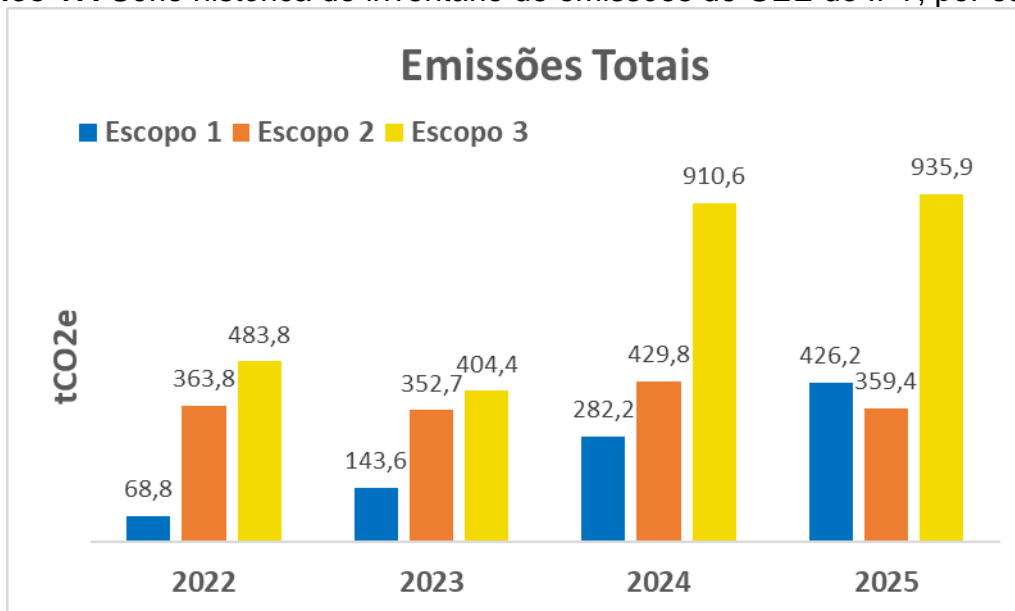
A análise da série histórica de emissões de gases de efeito estufa considerou o período de dados dos últimos 04 anos (2022, 2023, 2024 e 2025). Os dados da série histórica do inventário de emissões de GEE do IPT são apresentados no **Gráfico 17**. A **Tabela 40** apresenta a comparação entre as emissões de 2022, 2023, 2024 e 2025, por escopo.

Tabela 40. Comparação das emissões de 2022, 2023 e 2024 e 2025 por escopo.

Fontes de Emissões GEE (t)	2022	2023	2024	2025
Escopo 1	68,79	143,55	282,17	426,18
Escopo 2	363,78	352,69	429,8	359,42
Escopo 3	483,79	404,41	910,6	935,92
Total inventário GEE (tCO₂e)	916,36	900,65	1.622,57	1.721,52

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 17. Série histórica do inventário de emissões de GEE do IPT, por escopo.



Fonte: Elaboração própria.

As emissões do Escopo 1 vêm apresentando um crescimento anual, partindo de 68,79 t em 2022, para 143,55 t em 2023, 282,16 t em 2024, e um novo aumento significativo em 2025, com 426,2 tCO₂e. Esse incremento pode estar associado tanto à incorporação de mais dados no Inventário, que anteriormente não eram considerados, bem como a um aumento real das emissões associadas a uma ampliação da operação do Instituto.

O Escopo 2 mostrou variações menos acentuadas, com emissões de 363,78 t em 2022, 352,69 t em 2023, 429,8 t em 2024 e 359,4 t em 2025. Essa redução em 2025 se explica tanto pela redução no consumo de energia elétrica, bem como pela redução do Fator de Emissão do Sistema Integrado Nacional (SIN), que passou de 0,054 tCO₂/MWh em 2024, para 0,047 tCO₂/MWh em 2025.

Quanto ao Escopo 3, as emissões em foram de 483,79 t e 404,71 t em 2022 e 2023, respectivamente. Em 2024, houve um aumento considerável, atingindo 910,60 tCO₂e, o que representa um crescimento de 2,25 vezes em relação ao ano anterior. Este

incremento se ampliou ainda mais em 2025, com 935,92 tCO₂e. Este crescimento foi associado à ampliação da abrangência na coleta de informações, incluindo novas fontes de emissão, tal como o deslocamento de funcionários no trajeto casa-trabalho. Este processo reflete o amadurecimento do Inventário de Emissões do IPT, tornando-o mais representativo e mais robusto em comparação aos anos anteriores (antes de 2024). Por este motivo, ainda não foi estabelecido um ano base para o estabelecimento de metas de redução.

5.6. Resíduos sólidos

GRI 306-1, 306-2, GRI 306-3, GRI 306-4, GRI 306-5

5.6.1. Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

GRI 306-1

Atualmente, as atividades do IPT geram os seguintes tipos de resíduos **[GRI 306-1-a-i/ii]**:

- Resíduos comuns (recicláveis, orgânicos e rejeitos);
- Resíduos laboratoriais (Classe I – perigosos e Classe II – não perigosos);
- Resíduos de construção civil;
- Resíduos de madeira, poda e varrição;
- Resíduos eletroeletrônicos;
- Resíduos ambulatoriais.

Tais resíduos podem gerar impactos negativos para a organização e seu entorno, caso não sejam armazenados e descartados de forma adequada.

5.6.2. Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos

GRI 306-2

As medidas tomadas pelo IPT para evitar a produção de resíduos em suas atividades e para gerir impactos significativos dos resíduos gerados são **[GRI 306-2-a]**:

- Tratamento dos resíduos orgânicos gerados no restaurante por compostagem e biodigestão. Em 2025 foram tratadas aproximadamente 15 t de resíduos orgânicos no IPT;
- Substituição dos copos descartáveis por copos reutilizáveis e eliminação dos descartáveis no restaurante;
- Projeto “IPT Sustentável – Resíduos Sólidos”: o IPT investiu, em 2025, R\$ 250.000,00 no projeto IPT Sustentável – Resíduos Sólidos, que tem por objetivo promover a redução da geração e implantar a coleta seletiva dos resíduos no instituto;
- Sistema *on-line* de gerenciamento de resíduos: no ano de 2025, o IPT avançou na implantação do piloto de um sistema *on-line* para gerenciamento dos resíduos gerados nos *campi* de São Paulo e São José dos Campos, com previsão de finalização da implantação no ano de 2026.

O gerenciamento dos resíduos gerados no IPT é feito pela própria organização. Os dados relacionados a resíduos são coletados e monitorados pelo Departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (DESSMA) do IPT. Os dados são organizados em planilhas de acesso interno, porém, tem-se por objetivo concentrar todos os dados relacionados ao gerenciamento de resíduos no sistema *on-line* citado anteriormente, que será integrado aos demais sistemas internos do IPT **[GRI 306-2-c]**.

5.6.3. Resíduos gerados

GRI 306-3

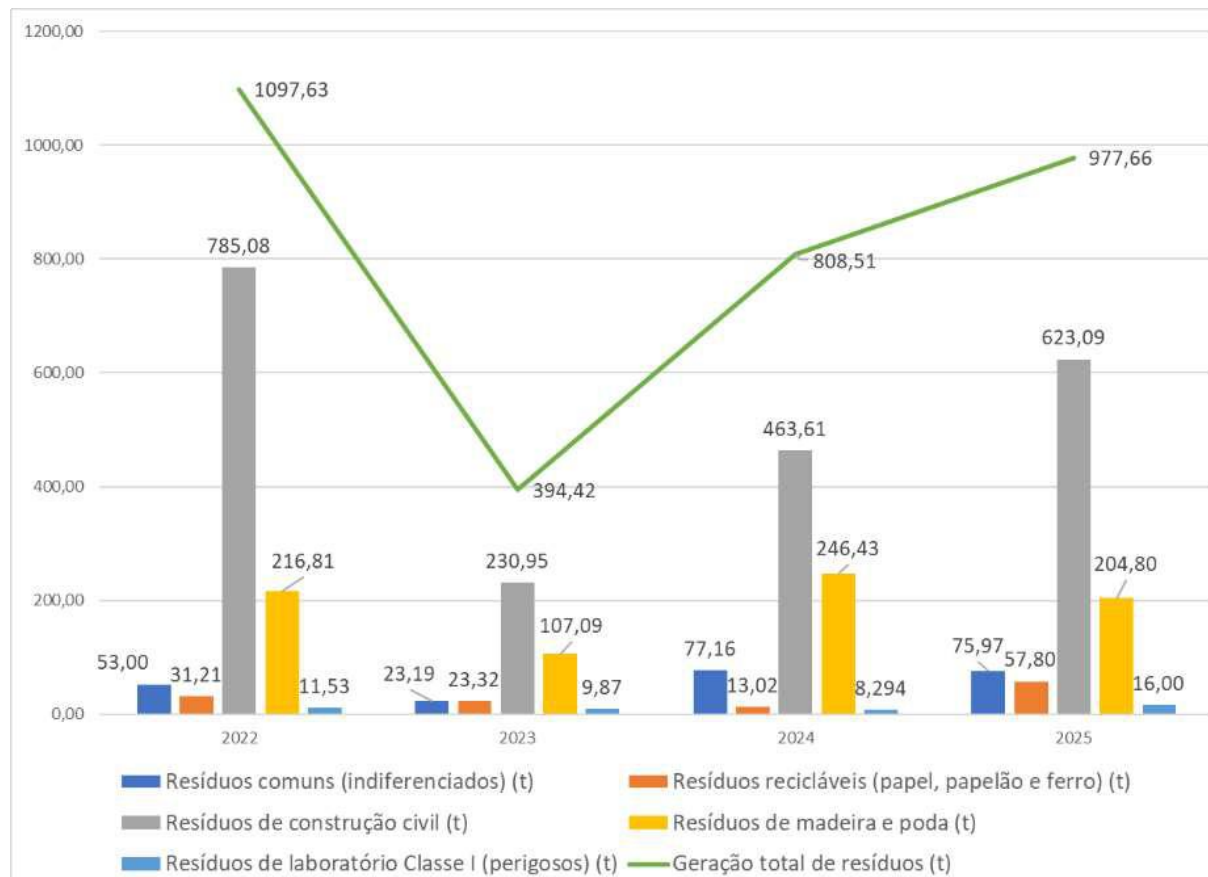
Os resíduos gerados no *campus* sede do IPT, nos últimos quatro anos, estão apresentados na **Tabela 41** e no **Gráfico 18 [GRI 306-3-a]**.

Tabela 41. Histórico da geração de resíduos no *campus* sede do IPT.

Tipo de resíduo	Quantidade gerada (t)			
	2022	2023	2024	2025
Resíduos comuns (indiferenciados)	53,00	23,19	77,16	75,97
Resíduos recicláveis (papel, papelão e ferro)	31,21	23,32	13,02	57,80
Resíduos de construção civil	785,08	230,95	463,61	623,09
Resíduos de madeira e poda	216,81	107,09	246,43	204,80
Resíduos de laboratório Classe I (perigosos)	11,53	9,87	8,29	16,00
Total	1.097,63	394,42	808,51	977,66

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 18. Massa gerada (em toneladas) de resíduos no *campus* sede do IPT.



Fonte: Elaboração própria.

A massa total de resíduos gerados variou significativamente ao longo do período analisado. Os resíduos comuns (indiferenciados) passaram de 53 t em 2022 para 23,19 t em 2023, aumentando expressivamente para 77,16 t em 2024 e mantendo-se em patamar similar em 2025, com 75,97 t.

No caso dos resíduos recicláveis (papel, papelão e ferro), verificou-se uma redução contínua entre 2022 e 2024, de 31,21 t para 23,32 t e 13,02 t, respectivamente, seguida de um aumento substancial em 2025, quando atingiram 57,80 t. Esse crescimento pode estar associado ao incremento de atividades que geram materiais passíveis de reciclagem.

Os resíduos de construção civil apresentaram inicialmente uma queda acentuada, passando de 785,08 t em 2022 para 230,95 t em 2023. Em 2024, voltaram a crescer para 463,61 t, mantendo tendência de elevação em 2025, quando atingiram 623,09 t. Essas oscilações estão relacionadas às obras de instalação de empresas via IPT Open e às diversas obras realizadas no *campus* em diferentes momentos do período analisado **[GRI 306-3-b]**.

Os resíduos de madeira e poda também sofreram oscilações relevantes no período analisado: reduziram de 216,81 t em 2022 para 107,09 t em 2023, aumentaram de forma significativa para 246,43 t em 2024, voltando a diminuir em 2025, para 204,80 t. Tais variações refletem a realização de manejo arbóreo realizada em cada ano **[GRI 306-3-b]**.

Os resíduos perigosos (Classe I) apresentaram tendência de redução entre 2022 e 2024, passando de 11,53 t para 9,87 t e, posteriormente, 8,29 t. No entanto, em 2025, houve um aumento expressivo para 16,00 t, indicando intensificação de atividades laboratoriais ou processos geradores desse tipo de resíduo **[GRI 306-3-b]**.

Por fim, observa-se que a maior parte da massa de resíduos gerados no período analisado refere-se aos resíduos de construção civil, seguidos pelos resíduos de madeira

e poda. Juntos, esses dois tipos representaram ao menos 85 % do total de resíduos gerados anualmente.

5.6.4. Resíduos não destinados para disposição final

GRI 306-4

Os resíduos não destinados para disposição final estão apresentados na **Tabela 42** [GRI 306-4-a, 306-4-c-ii/iii, 306-4-d-i/ii].

Tabela 42. Resíduos não destinados para disposição final

Tipo de resíduo	Forma de destinação	Massa (t)	Responsável pela destinação
Resíduos orgânicos	Compostagem e biodigestão	15,00	Compostagem: Interno (IPT) Biodigestão: Externo (IEE-USP)
Ferro	Reciclagem	41,00	Externo (empresa terceirizada)
Papel	Reciclagem	13,37	Externo (empresa terceirizada)
Papelão	Reciclagem	3,38	Externo (empresa terceirizada)
Total		72,75	

Fonte: Elaboração própria.

5.6.5. Resíduos destinados para disposição final

GRI 306-5

Os resíduos destinados para disposição final estão apresentados na **Tabela 43** [GRI 306-5-a, 305-5-b-i, 306-5-c-iii, 306-5-d-ii].

Tabela 43. Resíduos destinados para disposição final.

Tipo de resíduo	Forma de destinação	Massa (t)	Responsável pela destinação
Resíduos comuns (indiferenciados)	Aterro sanitário	65,35	Externo (empresa terceirizada)
Resíduos de construção civil	Aterro de resíduos de construção civil (Classe A)	599,07	Externo (empresa terceirizada)
Resíduos de laboratório Classe I (perigosos)	Incineração	16,00	Externo (empresa terceirizada)
Total		680,42	

Fonte: Elaboração própria.

5.7. Avaliação ambiental de fornecedores

GRI 308-1

A adoção de práticas sustentáveis nas compras públicas é um passo essencial para alinhar o IPT às melhores práticas de governança e responsabilidade socioambiental. Apesar das restrições impostas pela legislação vigente, que prioriza o critério de menor preço nas aquisições e contratações, o IPT tem avançado para incorporar critérios ESG em seus processos.

Em 2025, a Coordenadoria Administrativa, responsável pela condução dos processos de compras, em conjunto com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, iniciou a discussão sobre a implementação de um programa de *due diligence* para fornecedores. Atualmente, estamos na fase de definição dos critérios, com previsão de adoção dessa política a partir de 2026. Esse programa será fundamental para avaliar riscos, garantir conformidade e promover práticas responsáveis entre nossos parceiros.

Mesmo antes da implantação formal do programa, o IPT já contempla, em seus contratos de prestação de serviços, cláusulas que reforçam o compromisso com práticas éticas, sociais e ambientais. Entre as principais exigências estão:

- Cumprimento das obrigações trabalhistas;
- Proibição do uso de trabalho infantil ou análogo à escravidão;
- Apresentação e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Fornecimento e uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Cumprimento da legislação anticorrupção;
- Divulgação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade do IPT por todos os empregados da empresa contratada;

- Uso racional de água e energia elétrica nos contratos executados no *campus* sede do IPT, com cláusulas específicas sobre o tema.

Além das exigências gerais, alguns contratos incluem disposições específicas, como:

- Serviços de manutenção e conservação de jardins: prevê que toda remoção, transporte e descarte dos materiais resultantes da manutenção siga rigorosamente as normas técnicas e legislação aplicável, em especial a NBR 10004:2004, que trata da classificação de resíduos sólidos, alinhando critérios de periculosidade aos padrões internacionais e introduzindo um Sistema Geral de Classificação de Resíduos (SGCR) mais robusto. Além disso, a equipe técnica do projeto IPT Sustentável Floresta orienta para que não haja roçagem na área dos bosques que compõem a floresta urbana do IPT, para favorecer a regeneração natural da vegetação.
- Serviços de limpeza, asseio e conservação predial: além das questões do uso racional de água e energia elétrica, neste contrato há previsão de um programa para redução de Produção de Resíduos Sólidos. A empresa contratada deve realizar a separação e entrega ao IPT, para destinação ambientalmente adequada, dos seguintes materiais encontrados nas dependências durante a execução dos serviços:
 - Pilhas e baterias para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;
 - Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral;
 - Pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente.
- Além da limpeza, o descarte de materiais (sucata: 57 toneladas) gerou receita de R\$ 48.431,00 ao IPT com sua venda (**Tabela 44**). Outros resíduos inservíveis (móveis, equipamentos antigos) foram leiloados gerando uma receita de R\$ 459.000,00.

Tabela 44. Venda de sucata do *campus* sede do IPT.

Local (material)	Massa (kg)	Valores
Prédio 38 (ferro)	27.730	R\$ 27.730,00
Prédio 07 (ferro)	13.325	R\$ 13.325,00
IPT (papel)	13.370	R\$ 5.348,00
IPT (papelão)	3.380	R\$ 2.028,00
Total	57.805	R\$ 48.431,00

Fonte: Elaboração própria.

- Serviços de vigilância patrimonial: este contrato estabelece critérios rigorosos para garantir que os prestadores de serviços estejam aptos a ocupar os postos no *campus* do IPT. Para isso, a contratada deve disponibilizar mão de obra qualificada, comprovando a formação técnica específica por meio da apresentação do Certificado de Curso de Formação de Vigilantes e da Carteira Nacional, ambos expedidos por instituição devidamente habilitada e reconhecida. Outra cláusula relevante refere-se aos veículos utilizados na prestação do serviço, que devem operar com combustíveis de menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou gás natural veicular (GNV).
- Prestação de serviços de nutrição e alimentação: serviço destinado ao atendimento dos empregados e colaboradores do IPT e às crianças alocadas na creche. Neste contrato são previstas algumas medidas para atenuação do impacto ambiental, tais como:
 - Minimizar a geração de resíduos sólidos por meio do planejamento de cardápios, da compra de alimentos e o seu processo de preparo até o consumo, de forma a gerar menos resíduos e fornecer refeições saudáveis, com a inclusão no cardápio de alimentos oriundos de produtores locais e de alimentos orgânicos, a utilização de fichas técnicas de preparo e a utilização integral dos alimentos;

- Diagnosticar o quantitativo de resíduos gerados, por tipo, para serem encaminhados adequadamente para a reciclagem;
- Implantar programa de reciclagem de óleo comestível, destinado a organizações assistenciais que efetivem o reaproveitamento do óleo para a produção de sabão e outros produtos.

No caso das aquisições de produtos, ou equipamentos, o IPT está revisando suas especificações para adequá-las às questões de sustentabilidade, assim como já é feito na compra de papel sulfite, que precisa ter Certificação Ambiental FSC ou Cerflor.

Atualmente, os fornecedores citados, selecionados com base em critérios de ESG representam menos de 2 % dos fornecedores do IPT **[GRI 308-1-a]**. Para mudar este cenário, o IPT pretende, em 2026:

- Implementar o programa de *due diligence* para fornecedores;
- Avaliar 100 % dos fornecedores críticos, sob critérios ESG;
- Ampliar cláusulas sustentáveis para todos os contratos estratégicos e aquisição de produtos.

6. MATRIZ DE MATERIALIDADE

GRI 3-1, 3-2, 3-3

ODS 5, 8, 9, 11, 12, 13, 16

6.1. Temas materiais

GRI 3-1

A matriz de materialidade do IPT foi desenvolvida por meio de um processo estruturado que envolveu questionários aplicados a *stakeholders*, incluindo clientes, empresas do Programa IPT Open, funcionários e colaboradores internos. O objetivo foi identificar e priorizar os temas mais relevantes nas dimensões social, ambiental e de governança, alinhando-os às estratégias institucionais.

O processo de construção da matriz de materialidade se baseou na aplicação de questionário estruturado, enviado para a lista de clientes, empresas participantes do

Programa IPT Open (*stakeholders* externos) e trabalhadores do IPT (*stakeholders* internos). O envio do questionário foi precedido de reuniões com cada um desses grupos de *stakeholders*, para apresentação dos objetivos da construção da materialidade e do questionário, posteriormente enviado aos mesmos por e-mail.

O questionário continha 61 perguntas, divididas em três blocos temáticos: social (21 perguntas sobre inclusão, diversidade, desenvolvimento de talentos e condições de trabalho), ambiental (29 perguntas sobre gestão de recursos, resíduos, emissões e riscos climáticos) e governança (11 perguntas sobre transparência, ética e *compliance*). Os participantes classificaram os temas em baixa, média ou alta prioridade, considerando curto, médio e longo prazo. No total, 80 respostas foram recebidas: 50 de trabalhadores do IPT, 8 representantes do IPT Open e 22 de clientes (*stakeholders* externos) **[GRI 3-1-a-ii]**.

Os temas apresentados no questionário foram extraídos da Política de Responsabilidade Socioambiental e Governança do IPT, por se considerar que os temas tratados na política são um ponto de partida para identificação dos impactos positivos e negativos gerados a partir das atividades da instituição, considerando as dimensões sociais, ambientais e de governança **[GRI 3-1-a-i]**. A partir das priorizações obtidas por meio do questionário (**Tabela 45**), foram definidos os temas materiais para o IPT, considerando-se os temas que foram classificados como alta importância para os *stakeholders* internos (trabalhadores do IPT) e externos (empresas do Programa IPT Open e clientes) **[GRI 3-1-b]**.

Tabela 45. Priorizações obtidas a partir do questionário aplicado aos *stakeholders* internos e externos.

Tema	Alta importância para <i>stakeholders</i> internos e externos
Social	Direitos humanos: ambiente de trabalho pautado pelo respeito aos direitos humanos universais e aos valores e princípios éticos do Instituto.
	Direitos humanos: prevenção e combate a todas as formas de discriminação e assédio.
	Direitos humanos: respeito e valorização das diversidades sociais e culturais.
	Trabalho: equidade de tratamento e dignidade da pessoa humana, aos empregados e à cadeia de valor
	Trabalho: ambiente de trabalho saudável e seguro.
	Trabalho: desenvolvimento de pessoas e capacitação contínua.
	Trabalho: motivação do desempenho e fornecimento de <i>feedback</i> e reconhecimento.
Ambiental	Trabalho: remuneração justa e equitativa.
	Trabalho: aprimoramento do sistema de gestão de saúde e segurança para empregados e <i>stakeholders</i> .
Governança	Resíduos sólidos: implementar a seguinte ordem de prioridade na gestão de resíduos no IPT: prevenção, redução, reciclagem, reúso e destinação final adequada.
	Governança corporativa: promoção de ações que estimulam as práticas anticorrupção.
	Governança corporativa: garantia de transparência das informações, com comunicação clara e manutenção de relacionamento com as partes interessadas.
	Governança corporativa: responsabilidade corporativa.
	Governança corporativa: reputação, imagem e credibilidade da empresa.
	Governança corporativa: código de conduta e atributos de ética nos processos organizacionais, bem como combate a práticas anticompetitivas e ao suborno.
	Governança corporativa: prevenção e mitigação de riscos corporativos.
Governança corporativa: gestão segura da coleta, retenção e uso de dados sensíveis e confidenciais da organização e empresas associadas, garantindo a cibersegurança e privacidade no uso das informações.	

Fonte: Elaboração própria.

6.2. Lista de temas materiais

GRI 3-2

Os temas materiais do IPT estão listados na **Tabela 46 [GRI 3-2-a]**. Não houve alteração na lista de temas materiais em comparação ao período de relato anterior.

Tabela 46. Temas materiais do IPT.

Social	Ambiente de trabalho pautado pelos direitos humanos universais
	Prevenção e combate à discriminação e assédio e valorização da diversidade
	Desenvolvimento de pessoas e remuneração justa
	Garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro
Ambiental	Implementação de práticas de prevenção, redução, reciclagem, reúso e destinação final adequada de resíduos sólidos
	Responsabilidade corporativa, código de conduta e adoção de práticas anticorrupção nos processos organizacionais
Governança	Transparência de informações e comunicação com <i>stakeholders</i>
	Reputação, imagem e credibilidade
	Segurança da informação
	Prevenção e mitigação de riscos corporativos

Fonte: Elaboração própria.

6.3. Gestão dos temas materiais

GRI 3-3

Para avaliar os impactos potenciais positivos gerados a partir da atividade do IPT, em 2024 foi implementada a avaliação e classificação de projetos P&D e Serviços Tecnológicos segundo indicadores ESG e ODS, resultando na criação de um novo Indicador de Impacto ESG para o IPT. O método reorganizou os indicadores ESG do IPT em três categorias principais:

- Sociais: direitos humanos, impacto na comunidade, relações saudáveis com *stakeholders* e saúde e segurança;
- Governança: anticorrupção, princípios éticos de Negócios, Responsabilidade Corporativa e Transparência e Gestão de Riscos;
- Ambiental: Mudanças Climáticas, Conservação de Recursos, Gestão de Passivos e Resiliência Ambiental.

A partir da classificação, foi criado o indicador "Impacto ESG", que possibilita o estabelecimento de metas quantitativas para acompanhar o alinhamento dos projetos às temáticas ESG e ODS e o impacto do instituto nestas agendas. Esse indicador foi

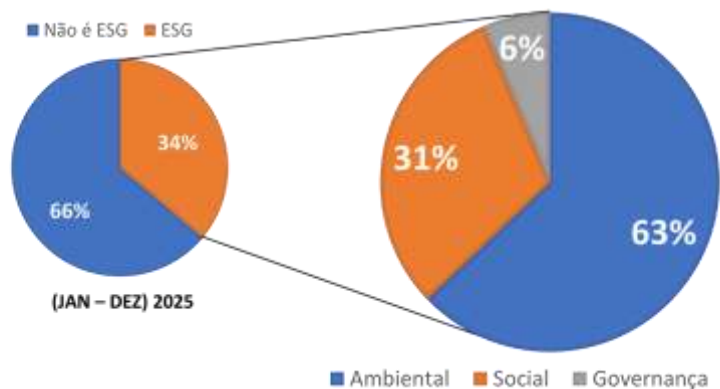
aprovado pela Diretoria Executiva como um indicador institucional oficial do IPT, que passou a ser adotado e monitorado em 2025.

Neste sentido, o plano estratégico quinquenal 2025-2029 também incluiu o Critérios ESG nos *OKRs (Objectives and Key Results)* dos CDRs (Centros de Despesas e Receitas), evidenciando o engajamento da instituição no monitoramento do seu impacto e na promoção de iniciativas que contribuem de forma tangível para a sustentabilidade.

Os dados necessários para a classificação em 2025 foram extraídos da Plataforma de Gestão de Projetos (PGP), na qual cada projeto foi avaliado quanto à sua relação com um ou mais indicadores ESG e ODS, onde a classificação de Projeto “ESG” só ocorria com a adesão simultânea em ambas as categorias. Caso contrário, os projetos que não atendiam o critério recebiam a classificação de “Não é ESG”.

Os resultados indicam que, do total de 260 projetos ativos analisados, 34 % foram classificados como ESG (88 projetos), enquanto 66 % (172 projetos) não atenderam aos critérios estabelecidos, conforme ilustrado no **Gráfico 19**. Dentre os projetos classificados como ESG, verifica-se a predominância de indicadores ambientais (63 %), seguidos pelos indicadores sociais (31 %) e de governança (6 %).

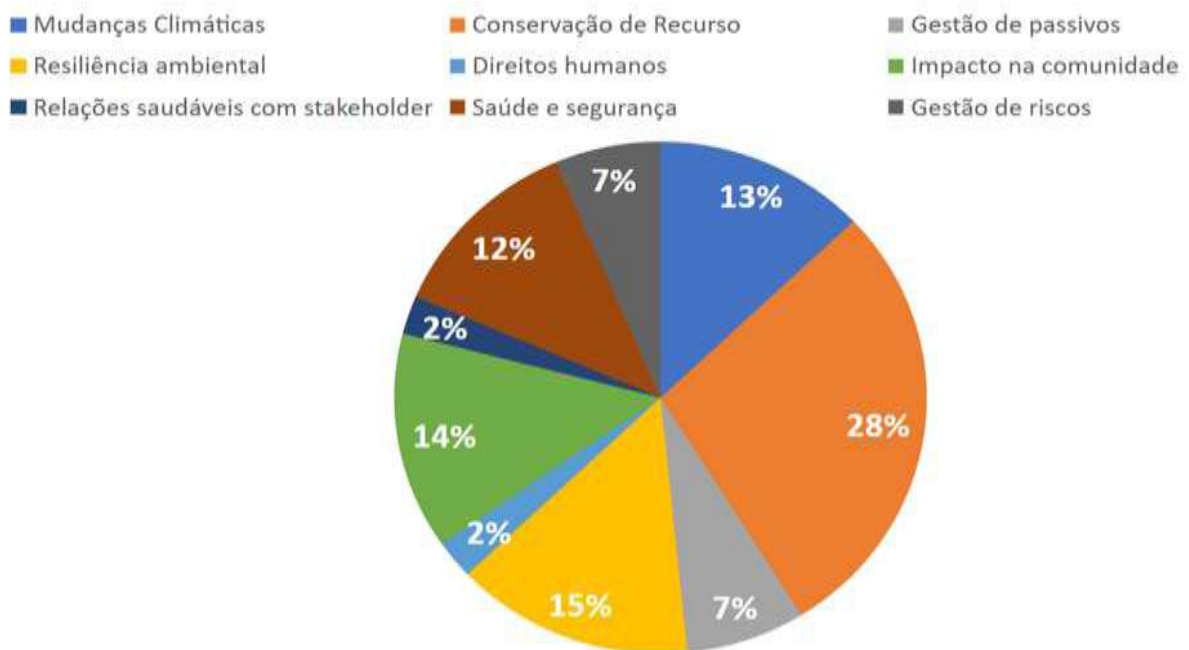
Gráfico 19. Projetos ESG e distribuição nos pilares ambiental, social e governança.



Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 20**, a seguir, apresenta a distribuição percentual dos indicadores ESG do IPT, evidenciando a predominância da dimensão ambiental. Destaca-se o indicador **Conservação de Recursos**, que representa 28 % do total, seguido por **Resiliência Ambiental** com 15 %, reforçando a relevância das ações voltadas à gestão eficiente dos recursos naturais e à adaptação ambiental. No pilar social, o maior destaque é o **Impacto na Comunidade**, com 14 %, refletindo a importância das iniciativas voltadas ao relacionamento e aos benefícios gerados para a sociedade. Já na dimensão de governança, embora com menor representatividade relativa, sobressai o indicador **Gestão de Risco**, com 7 %, indicando a atenção dedicada aos processos de controle e mitigação de riscos institucionais **[GRI 3-3-a]**.

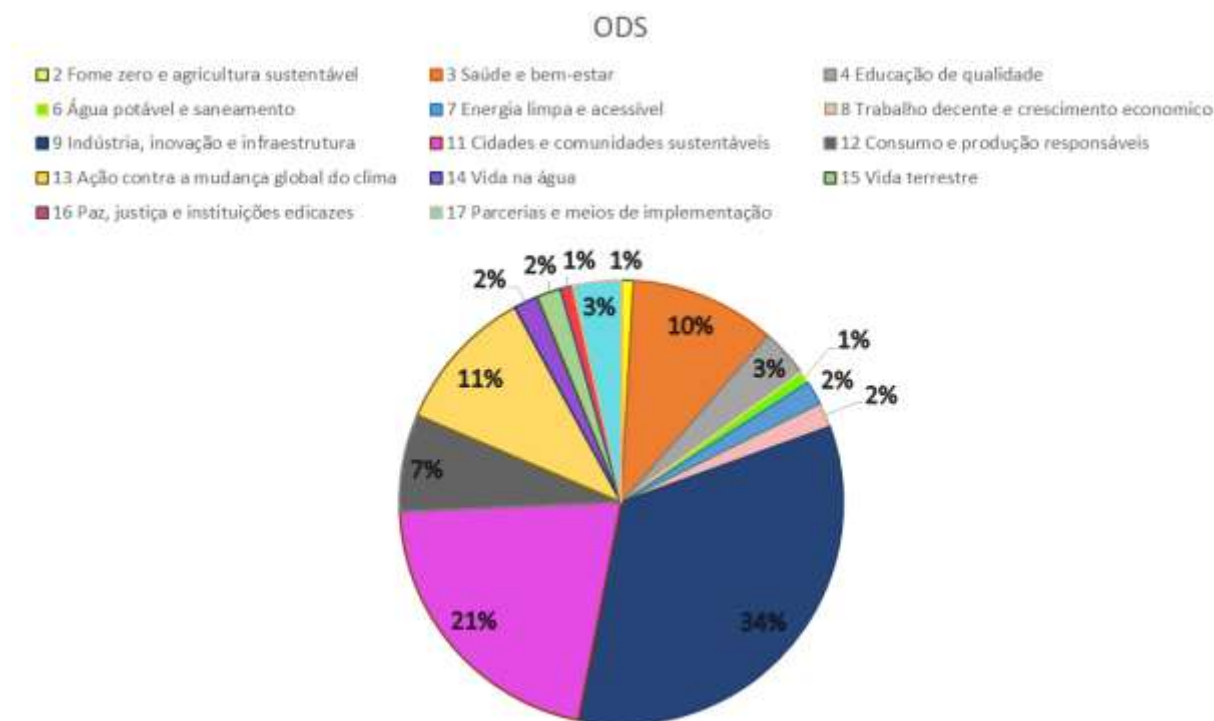
Gráfico 20. Percentual dos Indicadores ESG do IPT atendidos.



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos ODS, o **Gráfico 21** apresenta a distribuição percentual das iniciativas do IPT em relação a cada um, com clara concentração em temas estratégicos vinculados à operação do instituto. Destaca-se o ODS de “**Indústria, Inovação e Infraestrutura**”, que concentra 34 % das iniciativas, evidenciando o foco institucional no fortalecimento tecnológico e no desenvolvimento de soluções inovadoras para a indústria. Em seguida, o ODS “**Cidades e Comunidades Sustentáveis**” representa 21 %, reforçando a atuação voltada ao planejamento urbano e à melhoria da qualidade de vida. Também se sobressaem os ODS **Ação Contra a Mudança Global do Clima** (11 %) e **Saúde e Bem-Estar** (10 %), que refletem o compromisso com a agenda climática e com o bem-estar da sociedade. Os demais ODS apresentam participações individuais inferiores a 7 %, indicando uma atuação mais restrita nessas frentes **[GRI 3-3-a]**.

Gráfico 21. Percentual dos ODS atendidos pelos projetos ESG.



Fonte: Elaboração própria.

Entre os novos projetos classificados em 2025, destacam-se a seguir algumas inserções como exemplos de Projetos ESG, seja pelo valor dos recursos contratados, seja pela relevância para a agenda, ou pelo potencial impacto positivo para a sociedade [GRI 3-3-a]:

- **CCD Cidades Resilientes a Inundações:** financiado pela FAPESP, em parceria com ICTs nacionais e internacionais, este centro de pesquisa aplicada, liderado pelo IPT, visa o desenvolvimento de soluções para reduzir os impactos das inundações urbanas e fortalecer a resiliência das cidades às mudanças climáticas, integrando modelagem preditiva, inteligência artificial e estratégias de planejamento territorial, gerando subsídios para gestão pública. Recursos somados da ordem de R\$ 15.000.000,00 e duração prevista de 5 anos;
- **Fibras de Alga:** projeto de P&D, financiado no âmbito da EMBRAPPII, voltado ao desenvolvimento de processo inovador para produção de fibras têxteis à base de algas por tecnologia de *wet spinning*, contribuindo para a substituição de fibras sintéticas de origem fóssil, promovendo materiais renováveis e de menor impacto ambiental, além de estimular a inovação sustentável na cadeia têxtil, com duração prevista de 17 meses e orçamento aproximado de R\$ 3.500.000,00;
- **Dispositivo para Captura de CO₂:** projeto de P&D, com duração de 36 meses e orçamento aproximado de R\$ 4.500.000,00, destinado à avaliação técnica e econômica de uma rota eletroquímica para captura de CO₂ em ambientes offshore, contribuindo para a agenda de descarbonização do setor energético e para o desenvolvimento de tecnologias estratégicas de mitigação de emissões de GEE;
- **Cidades Inteligentes (SDE):** projeto estruturante, contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, com recursos da ordem de R\$ 15.400.000,00 e duração de 12 meses, voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para cidades inteligentes. A iniciativa apoia políticas

públicas de transformação digital, eficiência na gestão urbana e melhoria da qualidade de vida da população, com forte impacto institucional e territorial;

- **PMRR (Planos Municipais de Redução de Riscos para 15 Municípios):** projeto contratado pela Casa Militar do Gabinete do Governador de SP, com duração de 15 meses e recursos de aproximadamente R\$ 3.000.000,00, voltado à elaboração de planos de redução de riscos de desastres. O projeto tem impacto social direto ao apoiar municípios na prevenção de desastres naturais, proteção de vidas e fortalecimento da resiliência climática e urbana;
- **NanoGlioGe (Tratamento Inovador para Glioblastoma):** projeto financiado pela FINEP, com duração de 36 meses e orçamento da ordem de R\$ 6.000.000,00, que integra nanotecnologia, terapia gênica e quimioterapia para o tratamento de glioblastoma multiforme resistente. O projeto possui elevado potencial de impacto social ao buscar avanços terapêuticos em uma das formas mais agressivas de câncer cerebral, fortalecendo a pesquisa clínica e a capacidade nacional em inovação em saúde.

Destaca-se ainda que, em 2025, iniciou-se o processo de automação da classificação ESG dos projetos (ainda em desenvolvimento), com objetivo de proporcionar aos responsáveis técnicos a possibilidade de classificar os seus respectivos projetos quando do seu cadastro na Plataforma de Gestão de Projetos, ainda na fase de propostas. Isto permitirá aos pesquisadores participar do processo de classificação, além de dar transparência ao procedimento, rastreabilidade e a possibilitar a geração automática de relatórios. A unidade técnica NUSCARBON está elaborando a Orientação Institucional referente ao método deste indicador, bem como os respectivos treinamentos para as demais unidades do IPT **[GRI 3-3-d-iii]**.

Neste contexto, o "Impacto ESG" se consolidou como um indicador institucional oficial do IPT, refletindo o engajamento da instituição no monitoramento do seu impacto e na promoção de projetos que contribuam de forma tangível para a sustentabilidade.

Com relação aos impactos negativos provenientes da operação do IPT, tem-se **[GRI 3-3-a, 3-3-b]**:

- Geração de gases de efeito estufa a partir de atividades com consumo de combustíveis (ex: utilização de veículos e abastecimento de geradores), uso de sistemas de refrigeração e ar-condicionado, uso de gases em laboratório, consumo de energia elétrica e gás natural, e geração e descarte de resíduos sólidos;
- Geração de efluentes e resíduos sólidos provenientes de atividades laboratoriais e administrativas;
- Passivo ambiental proveniente do desenvolvimento de atividades de tratamento de madeira do IPT nas décadas de 70 a 90, na Unidade de Tratamento de Madeiras Jaguaré (UTM Jaguaré), ocasionando a contaminação do solo e água subterrânea no local e entorno.

Como medidas tomadas para o gerenciamento dos temas materiais e dos impactos positivos e negativos reais e potenciais do IPT, tem-se **[GRI 3-3-d-i/ii/iii]**:

- Realização de manutenções corretivas e preventivas para melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica;
- Retrofit de aparelhos de ar-condicionado por modelos com maior coeficiente de desempenho, visando à redução do consumo de energia e de gases refrigerantes;
- Controle de vazamentos e promoção de manutenções corretivas; utilização de água potável a partir de poço artesiano; troca do sistema de descarga dos vasos sanitários e dos registros de torneiras para a redução do desperdício de água;
- Abastecimento da frota com etanol, combustível de origem renovável e com menores emissões de gases de efeito estufa;
- Incentivos ao uso de transporte fretado, com a adesão de 211 usuários às linhas de fretado;
- Desenvolvimento de projetos para a melhoria da gestão ambiental no *campus* do IPT: Projeto IPT Sustentável Resíduos Sólidos, Projeto Água Sustentável (consumo de água), Projeto IPT Sustentável Floresta (gestão da floresta urbana do *campus* do IPT)

e Projeto IPT na Pegada de Carbono (emissões);

- Ações para recuperação do passivo ambiental gerado por atividades de tratamento de madeira do IPT entre as décadas de 70 e 90 (Unidade de Tratamento de Madeiras – UTM Jaguaré);
- Segregação e venda/doação de resíduos recicláveis, misturas de combustíveis e vidrarias de laboratório;
- Tratamento de resíduos orgânicos por compostagem e biodigestão;
- Desenvolvimento do sistema *on-line* de gestão de resíduos, garantindo melhor controle sobre os resíduos gerados e destinados no IPT.

7. OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

ODS 7, 8, 9, 11, 13, 15, 17

7.1. IPT Open

O IPT Open é um Hub de Inovação que tem como objetivo principal atrair empresas para um ecossistema que proporciona oportunidade de novos negócios para *startups*, fomentando um rico ambiente para colaboração e inovação aberta. A presença de importantes *players* vem consolidando uma nova proposta de valor para o *campus* e acelerando o seu desenvolvimento.

A base atual é fortalecida pela presença de líderes de mercado como Google, Inteli, Vale, WEG, Cecil e Tupy, que ilustram a diversidade e o calibre dos parceiros corporativos já integrados ao ecossistema. Esta base sólida cria um ambiente fértil para a dinâmica de inovação impulsionada pelas *startups*, que representam o motor de agilidade e disrupção do ecossistema.

Como resultado, em 2025 os programas de aceleração e capacitação, que são os principais instrumentos do *campus* para fomentar o surgimento e o desenvolvimento de novos negócios de base tecnológica, demonstrou um engajamento relevante, atendendo um total de 99 *startups* por meio de seus programas (**Figura 7**).

Figura 7. Programas do IPT Open em 2025.

Programas de Aceleração e Capacitação (2025)

Programa	Tipo de Atuação	Foco Tecnológico	Startups Atendidas
Start Bio	Aceleração	Biotecnologia	Integrado ao total anual
Start IA	Aceleração	Inteligência Artificial	Integrado ao total anual
Bootcamp Start Deeptech	Capacitação	Deeptech e base científica	Integrado ao total anual



Total de Startups Atendidas

Ecosistema focado em soluções de alta complexidade tecnológica e base científica.

Fonte: Elaboração própria.

A decisão focada em soluções tecnológicas com base científica demonstra uma estratégia madura e de longo prazo. Ao se especializar em Biotecnologia e Inteligência Artificial por meio de programas de aceleração, o IPT Open impulsiona *ventures* com alto potencial de mercado. Simultaneamente, ao investir em capacitação para *Deeptech*, o ecossistema constrói um pipeline fundamental em áreas mais complexas e de longo ciclo de desenvolvimento. Essa abordagem de duas frentes posiciona o IPT Open na vanguarda da inovação, alinhado às tendências globais e com alto potencial de impacto econômico.

Os resultados de 2025 demonstram um forte potencial de crescimento, alicerçado em conquistas concretas e uma estratégia bem definida. O ecossistema posiciona-se

como um hub de inovação estratégico e resiliente, preparado para alavancar suas conquistas e acelerar sua trajetória de impacto econômico e tecnológico.

7.1.1. Metas do IPT Open para 2026

A meta para 2026 é a abertura de novas parcerias e a internacionalização atraindo *startups* estrangeiras através do lançamento dos programas:

- **ABRE e ABIMED:** a colaboração com estas associações setoriais aprofunda a *expertise* do ecossistema em verticais econômicas chave (embalagens e tecnologia para saúde), conectando as empresas e *startups* do *campus* diretamente às demandas e oportunidades reais desses mercados.
- **Sistema Paulista de Ambientes de Inovação:** esta parceria é crucial para escalar a metodologia *OpenTech*, transformando um modelo de sucesso local em uma referência para outros ambientes de inovação. Isso fortalece a governança, a eficiência operacional e a visibilidade do IPT Open.
- **Programa de *Softlanding*:** a iniciativa posiciona o IPT Open no cenário global, estabelecendo um canal direto para a atração de talentos, tecnologias e *startups* internacionais, enriquecendo a diversidade e a competitividade do ecossistema local.

7.2. Patem

O programa de apoio tecnológico dos municípios (PATEM) foi retomado em 2025 por meio da assinatura do contrato junto ao Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, disponibilizando para municípios paulistas acesso a estudos, diagnósticos, planos, além de novas soluções e tecnologias emergenciais, para apoiar a adoção de práticas que promovam cidades inteligentes, sustentáveis e resilientes, podendo tratar temas como eficiência energética, redução de desperdícios, gestão de resíduos e mitigação de riscos.

O IPT prestará serviços tecnológicos especializados, no âmbito do Programa, para atender demandas de municípios paulistas nas áreas de Cidades Inteligentes, Sustentáveis, Resilientes e Atendimentos Emergenciais, incluindo elaboração de laudos, relatórios, pareceres, levantamentos, medições, estudos e soluções para modernização e sustentabilidade da gestão municipal. O contrato é de 36 meses, com investimento anual de R\$ 3.744.688,92.

7.3. Pulsar Expo IPT

Em 2025, o IPT realizou, a primeira edição da Pulsar Expo IPT, que consolidou-se como um marco na estratégia institucional do Instituto para ampliar conexões com empresas, governo e instituições de ciência e tecnologia. A feira recebeu mais de 1.100 visitantes ao longo de quatro dias e gerou novos contatos, acordos e reuniões de negócios, fortalecendo a presença do IPT no ecossistema de inovação.

A programação incluiu oito episódios especiais de *podcast* e uma exposição imersiva que apresentou ao público uma “viagem no tempo da tecnologia”, ressaltando a trajetória e o impacto das pesquisas realizadas pelo Instituto. O evento reforça o compromisso do IPT com iniciativas que unem ciência, tecnologia e parcerias estratégicas. A realização da segunda edição da Pulsar Expo IPT está prevista para 2026, consolidando a estratégia para ampliar o alcance e o impacto dessa ação.

7.4. Parceria com ESCO Ambiopar

O IPT, por meio da Coordenadoria de Gestão do *Campus* e com o apoio técnico do Laboratório de Usos Finais e Gestão de Energia, vem ampliando sua atuação na prospecção de parcerias e fontes de financiamento destinadas à implementação de projetos de eficiência energética em suas instalações. Um exemplo relevante desse esforço foi a participação bem-sucedida do Instituto no Edital de Chamada Pública de Projetos (CPP) 2021, promovido pela concessionária local de energia elétrica em conformidade com a legislação federal vigente (incluindo a Lei nº 9.991/2000, a Lei nº 13.203/2015, a Lei nº 13.280/2016) e com a Resolução Normativa ANEEL nº 920/2021.

O projeto contemplado pelo edital teve implantação realizada entre 2023 e meados de 2025 e contou com investimento a fundo perdido de R\$ 2.237.501,87 por parte da concessionária. Os recursos permitiram a substituição de mais de 17 mil lâmpadas por modelos mais econômicos e eficientes, além da troca de dezenas de aparelhos de ar-condicionado obsoletos. De acordo com estimativas da empresa responsável pelo projeto, as ações previam uma economia anual de aproximadamente R\$ 550 mil em energia elétrica, considerando os valores da época. Resultados iniciais já podem ser observados: comparando-se o consumo bruto anual de energia entre 2023, início das obras, e 2025, verifica-se uma redução de 14,11 %, equivalente a pouco mais de 1.250 MWh/ano, mesmo considerando que outras variáveis também influenciaram essa queda.

Em 2025, o IPT avançou ainda mais ao ser selecionado para participar do Edital CPP 2025, com um novo projeto voltado à modernização dos sistemas de maior impacto no consumo energético. A proposta contempla a atualização de sistemas centrais de ar-condicionado, a substituição de sistemas motrizes de maior porte e a segunda etapa de modernização da iluminação remanescente. Para esta nova fase, está prevista a disponibilização de mais de R\$ 4,7 milhões em recursos destinados à elaboração de projetos executivos, aquisição de equipamentos e execução das obras. Quando concluídas, essas ações deverão ampliar significativamente a economia energética do Instituto, reforçando sua trajetória rumo a uma infraestrutura mais eficiente, sustentável e alinhada às melhores práticas de gestão de energia.

7.5. Pacto Global da ONU

A Comunicação de Progresso (CoP) é o principal mecanismo para as empresas signatárias do Pacto Global da ONU demonstrarem o progresso realizado em relação aos dez princípios do Pacto Global e aos ODS. O IPT, como signatário do Pacto Global: Rede Brasil, desde 2022, realizou em julho/2025 a sua terceira Comunicação de Progresso e manteve sua filiação, contando ainda com uma participação ativa nas

Plataformas de Ação “Movimento Conexão Circular” e “Movimento Ambição *NetZero*”. Em 2026, o IPT prosseguirá como signatário do Pacto Global.

7.6. Participação no *Science Summit 2025 (UNGA80)*

A participação do IPT no *Science Summit 2025 (UNGA80)* representou um passo estratégico para o fortalecimento do posicionamento internacional do Instituto, reforçando sua atuação na interface entre ciência, urbanismo, meio ambiente e bem-estar humano. Inserido no contexto da 80ª Assembleia Geral da ONU, o evento reuniu especialistas, instituições científicas, representantes governamentais, empresas e organizações internacionais engajadas na construção de soluções para desafios globais.

Nesse ambiente, o IPT apresentou suas pesquisas e iniciativas voltadas às florestas urbanas corporativas, na palestra “Florestas urbanas em espaços corporativos: IA como ferramenta para estimar seus benefícios como solução baseada na natureza”. A palestra evidenciou o potencial da implantação de florestas urbanas corporativas como solução baseada na natureza, de forma a contribuir com os ODS.

A presença do Instituto contribuiu para ampliar sua visibilidade global e reforçar seu protagonismo na promoção de cidades mais verdes e saudáveis. O evento possibilitou a difusão de conhecimentos produzidos a partir de abordagens interdisciplinares envolvendo diferentes equipes do IPT, que têm investigado a relação entre florestas urbanas, qualidade de vida no trabalho e impactos ambientais associados ao uso da inteligência artificial.

7.7. Participação na COP 30

Em 2025, o IPT teve participação ativa e estratégica na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém (PA), entre os dias 10 e 21 de novembro. A delegação do IPT foi composta por nove profissionais, que participaram de oito painéis e atividades distribuídas em espaços oficiais da conferência, como a *Blue Zone* e a *Green Zone*, além de eventos paralelos realizados em diferentes pontos da cidade, incluindo a *Agrizone*. A atuação

concentrou-se em temas estratégicos para o Instituto, como cidades de baixo carbono, bioeconomia, energia, gestão de desastres climáticos e inovação tecnológica.

Entre os destaques, o Instituto promoveu o painel “Cidades de Baixo Carbono: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade”, no Pavilhão Brasil, Zona Verde, reunindo representantes do poder público, municípios, setor privado e organizações internacionais para discutir soluções em mobilidade urbana, resíduos, financiamento e resiliência das cidades. A atuação do IPT Amazônia (NUAmazon) também se destacou, com participação em painéis voltados à bioeconomia e às cadeias produtivas da biodiversidade brasileira.

Na agenda de energia e inovação, o Instituto contribuiu com discussões sobre hidrogênio de baixa emissão e *deeptechs* climáticas, incluindo a apresentação do programa IPT Open Experience. O IPT também organizou um painel sobre gestão de desastres climáticos, abordando soluções integradas de monitoramento, alerta precoce e urbanismo resiliente.

Destaca-se ainda o acompanhamento próximo do *Technology Implementation Programme* (TIP) e dos desdobramentos do *Belém Political Package* e do *Belém Technology Implementation Programme* (BTIP), que sinalizam um avanço concreto na cooperação tecnológica internacional, com foco em fortalecimento de sistemas nacionais de inovação, desenvolvimento de tecnologias endógenas e mobilização efetiva de recursos para países em desenvolvimento no âmbito da cooperação internacional, o IPT acompanhou as negociações do *Belém Technology Implementation Programme* (BTIP), firmou um memorando de entendimento com a *South African Local Government Association* (SALGA) e realizou contatos estratégicos que ampliam oportunidades de cooperação científica e tecnológica, abrindo caminho para iniciativas de cooperação em capacitação e apoio a projetos de resiliência urbana entre Brasil e África do Sul, reforçando a conexão entre tecnologia, gestão pública e justiça climática.

A presença na COP, pelo terceiro ano consecutivo, reforça o compromisso institucional com a agenda climática global e com o desenvolvimento de soluções

tecnológicas voltadas à transição para uma economia de baixo carbono e à adaptação às mudanças climáticas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Sustentabilidade 2025 do IPT segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), reafirmando o compromisso estratégico da Instituição com a sustentabilidade, a responsabilidade social e as boas práticas de governança. Nesta edição, o relatório foi atualizado conforme as revisões dos padrões GRI, incorporando novas informações sem comprometer a qualidade do relato, que é marca inegociável do IPT.

O acompanhamento dos indicadores ESG pelo Conselho de Administração, previsto no Plano Estratégico 2025-2029, reforça a relevância do tema, especialmente com a criação da Gerência de ESG, incorporada ao Instituto em setembro de 2025.

Como resultado, os indicadores sociais reportados segundo o GRI aumentaram de 17 para 31, representando um crescimento de 82 % em relação a 2024. Os dados evidenciam ações e impactos relacionados ao cuidado com as pessoas do IPT, com o aprofundamento das necessidades do time: desde a análise da distribuição regional do local de residência dos empregados, seguida pela avaliação de riscos, pesquisas internas, métricas de treinamento e outras iniciativas voltadas ao bem-estar físico e emocional dos nossos funcionários.

No campo ambiental, o IPT manteve esforços consistentes para reduzir impactos, incluindo o uso de materiais provenientes de fontes renováveis (especialmente no âmbito de documentos técnicos e embalagens) e a ampliação da emissão de relatórios em formato digital. O Instituto também apresentou economia de 3,6 % no consumo de energia elétrica e utilizou combustíveis renováveis próximos de 45 % do total. Além disso, manteve ações de eficiência hídrica, realizou inventário e inspeção da flora

(atingindo cerca de 30 % do total de árvores, com previsão de conclusão em fevereiro de 2027) e ampliou o monitoramento da biodiversidade, registrando cinco novas espécies no campus. Também iniciou o processo de aprimoramento da avaliação de fornecedores, incorporando cláusulas que reforçam compromissos éticos, sociais e ambientais. Na gestão de resíduos, houve a venda de 57 toneladas de sucata, gerando receita superior a R\$ 48 mil, e a realização de um leilão de materiais inservíveis que arrecadou R\$ 459 mil, contribuindo para a organização e otimização das instalações do Instituto.

O IPT realizou, novamente, seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), seguindo as diretrizes do Programa Brasileiro *GHG Protocol* e do IPCC. O inventário abrange os escopos 1, 2 e 3, permitindo mapeamento detalhado das fontes emissoras e subsidiando estratégias de mitigação. Em 2025, as emissões totais foram de 1.721,51 tCO₂e, distribuídas entre emissões diretas (Escopo 1: 426,18 tCO₂e), emissões indiretas por eletricidade (Escopo 2: 359,42 tCO₂e) e emissões indiretas da cadeia de valor (Escopo 3: 935,92 tCO₂e). A partir do inventário, foi calculado o indicador de "Intensidade de Carbono", que mede a emissão de CO₂ por R\$ 1.000 faturados. Em 2025, o índice foi de 5,11 kg CO₂e/R\$ 1.000, frente a 5,41 em 2024, demonstrando leve ganho de eficiência considerando a mesma abrangência do inventário. O indicador permanece estratégico para monitorar iniciativas de descarbonização e eficiência energética.

O indicador institucional "Impacto ESG" apontou que 34 % da carteira de projetos ativos do IPT em 2025 foi classificada como ESG, refletindo o avanço na incorporação dos princípios ambientais, sociais e de governança às atividades do Instituto. Nesse período, teve início o processo de automação da classificação ESG na Plataforma de Gestão de Projetos, fortalecendo a padronização, transparência e rastreabilidade. Com base nesses avanços, a perspectiva para 2026 inclui discussões estruturadas com as Unidades de Negócios para indução e desenvolvimento de projetos alinhados à agenda ESG, reafirmando o compromisso do IPT com a sustentabilidade e a geração de valor

público.

No campo financeiro, 2025 foi marcado por relevante reestruturação patrimonial, com redução de passivos históricos, fortalecimento da solvência e ampliação de investimentos estratégicos em infraestrutura e inovação. Embora os indicadores de liquidez de curto prazo tenham apresentado deterioração, o movimento decorre majoritariamente de um evento não recorrente: a liquidação de um passivo judicial significativo. A expansão dos projetos com agências de fomento e a manutenção da capacidade operacional de geração de caixa colocam o IPT em trajetória de fortalecimento estrutural. Para 2026, a gestão prioriza a recomposição do capital de giro e o restabelecimento gradual dos níveis de liquidez.

Em 2025, o IPT fortaleceu sua atuação institucional por meio da expansão do programa IPT Open, que atendeu 99 startups, da participação ativa na COP 30 e no *Science Summit* da ONU, da entrega da terceira Comunicação de Progresso ao Pacto Global e da retomada do PATEM, voltado ao apoio a municípios paulistas. Também realizou o Pulsar Expo, que recebeu 1.100 visitantes, e teve um novo projeto selecionado para participar do Edital CPP 2025, em parceria com a ESCO Ambiopar, voltado à modernização dos sistemas de maior impacto no consumo energético.

Para 2026, a Gerência de ESG tem como meta ampliar o escopo do relatório, incluindo o cálculo completo dos indicadores GRI, incorporando dados das outras seis unidades do IPT, de modo a fornecer uma visão ainda mais abrangente e fiel da realidade institucional. Por fim, foi recomendada pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) a previsão de auditoria para os próximos relatórios.


RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - 2025 APROVADO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IPT EM SUA 282ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 05.03.2026.


46396
STEPHANIE YUKIE HAYAKAWA DA COSTA
Presidente do Conselho


35107
ANDERSON RIBEIRO CORREIA
Conselheiro Diretor-Presidente


André Da Silva Curcio
ANDRÉ DA SILVA CURCIO
Conselheiro


25664
JORGE TATINO JÚNIOR
Conselheiro


46402
ANDRÉ CARLOS BUSANELLI DE AQUINO
ANDRÉ CARLOS BUSANELLI DE AQUINO
Conselheiro


46400
Valmir Gomes Dias
VALMIR GOMES DIAS
Conselheiro


46398
Lea Silva De Moraes Rego
LÉA DE JESUS SILVA E SILVA DE MORAES REGO
Conselheira Independente


6867
Antônio Edson
ANTONIO EDSON MACIEL DOS SANTOS
Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê de Auditoria


46403
Nereide De Oliveira
NEREIDE DE OLIVEIRA
Conselheira
Representante dos Empregados

RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE APROVADO EM 05-03-2026.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 0350C-54BD3-86451

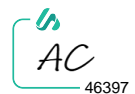


Solicitação de assinatura iniciada por: Itanna C. M. d. O. em 15/03/2026

Assinaturas



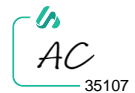
André da Silva Curcio
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 16 de março de 2026, 03:51:41 | E-mail: asc*****@fa***** | Endereço de IP: 139.28.86.145 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile 145.0.0.0, Android 10 | Celular: (**) *****-0036



Anderson Ribeiro Correia
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 18 de março de 2026, 08:39:31 | E-mail: and*****@ip**** | Endereço de IP: 2804:14c:47:2c9f:f533:37c0:deaa:44ce | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-3127



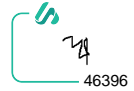
jorge tatino junior
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 20 de março de 2026, 10:16:01 | E-mail: jor*****@sp***** | Endereço de IP: 2804:14d:9022:81e7:7858:2ab5:7e14:c4de | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile 146.0.0.0, Android 10 | Celular: (**) *****-8909



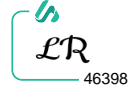
Stephanie Costa
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 20 de março de 2026, 15:54:59 | E-mail: s.c****@sp***** | Endereço de IP:
177.95.190.170 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-4427



Lea Silva de Moraes Rego
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 25 de março de 2026, 18:24:40 | E-mail: lea*****@gm***** | Endereço de IP:
201.182.65.122 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile
146.0.0.0, Android 10 | Celular: (**) *****-8334



ANDRE CARLOS BUSANELLI DE AQUINO
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 25 de março de 2026, 18:30:37 | E-mail: aaq****@sc***** | Endereço de IP:
177.95.190.170 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-0889



Valmir Gomes Dias
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 25 de março de 2026, 20:25:04 | E-mail: val*****@sp***** | Endereço de IP:
2804:214:a08d:cc7c:4085:7d3a:878e:d50c | Segundo Fator de Autenticação: SMS |
Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-1642



Antônio Edson
Assinou Eletronicamente




Assinou em: 25 de março de 2026, 20:50:19 | E-mail: ant*****@cc***** | Endereço de
IP: 189.112.151.96 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge
146.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****9691



Nereide de Oliveira
Assinou Eletronicamente


Nereide De Oliveira
46403


NO
46403

Assinou em: 26 de março de 2026, 15:19:19 | E-mail: ner****@jp**** | Endereço de IP:
2804:7f0:b441:2025:fd35:a9fd:b5ea:44ca | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp |
Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-8381